

+

+

+

NOSSAS HISTÓRIAS SOMAM

Relatório

Pesquisa Somos Ambulantes



Cidade de
São Paulo

REALIZAÇÃO

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERMUNICIPAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

APOIO



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Rua Pinto das Neves
Secretaria de
Desenvolvimento
Econômico



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

EXPEDIENTE

Presidente – José Gonzaga da Cruz
Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Vice-presidente – Maria Aparecida Faria
Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Secretário Nacional – Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas
Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande
Curitiba - PR

Diretor Executivo – Alex Sandro Ferreira da Silva
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de
Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Diretora Executiva – Cecília Margarida Bernardi
Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias
Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP

Diretor Executivo – Ednilson Rossato
CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

Diretora Executiva – Elna Maria de Barros Melo
Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São
Paulo – SP

Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de
Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva – Marta Soares dos Santos
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo
Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa
Sindicato dos Eletricários da Bahia - BA

Diretora Executiva – Zenaide Honório
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

DIREÇÃO TÉCNICA

Adriana Marcolino – **Diretora Técnica**
Eliana Elias – **Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho**
Victor Gnecco Pagani – **Diretor Adjunto**
Patrícia Pelatieri – **Diretora Adjunta**

EQUIPE EXECUTORA

DIEESE

+

+

+

2

Escritório Nacional:

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Relatório do Projeto

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
RESULTADOS DA PESQUISA.....	8
Características das bancas	9
<i>Estrutura das bancas</i>	9
<i>Mercadorias comercializadas</i>	10
Características dos ambulantes.....	11
<i>Características pessoais</i>	11
Sexo.....	11
Idade.....	12
Cor ou raça.....	13
Nacionalidade	14
Religião	15
Escolaridade.....	15
<i>Características profissionais</i>	16
Trabalho anterior ao de ambulante	16
Pertencimento a grupos prioritários para o exercício da atividade.....	17
Relação com a banca em que trabalham.....	18
Tempo de trabalho como ambulante	19
Motivos para trabalhar como ambulante.....	20
<i>Condições do trabalho ambulante</i>	21
Permissão para trabalhar em espaço público.....	21
Jornada de trabalho	25
Deslocamento para o trabalho	26
Tempo de deslocamento	27
Meio de transporte para o deslocamento.....	27
Seguridade Social	28
Contribuintes do INSS.....	28
Microempreendedores Individuais.....	29



Situação financeira dos ambulantes	30
Remuneração	30
Outras fontes de renda, além da proveniente do trabalho como ambulante	32
Dependentes financeiros.....	33
Endividamento.....	34
Violência e discriminação contra os ambulantes	36
Violência.....	36
Discriminação	38
Avaliação do trabalho ambulante	39
Demandas dos trabalhadores ambulantes	42
Organização dos trabalhadores ambulantes	48
Movimentos para conquista de direitos	48
Comissões Permanentes de Ambulantes	49
Os trabalhadores ambulantes imigrantes	50
Características das bancas dos imigrantes	51
Características pessoais dos ambulantes imigrantes	51
Sexo.....	51
Religião	52
Período em que chegaram ao Brasil	53
Características profissionais dos ambulantes imigrantes	54
Permissão para trabalhar em espaço público.....	54
Jornada de trabalho	55
Contribuição à previdência social	57
Situação financeira dos imigrantes	58
Dependentes financeiros.....	58
Remuneração	59
Demandas dos imigrantes	60
Discriminação	61
Considerações finais	63
ANEXOS	66

+

+

+



APRESENTAÇÃO

O estudo que ora se apresenta é fruto de um longo processo de construção coletiva. Sua origem remonta a 2021, quando o DIEESE foi procurado pelo Fórum dos Ambulantes — em articulação com outras organizações de defesa desses trabalhadores — para solicitar a realização de uma pesquisa que dimensionasse o número de ambulantes presentes no município de São Paulo. Dada a presença massiva e pulverizada da categoria na cidade, o DIEESE propôs que, primeiramente, fosse elaborada uma metodologia capaz de dar conta da complexidade do levantamento em campo para, em uma segunda etapa, realizar a pesquisa.

Os movimentos representativos dos ambulantes passaram, então, a buscar

recursos junto a parlamentares comprometidos com a pauta para o financiamento dessa etapa inicial. Uma vez obtido o montante necessário, o DIEESE, entre 2022 e 2023, dedicou-se ao desenvolvimento de metodologia consistente para a realização da pesquisa no município de São Paulo, que se iniciou com revisão bibliográfica sobre o tema e análise sistemática dos marcos normativos que regem o trabalho no comércio de rua. Também foram realizadas nesta fase oficinas que contaram com a participação de lideranças ambulantes e especialistas na temática, com a finalidade de recolher elementos para elaboração de questionários adequados para abordar assuntos de interesse da pesquisa, bem como mapear a distribuição dos locais onde há presença de ambulantes, com vistas à definição

de amostra estatística probabilística que representasse a categoria. Além disso, foram realizadas entrevistas com todos os ambulantes presentes nessas atividades, o que possibilitou traçar um perfil desse conjunto de profissionais.

Foram promovidas diversas oficinas em diferentes regiões da cidade — região central e Brás; Zona Sul; Zona Oeste; Zona Leste 1 (São Miguel Paulista) e Zona Leste 2 (Guaianases, Itaquera, São Mateus e Artur Alvim) —, totalizando a participação de mais de 80 trabalhadores. Nessas atividades, além de se levantarem, junto aos participantes, informações sobre as áreas de concentração dos ambulantes e os horários de funcionamento desse comércio, identificaram-se os principais problemas, desafios e dificuldades que os profissionais enfrentam no trabalho. As oficinas foram fundamentais para subsidiar a elaboração dos questionários e o planejamento do desenho amostral da pesquisa.

Ainda nesta primeira etapa, empreenderam-se visitas a campo para observação da dinâmica local do comércio e pré-testes dos instrumentos de coleta produzidos, cuja versão final foi posteriormente validada, com a participação de especialistas e lideranças dos movimentos representativos dos ambulantes.

Durante a trajetória percorrida nesse período, foram estabelecidos - sempre em interlocução com os demandantes - os limites financeiros e de logística a serem respeitados para viabilizar a execução da pesquisa. Primeiramente, decidiu-se pela realização de um mapeamento das principais áreas do município com alta concentração de ambulantes, e não de um censo, como solicitado inicialmente, dada a extrema dificuldade de visita a todos os logradouros da cidade.

O desenho metodológico da pesquisa fundamenta-se na construção conceitual das “cenas” de concentração de trabalhadores ambulantes no município de São Paulo, termo adotado a partir da experiência acumulada nos estudos de campo e na revisão bibliográfica.

As “cenas” foram delimitadas por perímetros de ruas e avenidas da cidade e, para a indicação de quais deveriam compor o universo da pesquisa, utilizaram-se critérios distintos, que resultaram na seleção de dois tipos de cena. O primeiro critério foi pautado pela presença de alguns elementos urbanos que geram grande fluxo de pessoas e atraem o comércio ambulante, a saber: pontos de transporte público (estações de metrô, trem e terminais de ônibus); centralidades comerciais; instalações públicas de saúde (hospitais e Unidades de Pronto Atendimento); agências do Poupatempo; parques; localidades de concentração de registros de ambulantes com permissão para atuar em espaço público; e universidades. Vale registrar que as oficinas foram essenciais para a definição desses critérios urbanísticos.

O segundo critério foi a inclusão das localidades sugeridas pelos participantes das oficinas, que conhecem profundamente as regiões onde atuam e apontaram vários logradouros que possivelmente não seriam indicados pelos parâmetros objetivos elencados para a seleção das cenas.

Para melhor compreensão dessa etapa de construção da proposta de metodologia, deve ser consultado o Anexo 1, em que consta o relato de todas as atividades então realizadas, o processo de elaboração e as versões finais dos instrumentos para a coleta de informações, os estudos para a definição da amostra

estatística e o orçamento para a viabilização da pesquisa¹.

Por fim, também nesta fase, se definiu com clareza o público-alvo da pesquisa, passo fundamental para garantir a precisão dos dados coletados e a relevância dos resultados obtidos. Dada a amplitude de atividades praticadas por membros da população de “ambulantes”, determinou-se que o foco da pesquisa seriam os trabalhadores ambulantes estabelecidos e com atuação contínua na atividade, ou seja, os “ambulantes” com ou sem cadastro em bases de dados oficiais para permissão ao trabalho, que atuem de forma recorrente na venda de produtos ou oferta de serviços nas ruas do município de São Paulo, ocupando espaços delimitados, conhecidos como “bancas”. Não se enquadram nessa definição os trabalhadores que exercem a atividade esporadicamente, como, por exemplo, os que atuam apenas em eventos ou ocasiões especiais, bem como aqueles que vendem produtos em trânsito, sem ponto fixo, além dos que ocupam trens, metrô e ônibus. Ainda se tomou por definição de “banca” o suporte físico utilizados pelos ambulantes para a exposição e venda de seus produtos e serviços.

Após concluída a proposta metodológica, os movimentos representativos dos ambulantes foram novamente à busca de financiamento e obtiveram, por meio de emendas parlamentares provenientes do nível municipal, estadual e federal, recursos suficientes para realizá-la na íntegra. Os recursos disponibilizados foram executados por três secretarias: Secretaria Nacional de Economia

Popular e Solidária, Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo e Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo.

Os trabalhos dessa segunda etapa tiveram início em junho de 2024 e se iniciaram com a validação dos instrumentos de coleta das informações junto a especialistas na temática e definição do plano amostral. O universo amostral foi composto por 244 cenas, das quais 70 foram selecionadas para a amostra. Todo o detalhamento da construção da amostra está relatado no Anexo 2A e a relação das 70 cenas que a compõem consta do Anexo 2B.

A pesquisa foi a campo em julho e agosto de 2025, após realização de intensa campanha de sensibilização dos ambulantes das áreas que seriam visitadas, campanha que contou com a mobilização ativa de lideranças do movimento. Para isso, produziu-se material de propaganda, que foi amplamente distribuído via redes sociais e entregues pessoalmente pelas lideranças nos locais da pesquisa.

O campo da pesquisa foi muito bem-sucedido, com alta taxa de aceitação: 87% dos ambulantes abordados pela equipe de pesquisadores concordaram em conceder entrevista².

A seguir, são apresentados os resultados da pesquisa realizada nas 70 cenas amostradas, que representam um universo amostral composto por 244 cenas.

1. O relatório em questão foi elaborado para prestação de contas ao financiador do desenvolvimento metodológico, a saber, Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo, executor de recurso de emenda parlamentar destinada ao DIEESE para a elaboração do projeto de pesquisa.

2. Ver Anexo 3 – Relatório de campo da pesquisa.

RESULTADOS DA PESQUISA



Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos pela pesquisa. Cada uma das variáveis investigadas será exposta em gráficos e tabelas referentes aos trabalhadores ambulantes que compõem o universo amostral. Nos casos em que os dados revelam diferenças expressivas entre o conjunto dos ambulantes investigados e algum(ns) do(s) segmento(s) examinados, essas especificidades serão destacadas e comentadas, com a desagregação dos dados para os respectivos subconjuntos, como por exemplo, homens e mulheres; negros e brancos; trabalhadores em bancas de estrutura leve e transportáveis; média e pesada, mas transportáveis; e fixadas em calçadas; e bancas que atuam com e sem permissão da Prefeitura.

É recomendável informar que, com o intuito de facilitar a leitura deste estudo, os percentuais registrados nas tabelas e gráficos são exibidos sempre com uma casa após a vírgula, mas, todas as vezes em que forem citados no texto serão arredondados para unidades inteiras, da seguinte forma: quando o algarismo após a vírgula for igual ou superior a 5, a unidade que o antecede será ajustada para o algarismo imediatamente superior. Quando o algarismo após a vírgula for igual ou inferior a 4, a unidade que o antecede não será alterada.

Vale também ressaltar que sempre que algum gráfico não apresentar valores específicos para determinada variável, essa ausência não indica valor igual a zero, mas que a amostra não comportou desagregação para aquela categoria. A informação sobre a situação migratória dos imigrantes que trabalham como ambulantes não permitiu muitas desagregações.

Nos tópicos a seguir, serão analisadas, primeiramente, as características das bancas de vendas presentes nas cenas pesquisadas e, posteriormente, será traçado um perfil desses profissionais segundo alguns atributos pessoais e profissionais e exposta sua avaliação sobre as condições em que trabalham e suas demandas ao poder público.

Ao final do estudo, haverá um capítulo dedicado exclusivamente aos ambulantes imigrantes, que representam mais de 30% do total dos profissionais da categoria.



+ CARACTERÍSTICAS DAS BANCAS

A pesquisa possibilitou estimar que existem no universo analisado 12.337 bancas de vendas e 12.671 ambulantes, o que significa, em média, 1,03 ambulante por banca.

Neste tópico, apresentam-se as características das bancas registradas, como estrutura e mercadorias comercializadas.

Optou-se, aqui, por denominar genericamente “banca” todos os tipos de suporte físico que os ambulantes utilizam para expor suas mercadorias, desde panos estendidos no chão até bancas fixadas nas calçadas.



12.337
BANCAS



12.671
AMBULANTES

Estrutura das bancas

Para caracterização da estrutura das bancas pesquisadas, foram definidos três tipos, a saber:



estrutura leve, transportável, como araras, tripés, caixotes, pano no chão, tabuleiros e caixa de isopor;



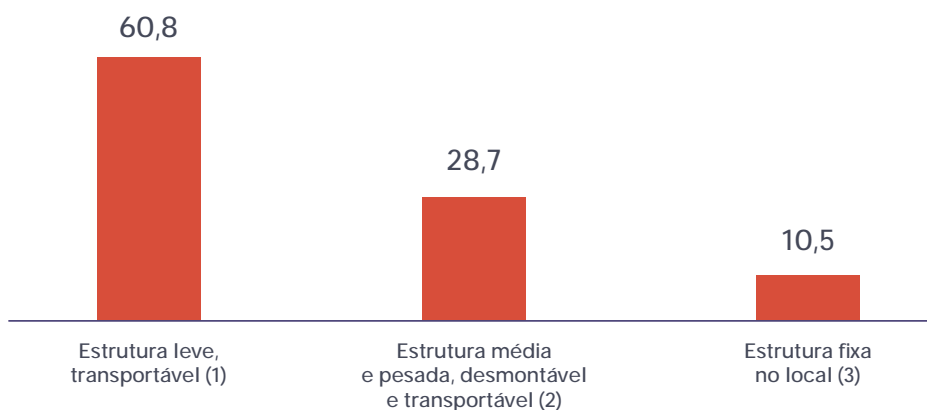
estrutura média e pesada, desmontável e transportável, como carrinhos com rodas, bancas de madeira ou de ferro, bancas com rodas e veículos adaptados para preparação de alimentos no local;



estrutura fixa no local, fixada no chão e imóvel.

No Gráfico 1, a seguir, apresenta-se a distribuição das bancas, de acordo com a estrutura que possuem. Conforme se pode observar, a maioria é de estrutura leve, que corresponde a 61% do total. Bancas de estrutura média e pesada, desmontáveis e transportáveis são 29% e as de estrutura fixa nas calçadas são 11%.

Gráfico 1 - Distribuição percentual das bancas, segundo estrutura
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) arara, tripé, caixote, pano no chão, tabuleiro, caixa de isopor

(2) carrinho com rodas, bancas de ferro ou de madeira, bancas com rodas, veículo adaptado para preparação de alimento no local

(3) fixada no chão, imóvel

Mercadorias comercializadas

Quanto às mercadorias comercializadas nessas bancas, mais da metade (55%) são roupas. Em seguida, registraram-se alimentos preparados no local para consumo imediato (14%). Os demais produtos são vendidos por menos de 5% do total.



Gráfico 2 - Proporção de bancas, segundo mercadoria comercializada (1)(2)
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) Foram registrados diversas bancas que comercializam outros tipos de mercadoria, cuja amostra não comporta desagregação, como: frutas, verduras, temperos, plantas, flores e arranjos; calçados, tênis, chinelos e óculos; brinquedos; produtos para pets; utensílios domésticos e ferramentas de construção; artesanato e produtos esotéricos/alternativos (incensos, remédios naturais, pomadas, homeopatia); serviços pessoais (massagem, sobrancelha, cartomante, tarô, tatuagem henna etc.); serviços de artes (música, mágica etc.); e antiguidades e colecionáveis (moedas, brechó, feira do rolo etc.)

(2) Algumas bancas comercializavam mais de um tipo de mercadoria.

CARACTERÍSTICAS DOS AMBULANTES

Neste tópico serão abordadas alguns dos atributos pessoais dos ambulantes, bem como grau de escolaridade, nacionalidade e religião.

Características pessoais



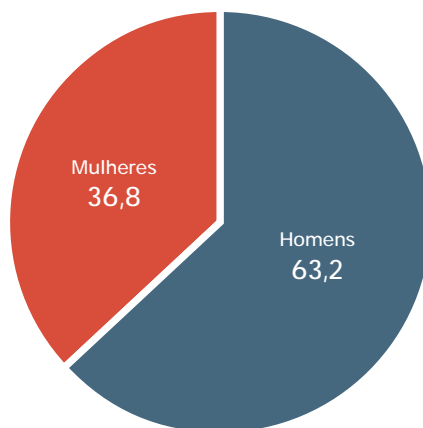
SEXO

Os homens são a maioria dos ambulantes, representando quase dois terços (63%) do conjunto da categoria, enquanto as mulheres correspondem a 37%. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADc, entre os ocupados do município de São Paulo no segundo trimestre de 2025, as mulheres

são 46% e os homens, 54%. Isso significa que o trabalho ambulante é mais masculinizado do que o total do mercado de trabalho no município.



**Gráfico 3 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo sexo
Município de São Paulo - 2025**



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

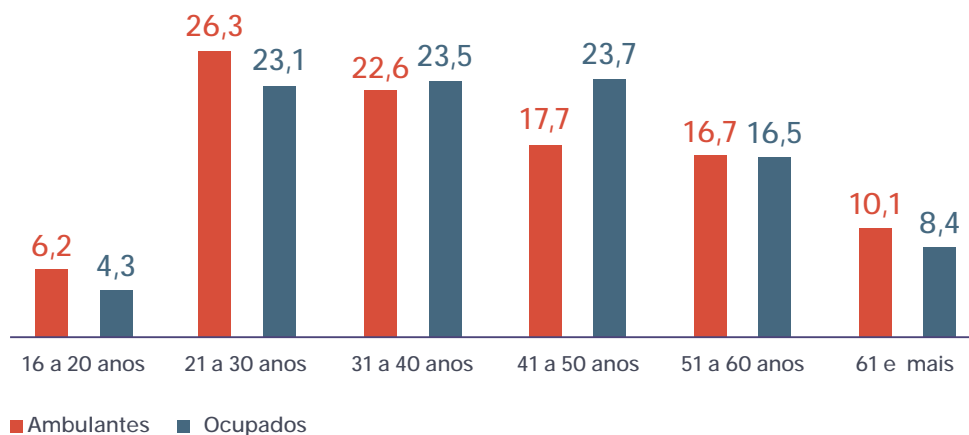
IDADE

A média de idade do conjunto dos ambulantes é de 40 anos e a mediana, de 39 anos³, sendo que um terço (33%) tem até 30 anos, 40% têm entre 31 e 50 anos e pouco mais de um quarto (27%), 51 anos e mais. Merece registro a parcela de 10% da categoria com 61 anos e mais que ainda trabalha na atividade.

3. A média corresponde ao valor obtido ao somar todos os casos e dividir pelo número de observações, sendo sensível a valores muito altos ou muito baixos. Já a mediana representa o ponto central da distribuição, o valor que divide a amostra em duas metades, e, portanto, é menos afetada por extremos. A comparação entre média e mediana permite identificar o grau de dispersão e a presença de assimetrias na distribuição: quando a média é maior que a mediana, por exemplo, isso indica que há casos com valores elevados que "puxam" o resultado para cima.



Gráfico 4 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo faixa etária
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo
IBGE. Pnad Continua – 2º trimestre de 2025. Elaboração: DIEESE

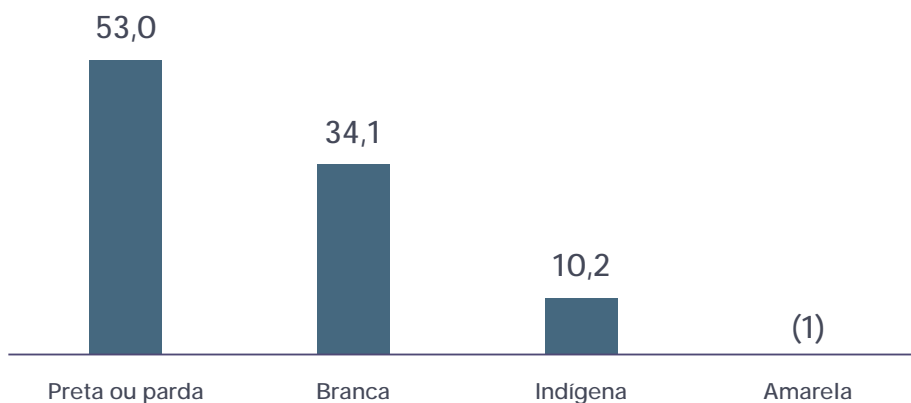
A distribuição etária dos ambulantes é próxima da relativa à população paulistana ocupada, na qual, segundo dados da PNADc para o segundo trimestre de 2025, 27% têm entre 16 e 30 anos; 48%, entre 31 e 50 anos; e um quarto (25%), 51 anos e mais.

COR OU RAÇA

No que se refere à cor ou raça, mais da metade dos ambulantes é preta ou parda (53%); mais de um terço (34%) é branco; e 10% são indígenas. Do total dos indígenas, quase 90% são imigrantes sul-americanos, em especial, bolivianos. A proporção de amarelos entre os ambulantes não pôde ser aferida, em função do baixo número de casos registrados.

Quando comparadas essas informações às relativas aos ocupados do município de São Paulo captadas pela PNADc no segundo trimestre de 2025, notam-se distinções significativas. Os brancos são mais da metade dos ocupados, representando 53% do total; já os pretos ou pardos correspondem a 44% - nove pontos percentuais a menos que o registrado entre os ambulantes. Os amarelos, que têm frequência inexpressiva entre os ambulantes, são 2% dos ocupados paulistanos e os indígenas não alcançam proporção suficiente para o cálculo do percentual.

**Gráfico 5 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo cor/raça
Município de São Paulo - 2025**



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

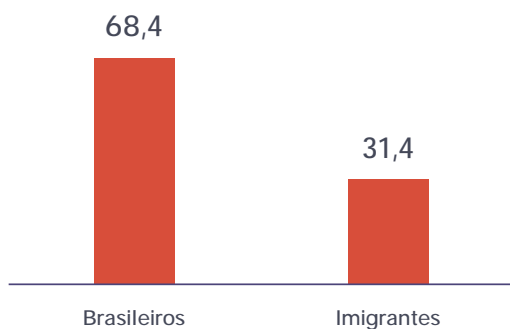
(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.



NACIONALIDADE

A presença de imigrantes entre os trabalhadores ambulantes é expressiva, correspondendo a 31% do total, diante de 68% de brasileiros. Como dito anteriormente, informações sobre essa população serão apresentadas ao final do estudo.

**Gráfico 6 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo nacionalidade
Município de São Paulo - 2025**



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

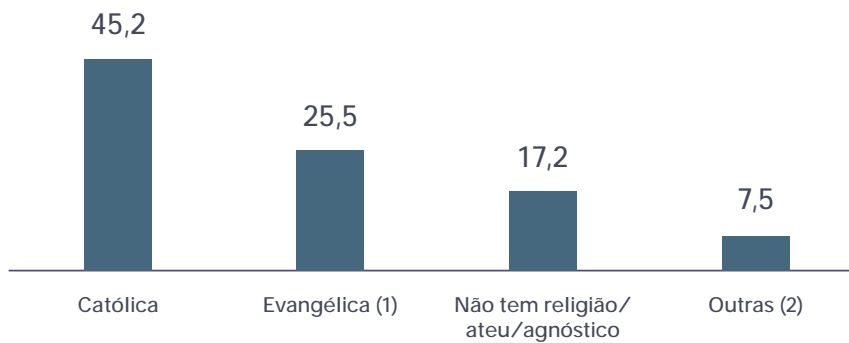




RELIGIÃO

Também se solicitou aos entrevistados que informassem sua religião. Quase metade (45%) declarou-se católica; um quarto (26%), evangélico; e 17% afirmaram não ter religião. Outras religiões também foram mencionadas, porém não alcançaram frequência suficiente para o cálculo do percentual que representam.

**Gráfico 7 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo religião
Município de São Paulo - 2025**



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) Universal; Assembleia de Deus; Deus é Amor; Renascer etc

(2) Inclui protestante (baptista; adventista; presbiteriano; luterano, etc.), espírita / kardecista, matriz africana (candomblé; umbanda etc), muçulmana / islâmica, oriental (budista; taoísta; seicho-no-iê; hinduísta, hare krischna)

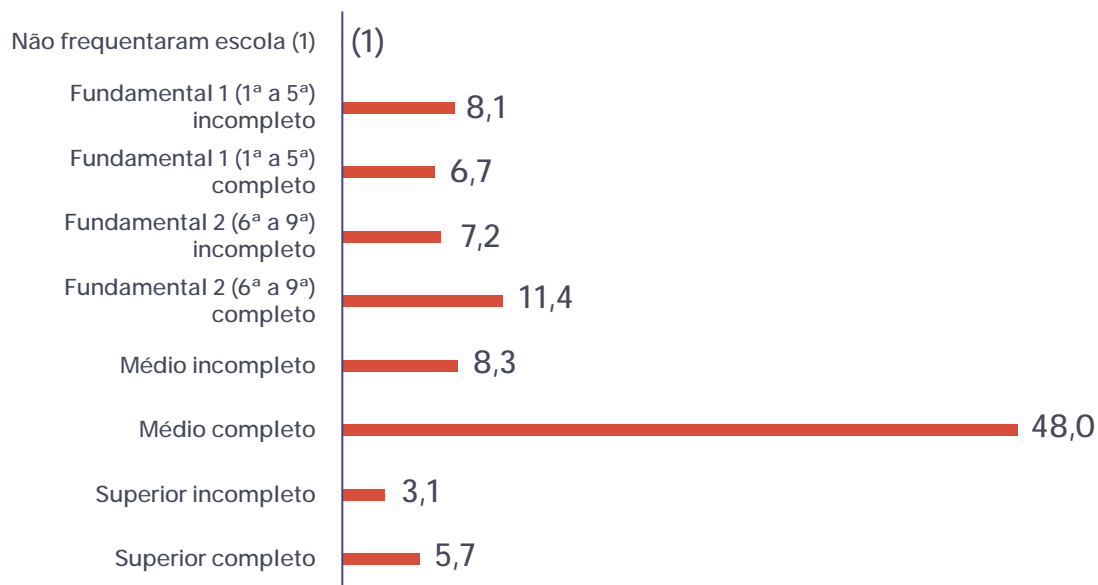
ESCOLARIDADE

Quanto ao grau de escolaridade, aproximadamente metade dos ambulantes (48%) completou o ensino médio; um terço (33%) não chegou a alcançá-lo e 8% o atingiram, mas não o concluíram. Houve ainda cerca de 9% que ingressaram no grau superior de ensino, sendo que 6% o finalizaram.

Nossas Histórias **SOMAM**



**Gráfico 8 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo escolaridade
Município de São Paulo - 2025**



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Conforme dados da PNADc para o segundo trimestre de 2025, a escolaridade da população ocupada do município de São Paulo é significativamente mais alta que a dos ambulantes. Nesse período, 42% dos paulistanos ocupados completaram o ensino médio ou ingressaram no ensino superior e outros 38% o concluíram.

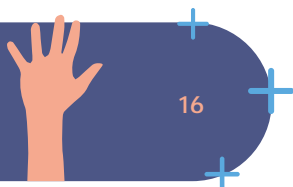
Características profissionais

Aqui, serão apresentadas informações relativas ao trabalho dos ambulantes, como, entre outras, ocupação que exerciam anteriormente, tempo em que atuam na profissão e motivos que os levaram a optar pelo comércio de rua.



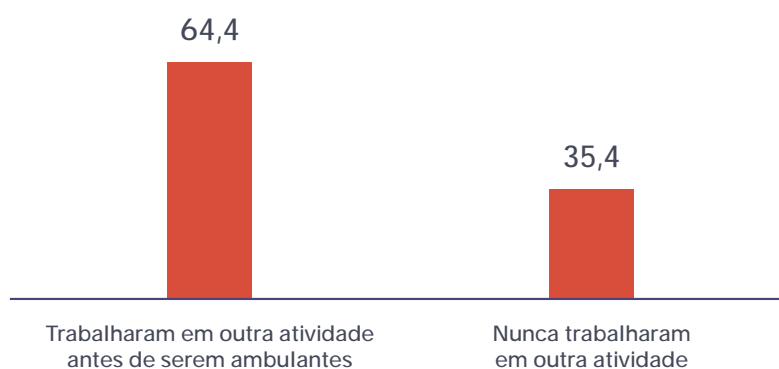
TRABALHO ANTERIOR AO DE AMBULANTE

Do total dos ambulantes, 64% afirmaram ter trabalhado em outra atividade antes de exercer a atual profissão, enquanto cerca de um terço (35%) declarou nunca ter realizado outro trabalho, a não ser o de ambulante.



- + Entre os que já exerceram outra atividade, dois terços (66%) eram empregados com carteira de trabalho assinada; quase um quarto era assalariado sem carteira e aproximadamente 8% eram autônomos. Foram relatadas algumas outras situações ocupacionais, como proprietário de negócio e trabalho em empreendimento familiar, cujos percentuais não puderam ser calculados em razão do reduzido número de ocorrências.

**Gráfico 9 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo realização de trabalho em outra atividade antes de ser ambulante
Município de São Paulo - 2025**



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo



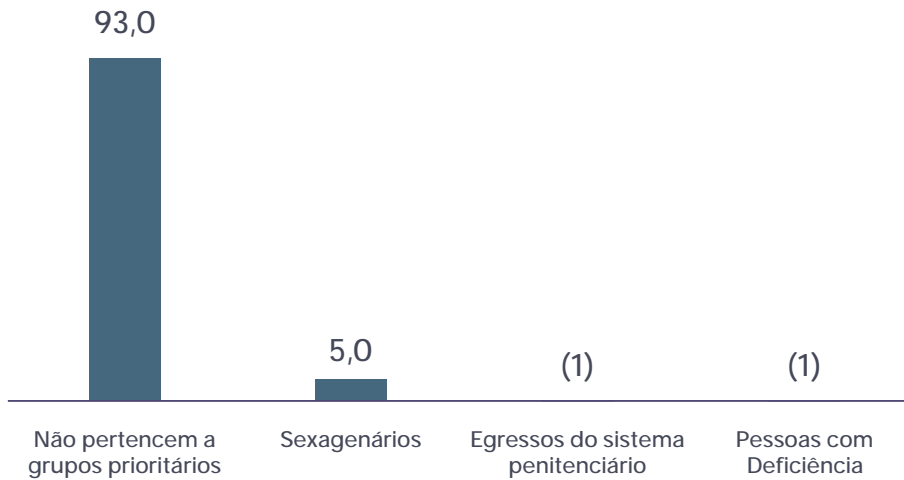
PERTENCIMENTO A GRUPOS PRIORITÁRIOS PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

A legislação estabelece que a concessão de pontos em vias públicas para o trabalho ambulante deve ser destinada prioritariamente a pessoas com deficiência (PCDs), sexagenários e egressos do sistema penitenciário. A pesquisa realizada revelou que expressiva maioria dos profissionais não pertence a esses grupos e que 5% são sexagenários. Pessoas com deficiência e egressos do sistema previdenciário não alcançaram número suficiente para o cálculo do percentual que representam.

Nossas Histórias **SOMAM**



**Gráfico 10 - Proporção de ambulantes, segundo pertencimento a grupos prioritários para exercer a profissão
Município de São Paulo - 2025**



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

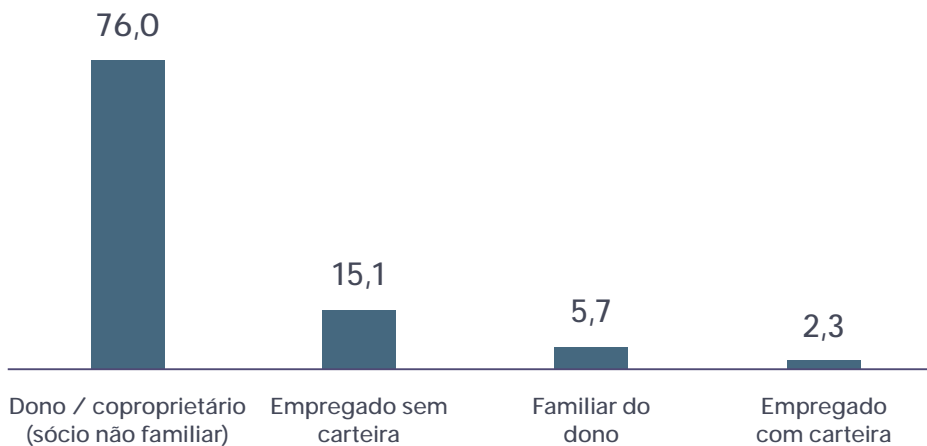
(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria



RELAÇÃO COM A BANCA EM QUE TRABALHAM

Quanto à relação dos ambulantes com o ponto em que atuam, mais de três quartos (76%) são proprietários; 15% são empregados sem carteira assinada; 6% são familiares do proprietário; e 2% são empregados com carteira assinada. Outros tipos de vínculo foram registrados, como auxiliar legal de deficiente ou de sexagenário e locatário do ponto, mas sem proporção desagregável.

**Gráfico 11 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo relação com o ponto em que trabalham
Município de São Paulo - 2025**



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo



Cabe destacar que foram observadas diferenças relevantes sobre a relação dos ambulantes com os pontos de venda em que atuam de acordo com o tipo de estrutura da banca em que comercializam seus produtos, em especial no que se refere aos proprietários e aos empregados sem carteira de trabalho assinada.

Como se pôde notar no Gráfico 11, no total de entrevistados, 76% são proprietários do ponto. Os dados desagregados por tipo de banca mostram, no entanto, que entre as de estrutura leve, transportável, os proprietários que estão trabalhando no local são 80%; familiares dos proprietários são 6% e empregados sem carteira de trabalho assinada são 13%. Entre as de estrutura média e pesada, mas transportáveis, os proprietários são 83% e os empregados sem carteira de trabalho assinada são 14%.

Já nas bancas de estrutura fixa no local, o percentual de proprietários presentes é 43%, bem inferior ao verificado nos demais portes de banca e o de empregados sem carteira é de 29%, proporção quase duas vezes superior à observada nos demais tipos de banca.

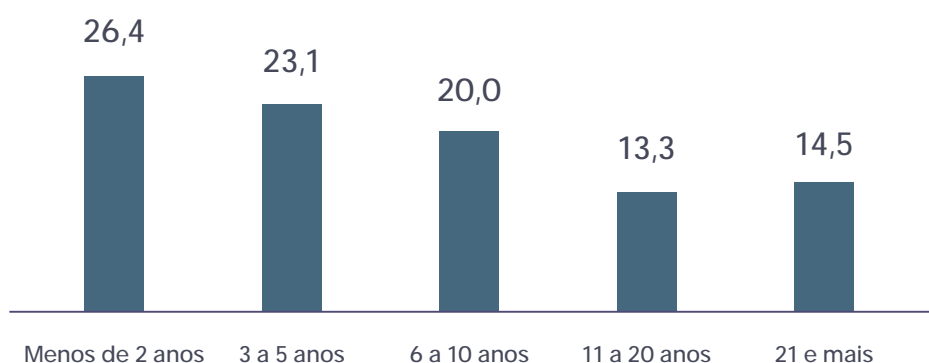


TEMPO DE TRABALHO COMO AMBULANTE

Cerca de metade dos ambulantes afirmou exercer a profissão há menos de cinco anos; e para mais de um quarto (26%), esse período é inferior a dois anos. Outros 20% trabalham no comércio de rua entre seis e 10 anos e 28% estão na atividade há 11 anos ou mais. Note-se que 15% exercem a profissão há mais de 21 anos.

Esses dados indicam que, para parte expressiva da categoria, esta não é uma atividade transitória, mas de médio e longo prazo.

**Gráfico 12 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo tempo em que trabalham como ambulantes
Município de São Paulo - 2025**



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo



Deve-se comentar que mais da metade dos ambulantes que trabalham em bancas com estrutura leve, transportável (52%) atua na atividade há menos de cinco anos. Nas bancas fixas, pouco mais de um quarto (26%) trabalha na profissão há 21 anos ou mais.

Também merece atenção especial o tempo de profissão dos ambulantes que não têm permissão para trabalhar, dado que se arriscam diariamente a ter suas mercadorias confiscadas. Desses não permissionários, que representam 56% da categoria, quase metade (46%) está na atividade há mais de seis anos; quase um quarto (24%), há mais de 11 anos; e 11%, há 21 anos ou mais.

**Tabela 1. Distribuição percentual dos ambulantes que não têm permissão para trabalhar, segundo tempo em que trabalham como ambulantes
Município de São Paulo - 2025**

Tempo de trabalho	Percentual ⁽¹⁾
Até 5 anos	56,5
6 a 10 anos	43,5
11 a 20 anos	13,3
21 anos ou mais	10,6
Não sabem/não responderam	(2)
Total	100,0

Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) No total dos ambulantes que não têm permissão para trabalhar

(2) A amostra não comporta desagregação para esta categoria



MOTIVOS PARA TRABALHAR COMO AMBULANTE

O principal motivo citado pelos ambulantes para terem optado pela atividade foi a flexibilidade e a autonomia que o trabalho lhes proporciona, justificativa apresentada por 32% dos entrevistados. Outros 26% declararam ter ingressado na profissão por estarem desempregados e não terem conseguido outra colocação, enquanto 24% afirmaram que a atividade lhes assegura maiores rendimentos. Ainda 9% alegaram ter permanecido na atividade já exercida pela família e 3% relataram ter sido convidados para esse trabalho.

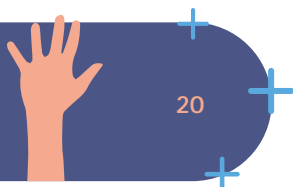
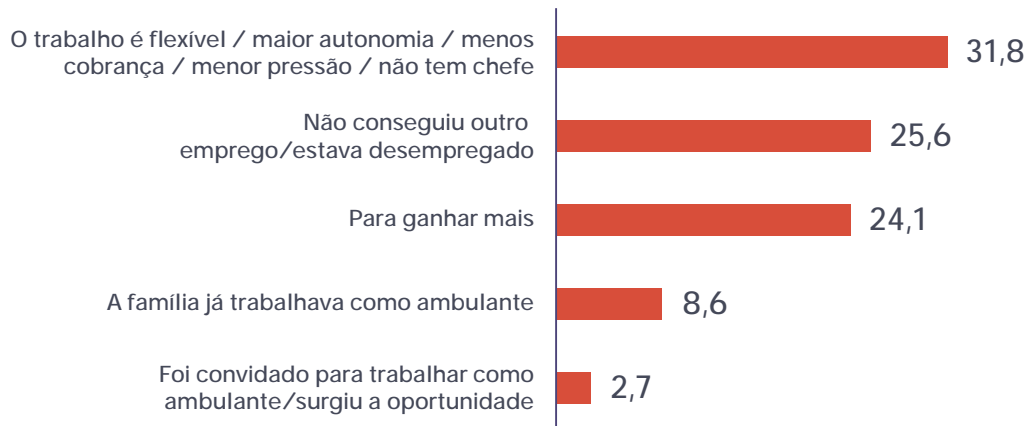




Gráfico 13 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo principal motivo para trabalhar como ambulante (1)
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) Foram registrados, entre outros motivos não passíveis de desagregação: perda ou fechamento de negócio próprio; e necessidade de enviar recursos a familiares no exterior.

Condições do trabalho ambulante

Serão expostos neste tópico aspectos relacionados ao trabalho no comércio de rua, como permissão para uso do espaço público, jornada de trabalho e seguridade social, entre outros.



PERMISSÃO PARA TRABALHAR EM ESPAÇO PÚBLICO

Uma das questões cruciais para a viabilização do trabalho ambulante é a aquisição do direito a atuar em via pública, concedido exclusivamente pelo poder público. No município de São Paulo, vigoram atualmente algumas modalidades de permissão. Uma é o TPU – Termo de Permissão de Uso -, previsto na Lei 11.039, de 1991, e na Lei 13.635, de 2003, que atribuem a responsabilidade pela concessão de pontos às Subprefeituras de São Paulo e estabelecem prioridade para Pessoas com Deficiência (PCDs), a idosos com mais de 60 anos e a egressos do sistema penitenciário. O TPU tem validade máxima de três anos para PCDs severos; de dois anos para PCDs com capacidade reduzida e sexagenários; e de um ano para egressos do sistema penitenciário e demais trabalhadores.



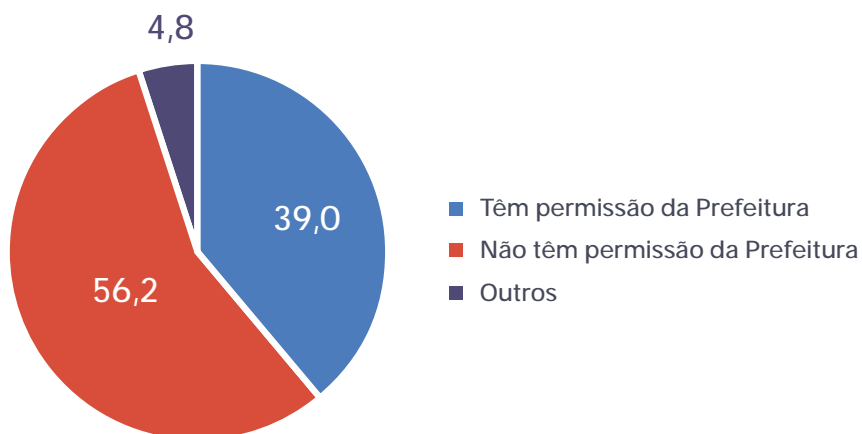
Outro tipo de permissão é o "Tô Legal", sistema on-line implantado em julho de 2019, para autorizar o comércio nas vias públicas do município, com validade de até 90 dias no mesmo local. Também existem cooperativas de trabalhadores ambulantes que participam da gestão de determinados espaços públicos, como parques, e negociam para seus cooperados a autorização para exercerem a atividade nesses locais.



Ainda há programas destinados especificamente à concessão de licença para que artesãos possam comercializar suas mercadorias. Uma delas é de âmbito estadual, concedida pela Sutaco - Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades – órgão criado pelo Governo de São Paulo e subordinado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Outra é a CNA – Carteira Nacional do Artesão, prevista na Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015, e fornecida pelo Sicab - Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro -, com validade em todo o território nacional pelo prazo de seis anos. Por fim, há o Programa Mãos e Mentes Paulistas, da Prefeitura de São Paulo, que concede aos artesãos credenciamento para participação em feiras de artesanato, eventos e pontos de comercialização no município.

Entre os ambulantes entrevistados, a maioria (56%) trabalha sem permissão do poder público e pouco menos de 40% têm algum tipo de autorização. Outros 5% não souberam – ou não quiseram – responder à pergunta.

**Gráfico 14 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo permissão da Prefeitura para trabalhar no ponto em que atuam
Município de São Paulo - 2025**



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo



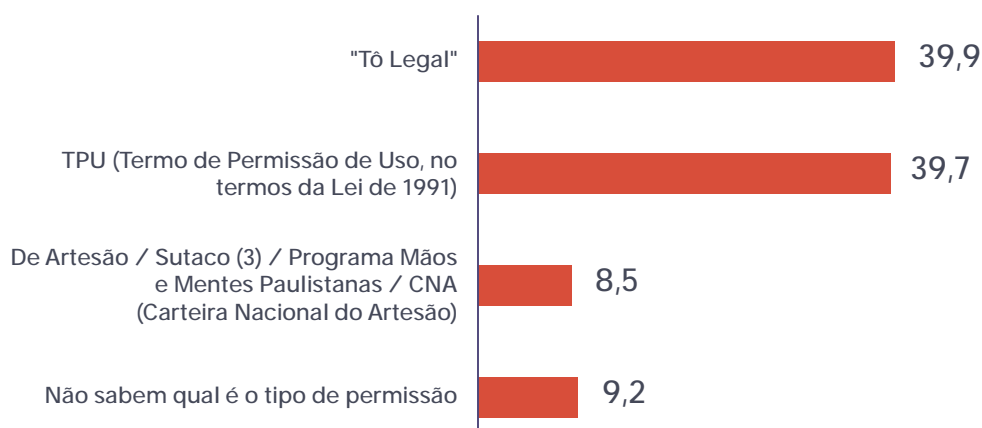


É importante registrar que quando observada a partir do quesito cor ou raça, a proporção dos que não têm autorização para trabalhar na rua é expressivamente maior entre os indígenas: 91% não a possuem. Cabe aqui lembrar que os indígenas, na grande maioria, são imigrantes sul-americanos, em especial, bolivianos. Entre os pretos e pardos, esse percentual é de 55%; e entre os brancos, de 46%.

Outra característica a ser destacada dos que não têm autorização para o trabalho ambulante é que são mais jovens, com média de 39 anos. Entre os que têm a concessão para o comércio de rua, a média de idade é de 44 anos.

Dos 39% que afirmaram ter permissão para trabalhar no ponto, 58% são titulares da permissão e 42% não o são. Dos permissionários, 40% possuem TPU e 40%, "Tô Legal". Há ainda 9% que têm algum tipo de licença de artesanato e outros 9% que declararam ter autorização, mas não sabem informar de qual tipo.

Gráfico 15 - Distribuição percentual dos ambulantes que têm permissão da Prefeitura para trabalhar no ponto em que atua (1), segundo tipo de permissão (2) Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) No total dos que têm permissão da Prefeitura para trabalhar no ponto em que atuam (39,0%)

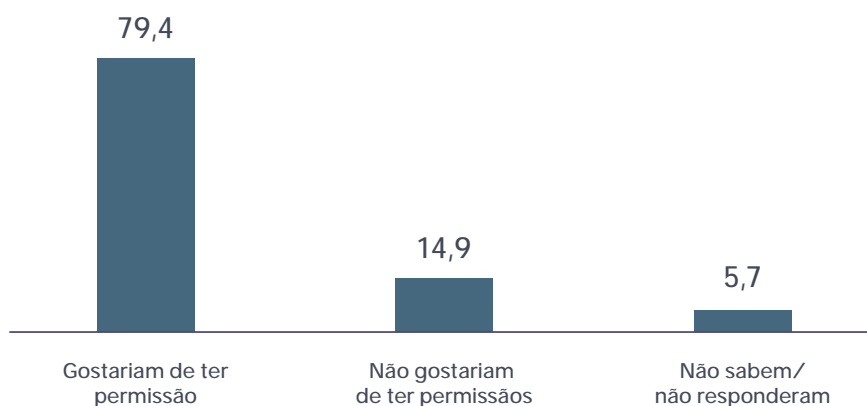
(2) Foram registrados outros tipos de permissão cuja amostra não permitiu desagregação.

(3) Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades

Aos ambulantes que não têm permissão do poder público para ocupar o ponto em que trabalham (56%), perguntou-se se teriam interesse em adquiri-la. Quase 80% desses responderam afirmativamente à questão; 15% manifestaram não ter interesse e 6% não souberam responder.



Gráfico 16 - Distribuição percentual dos ambulantes que não têm permissão da Prefeitura para trabalhar no ponto em que atuam (1), segundo desejo de adquirir permissão para trabalhar como ambulante
Município de São Paulo - 2025

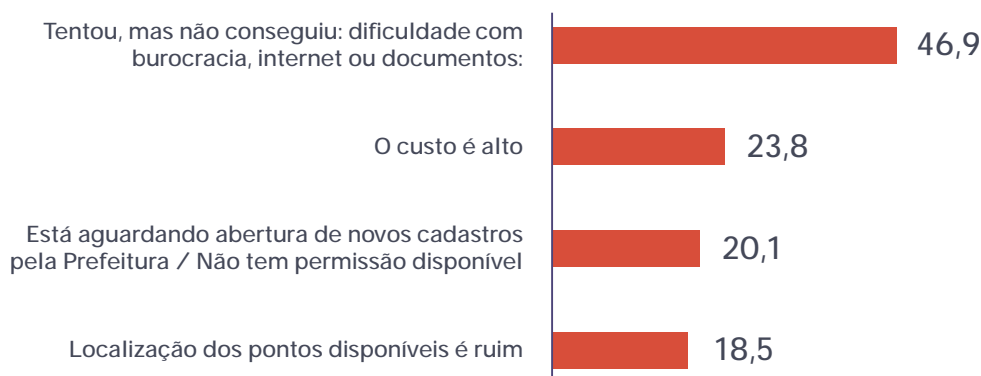


Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) No total dos que não têm permissão para trabalhar no ponto em que atuam (56,2%)

Indagou-se ainda aos que não têm permissão para atuar no comércio de rua, mas gostariam de obtê-la, o porquê de não a terem adquirido. Quase metade desses (47%) alegou ter tentado, mas esbarrado em dificuldades com a burocracia, com a internet ou com documentos e cerca de um quarto (24%) não pôde arcar com os custos da autorização. Ainda 20% aguardam a abertura de novos cadastros pela Prefeitura e quase 20% não têm interesse nos pontos disponíveis, que consideram inadequados.

Gráfico 17 - Proporção de ambulantes que gostariam de ter permissão para trabalhar como ambulante (1), segundo motivo por não ter permissão (2)
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) No total de ambulantes que não têm permissão para trabalhar no ponto em que atuam, mas gostariam de adquiri-la (45%).

(2) Foram ainda registrados outros motivos para a não regularização do ponto, como: permissão suspensa, em disputa judicial; impossibilidade de ter permissão no ponto ocupado e interesse em permanecer no ponto; processo de regularização em tramitação.





JORNADA DE TRABALHO

Conforme apresentado na Tabela 2, mais da metade dos ambulantes (57%) cumpre jornadas semanais de até 44 horas - limite máximo permitido pela legislação brasileira. Entre a população ocupada do município de São Paulo, esse é o tempo dedicado ao trabalho por quase três quartos (74%). Isso mostra que é expressivamente maior a proporção de trabalhadores ambulantes que realizam jornadas superiores à estabelecida por lei: 44% contra 27% entre a população ocupada.

Tabela 2. Distribuição percentual dos ambulantes e da população ocupada, segundo faixas de horas trabalhadas por semana Município de São Paulo - 2025

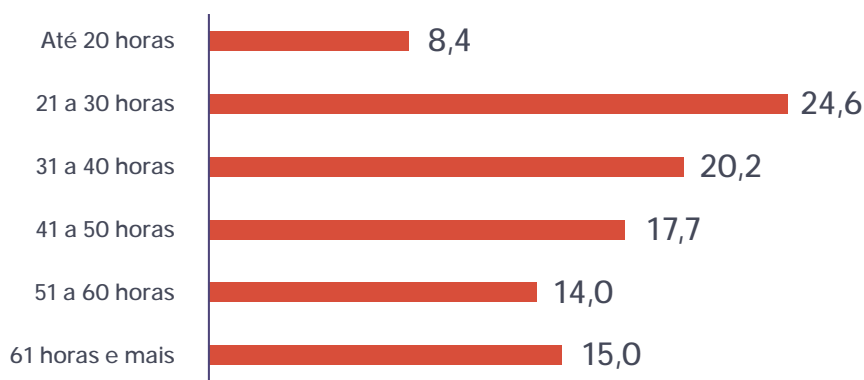
Faixa de horas trabalhadas por semana	Ambulantes	População Ocupada
Até 44 horas	56,5	73,5
Mais de 44 horas	43,5	26,5

Fontes: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

IBGE. Pnad Continua – 2º trimestre de 2025. Elaboração: DIEESE

Ainda é possível observar no Gráfico 18, a seguir, que quase 30% dos ambulantes trabalham semanalmente mais de 51 horas.

Gráfico 18 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo faixa de horas trabalhadas por semana Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo



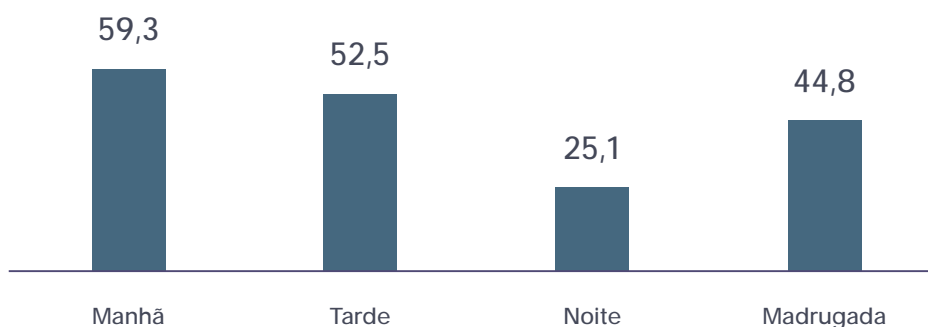
Os dados relativos à jornada de trabalho de homens e mulheres indicam que as mulheres trabalham menos horas: enquanto os homens cumprem, em média, 45 horas semanais, as mulheres realizam 40 horas. Essa diferença pode estar associada ao tempo despendido pelas mulheres com afazeres domésticos e com trabalho de cuidado de crianças e idosos, significativamente superior ao gasto pelos homens. Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2022, no município de São Paulo, as mulheres dedicavam às tarefas domésticas uma média de 19,4 horas por semana e os homens, de 11,6 horas.



Ainda foi possível observar que nas bancas de estrutura fixa, as jornadas de trabalho são bem mais extensas: quase um terço dos ambulantes que nelas atuam (32%) trabalham mais de 60 horas semanais, sendo que quase dois terços (63%) ultrapassam 51 horas semanais. Deve-se lembrar que essas bancas mais estruturadas têm maior presença de assalariados sem carteira e menor de proprietários.

Quanto ao período do dia em que trabalham, aproximadamente 60% atuam pela manhã; 53%, à tarde; 25%, à noite e 45%, de madrugada.

**Gráfico 19 - Proporção de ambulantes, segundo turno de trabalho
Município de São Paulo - 2025**



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo



DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO

Também se solicitou aos entrevistados que informassem o tempo e o transporte que utilizam para se deslocarem para o trabalho.

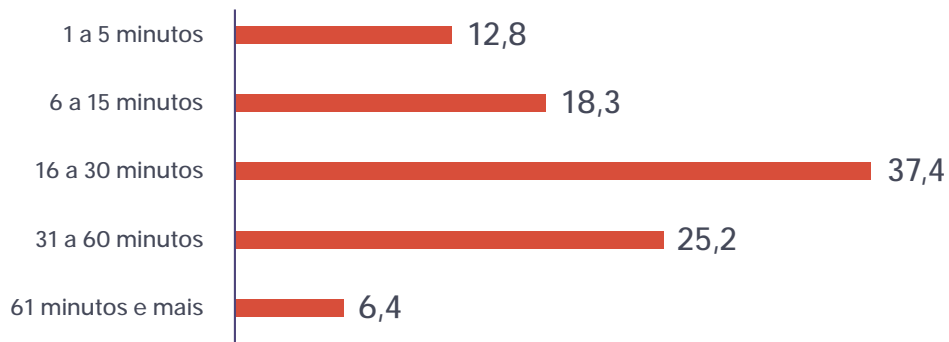




Tempo de deslocamento

Os entrevistados informaram despendar, em média, 32 minutos no trajeto entre a residência e o local de trabalho⁴, com mediana de 30 minutos.

Gráfico 20 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo faixa de tempo de deslocamento no trajeto casa-trabalho
Município de São Paulo - 2025

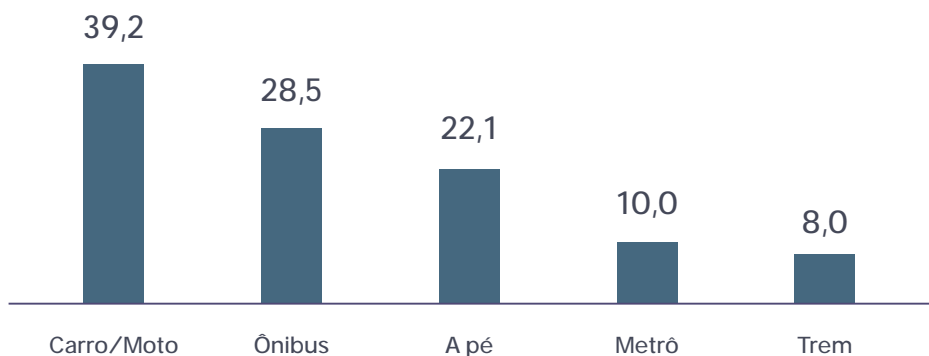


Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

Meio de transporte para o deslocamento

Em relação ao meio de transporte, aproximadamente 40% utilizam carro ou moto; quase 30%, ônibus; 22% chegam a pé, 10% se deslocam de metrô; e 8%, de trem.

Gráfico 21 - Proporção de ambulantes, segundo meio que utilizam para chegar ao trabalho
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

4. Indagou-se apenas sobre o trajeto de ida, o que permite estimar o tempo de deslocamento de ida e volta.





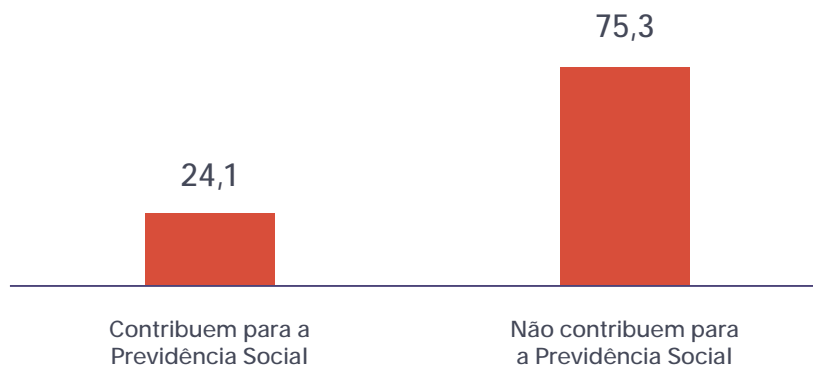
SEGURIDADE SOCIAL

Procurou-se investigar se os trabalhadores ambulantes contribuem para a Previdência Social e a forma dessa contribuição: se como autônomos, por meio de recolhimento ao INSS – Instituto Nacional do Seguro Social - ou como MEIs – Microempreendedores Individuais.

Contribuintes do INSS

Do conjunto dos entrevistados, menos de um quarto (24%) declarou contribuir para o INSS e três quartos afirmaram que não contribuem, proporção oposta à observada na população ocupada do município de São Paulo, na qual esses percentuais correspondem, respectivamente a 73% e 24%, segundo a PNADc.

**Gráfico 22 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo contribuição à previdência social
Município de São Paulo - 2025**



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

Embora a proporção de não contribuintes entre os ambulantes seja alta sob qualquer perspectiva, alguns recortes das informações coletadas revelam que há discrepâncias ainda maiores em determinados subconjuntos, sendo tanto maiores quanto mais vulnerável o segmento.

Quando se observa essa distribuição a partir do quesito cor ou raça, por exemplo, constata-se que 94% dos ambulantes indígenas e 76% dos negros ou pardos não são contribuintes, proporção que entre os brancos é de 69%.





Também entre os ambulantes que trabalham em bancas com diferentes tipos de estrutura, verificam-se percentuais bem mais elevados de não contribuintes entre os que atuam em condições mais precárias. Nas bancas leves e transportáveis, os contribuintes são 20% e os não contribuintes, 79%, proporção próxima da apurada nas bancas médias e pesadas, mas transportáveis, nas quais os percentuais são 22% e 78%, respectivamente. Já nas bancas com estrutura fixada no local, 49% dos entrevistados são contribuintes e 51%, não contribuintes, apresentando, neste caso, valores superiores ao da totalidade do município conforme os dados da PNADc.

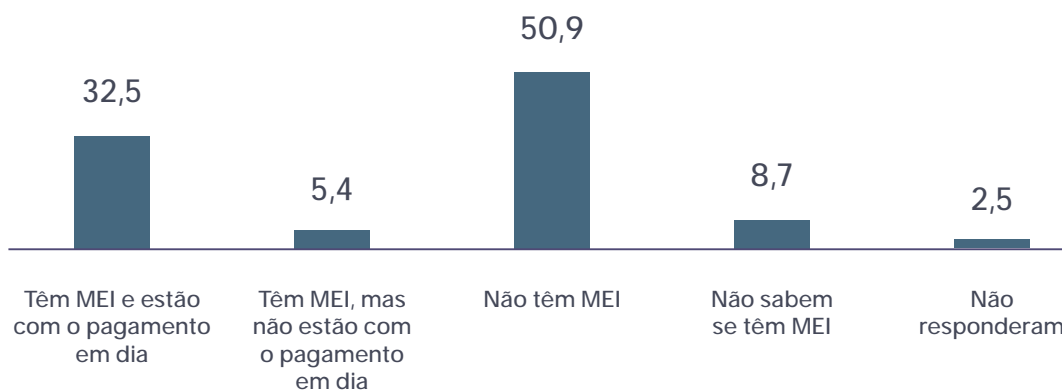
Ainda é visível a distinção entre os trabalhadores cujo ponto de venda tem permissão da Prefeitura para o exercício da atividade e os que não a têm. Dos que atuam com autorização, 36% declararam recolher à Previdência Social e 64%, não. Entre os que não têm permissão, esses percentuais correspondem a 18% e 81%.

Microempreendedores Individuais

Ao serem indagados sobre terem se formalizado como MEI, política criada originalmente tendo os ambulantes como um dos principais público-alvo, 38% dos trabalhadores responderam afirmativamente à questão, sendo que 33% declararam estar com o pagamento das mensalidades em dia e 5%, em atraso.

Pouco mais da metade (51%) não aderiu ao MEI e 9% informaram não saber se o possuem ou não.

**Gráfico 23 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo posse de MEI
Município de São Paulo - 2025**



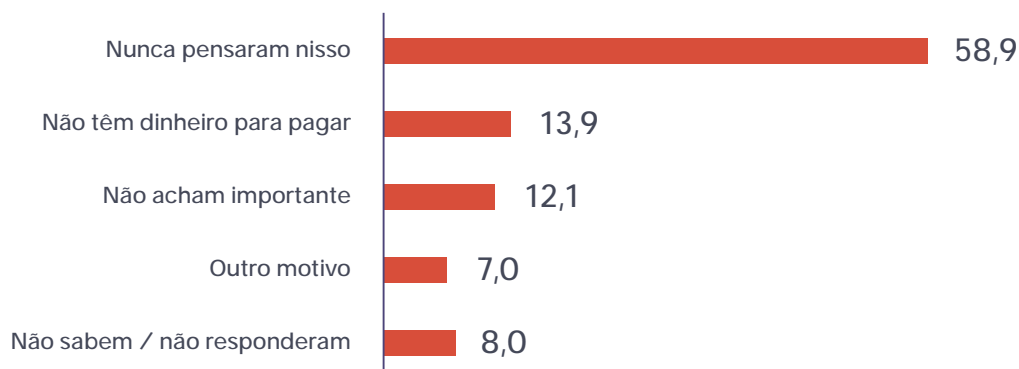
Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo



Aos 51% que afirmaram não ter adotado o MEI, questionou-se sobre os motivos que os levaram à não adesão. A maior parte desses (59%) alegou nunca ter pensado nessa possibilidade; 14% mencionaram a falta de dinheiro para pagá-lo; e 12% não o consideraram importante.



Gráfico 24 - Distribuição percentual dos ambulantes que não têm MEI, segundo motivo por não ter MEI (1)
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) No total dos que não têm MEI (50,9%)

Situação financeira dos ambulantes

Neste tópico serão tratadas questões relativas à situação financeira, responsabilidades familiares e ao endividamento dos trabalhadores ambulantes.

REMUNERAÇÃO

A média da remuneração auferida pelos ambulantes no comércio de rua é de R\$ 3.000,00, enquanto a da população ocupada no município de São Paulo é de R\$ 5.323,04. Isso significa que, na capital paulista, os rendimentos dos ambulantes representam, em média, 56,4% dos recebidos pelos demais ocupados.

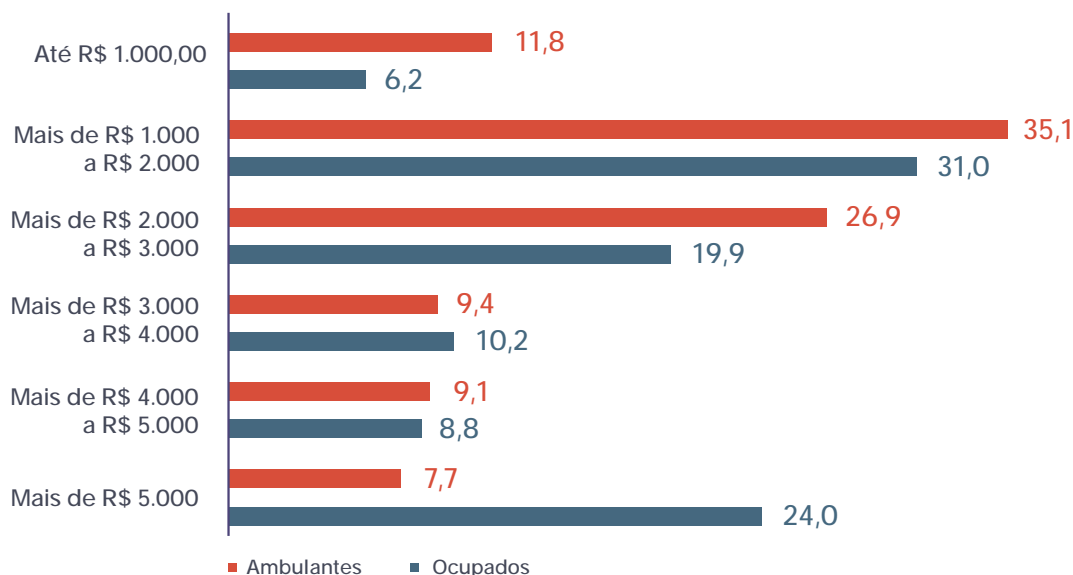
A comparação entre a distribuição dos ambulantes e dos ocupados por faixas de valores dos rendimentos advindos do trabalho evidencia uma disparidade relevante: apenas 8% dos ambulantes recebem mais de R\$ 5.000,00, ao passo que, entre os ocupados, essa proporção é de cerca de um quarto (24%), como pode ser visto no Gráfico 25, a seguir.





A análise da remuneração por sexo revela que as mulheres recebem valores inferiores aos dos homens. A remuneração média feminina é de R\$ 2.894,00, o que corresponde a 94% da masculina (R\$ 3.065,00). Note-se que a mediana da remuneração das mulheres também é mais baixa, equivalendo a R\$ 2.000,00, frente ao valor de R\$ 2.500,00 verificado entre os homens.

**Gráfico 25 - Distribuição percentual dos ambulantes e dos ocupados, segundo faixa de rendimento auferido com a profissão
Município de São Paulo - 2025**



Fontes: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo
IBGE. Pnad Continua – 2º trimestre de 2025. Elaboração: DIEESE

Há também discrepâncias entre a remuneração percebida pelos ambulantes das diferentes raças. Neste caso, os que têm maiores rendimentos são os indígenas, com média de R\$ 3.417,00, o que pode ser explicado pelo fato de que as pessoas que se declaram indígenas são, em sua maioria, bolivianos que trabalham com costura e as comercializam principalmente no Brás. No capítulo sobre os imigrantes essa discussão será aprofundada,

Pretos e pardos têm remuneração mensal média de R\$ 2.992,00 e brancos, de R\$ 2.821,00. Ainda assim, a mediana da remuneração de pretos e pardos corresponde a R\$ 2.400,00, inferior, portanto, à dos brancos, que equivale a R\$ 2.500,00.



Tabela 3. Remuneração mensal média e mediana dos ambulantes, por cor ou raça

Município de São Paulo

Cor ou raça	Remuneração mensal (R\$)	
	Média	Mediana
Indígena	3.417	3.000
Preta ou parda	2.992	2.400
Branca	2.821	2.500

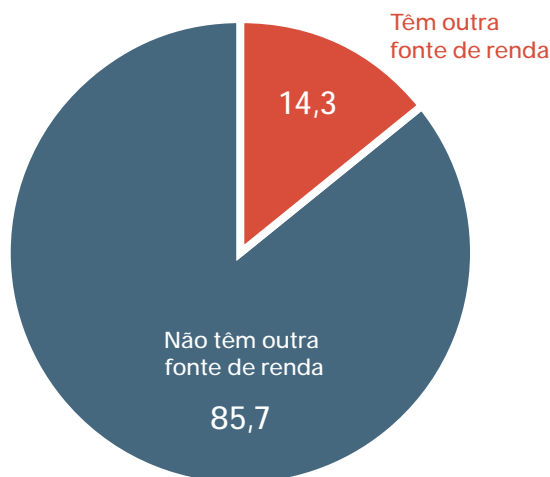
Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo



OUTRAS FONTES DE RENDA, ALÉM DA PROVENIENTE DO TRABALHO COMO AMBULANTE

Indagou-se aos entrevistados se, além do rendimento auferido pelo trabalho ambulante, possuem outras fontes de renda. Expressiva maioria (86%) respondeu negativamente à questão, ou seja, a maior parte desses profissionais vive apenas com a renda do comércio ambulante.

Gráfico 26 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo existência de outra fonte de renda além do trabalho como ambulante Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

Dos 14% que recebem outra renda, 42% declararam que provêm de outro trabalho remunerado e 35%, de aposentadorias e pensões previdenciárias. Também foram mencionados: pensão alimentícia, renda de aluguel, benefícios governamentais,



+ contribuições de parentes e/ou amigos e recursos de venda de trabalhos artesanais, todos com frequências insuficientes para aferir o percentual que representam.

+

+

Ainda entre os que possuem outras rendas (14%), solicitou-se que indicassem a principal no orçamento. Para 26%, a principal é a que recebem pelo trabalho como ambulantes e, para 44%, a renda de outras fontes é a mais importante. Outros 30% declararam que ambas têm o mesmo peso no total de rendimentos.

Gráfico 27 - Distribuição percentual dos ambulantes que têm outra fonte de renda, segundo principal fonte de renda (1)
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) No total dos que têm outra fonte de renda (14,3%)



DEPENDENTES FINANCEIROS

Solicitou-se aos entrevistados que informassem o número de pessoas que dependem da renda que recebem por seu trabalho como ambulante, incluindo nesta conta a si próprio.

Conforme mostra o gráfico a seguir, mais de 80% sustentam, além de si mesmos, no mínimo, mais uma pessoa. Do total, 37% responsabilizam-se financeiramente pela manutenção de mais duas ou três pessoas e quase um quarto (23%), além de seu próprio sustento, assegura o de mais quatro ou cinco pessoas.

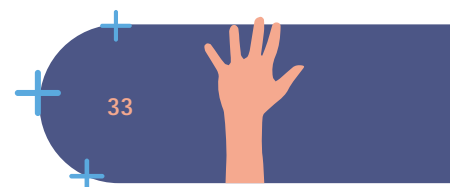
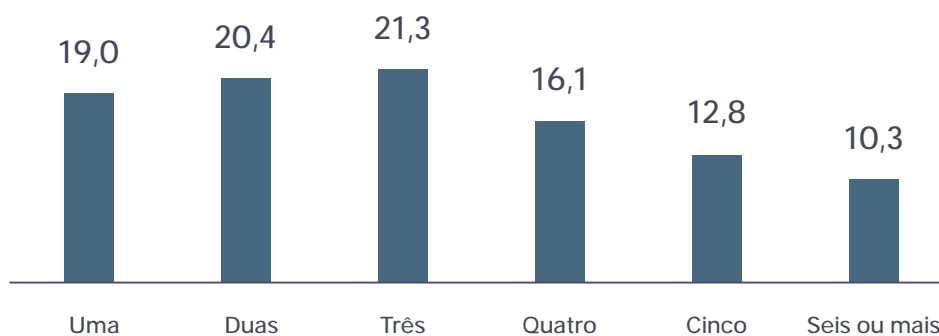


Gráfico 28 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo número de pessoas sustentadas pela renda do trabalho como ambulante (1)
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) Incluindo o próprio ambulante.

A renda per capita do trabalho ambulante — obtida pela divisão da remuneração pelo número de dependentes — é, em média, de R\$ 1.252,00. A mediana corresponde a R\$ 900,00, indicando que metade dos ambulantes tem renda per capita de até esse valor. Em relação ao salário mínimo de novembro de 2025, esses valores equivalem, respectivamente, a 0,83 e 0,59 salário mínimo.

ENVIDAMENTO

Quando da preparação da pesquisa que ora se apresenta, as lideranças ambulantes colocaram como preocupação o endividamento entre os trabalhadores da categoria. Assim, foram formuladas algumas perguntas para levantar informações sobre a questão. Indagou-se, primeiramente, sobre a realização de empréstimos enquanto trabalham como ambulantes⁵, nos últimos cinco anos, pergunta que recebeu resposta afirmativa de apenas 12,3% dos entrevistados e negativa, de 87,2%.

Sobre a quem recorreram para contrair esses empréstimos, três quartos dos que declararam tê-los contraído afirmaram ter apelado a instituições financeiras. Parcela dos respondentes, cuja frequência não permitiu mensurar o percentual que representam sobre o total, citou familiares e amigos, utilização de limite de cartão de crédito, agiotas e programas de políticas públicas.

5. Os(as) entrevistadores(as) foram orientados a coletar informações relativas apenas ao período em que os(as) entrevistados(as) trabalhavam como ambulantes. Assim, caso a atividade de ambulante estivesse sendo exercida há menos de 5 anos, deveria ser considerado apenas o período em que o(a) entrevistado(a) estivesse na profissão.



Também se solicitou aos 12% que tomaram empréstimos que informassem sua atual situação. Desses, mais da metade (54%) declarou que ainda está em pagamento e 38%, que já o quitaram. Outros, cuja proporção não pôde ser aferida, afirmaram ter suspenso o pagamento ou nem o terem iniciado.

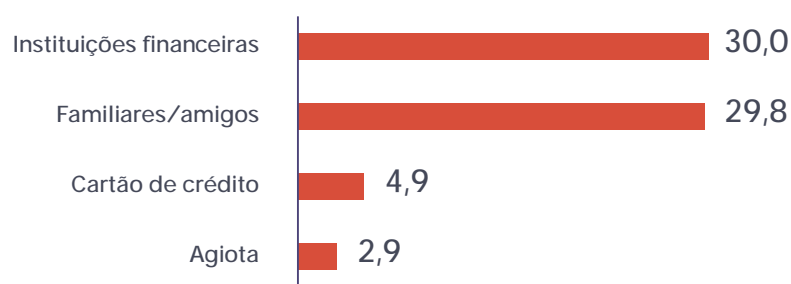
Além da questão sobre empréstimos, ainda se dirigiu aos entrevistados a seguinte pergunta: "Você contraiu dívidas e/ou deixou de pagar contas enquanto ambulante, nos últimos 5 anos?", com a intenção de captar informações sobre o não pagamento de contas de luz, água, aluguel, prestações e/ou de fornecedores e/ou de obrigações com o ponto - como TPU, taxas e outras despesas.

Aproximadamente 9% declararam que sim, contraíram alguma(s) dessas dívidas nesse período. Entre estes, 45% estão quitando o que devem e pouco mais de um terço (36%), não começou a pagá-las, suspendeu seu pagamento ou está em processo judicial. A proporção de ambulantes que liquidaram essas dívidas não pôde ser mensurada, dado o pequeno número de ocorrências.

Por fim, procurou-se averiguar a quem os entrevistados recorreriam caso necessitassem de um empréstimo neste momento. Instituições financeiras e familiares e amigos seriam acionadas por 30%; limites de cartões de crédito seriam utilizados por 5%; e 3% recorreriam a agiotas.

Convém destacar que um terço (33%) não quis responder à questão, justificando que não recorreriam a empréstimos sob hipótese alguma.

**Gráfico 29: Proporção de ambulantes, segundo credor a que recorreria se precisasse de empréstimo
Município de São Paulo - 2025**



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo



Violência e discriminação contra os ambulantes

Um dos grandes problemas que atingem os profissionais do comércio de rua é a violência a que estão submetidos no dia a dia, em especial por parte da polícia e do poder público, tema também abordado pela pesquisa.



VIOLÊNCIA

Três foram as questões colocadas pela pesquisa para averiguar a ocorrência de atos de violência estatal contra os ambulantes. Essas perguntas foram formuladas em interlocução com o movimento de ambulantes e seguindo orientações de especialistas e da literatura especializada, que costuma tratar o modo pelo qual a gestão do trabalho ambulante é realizada à margem dos parâmetros legais. Nesse sentido, esse conjunto de questões visavam a verificar essas violações. A primeira versou sobre o confisco de mercadorias pelo “rapa” ou pela polícia, prática corriqueira na cidade de São Paulo, que pode causar prejuízos aos trabalhadores ambulantes. A segunda questão referia-se à extorsão ou pedido de “propina” pela polícia ou por fiscais da prefeitura, para que os profissionais possam exercer seu trabalho. A terceira indagava se o entrevistado já havia sido vítima de violência física ou verbal por parte da polícia.

Quase um quarto dos ambulantes (24%) declarou ter sofrido ao menos um dos três tipos de violência; 16% foram vítimas de dois deles e 6%, dos três.

A ocorrência mais comum – vivenciada por 38% da categoria – foi o confisco de mercadorias, seguida de extorsão e violência física ou verbal da polícia, cada uma registrada por 18% dos trabalhadores.

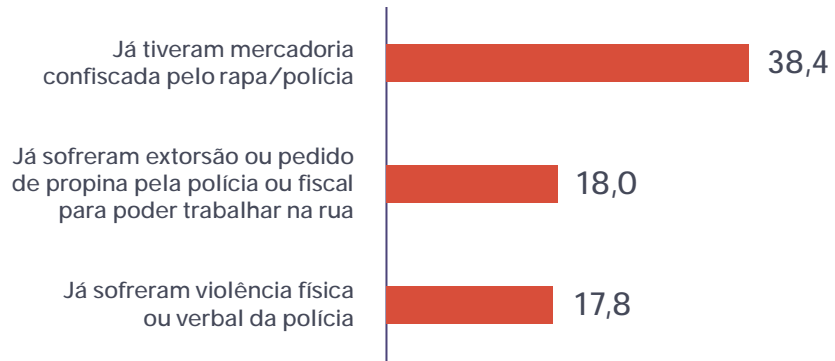
Procurou-se examinar essas informações em cada um dos diversos subconjuntos que compõem a categoria, de modo a identificar se recaem de forma mais acentuada sobre algum dos segmentos.



36



Gráfico 30: Proporção de ambulantes que sofreram confisco de mercadoria, extorsão ou violência policial Município de São Paulo - 2025

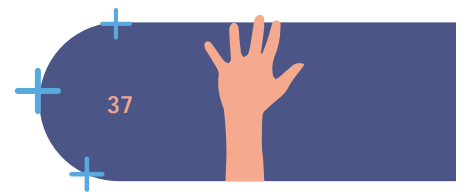


Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

A partir do quesito cor ou raça, observou-se que o confisco de mercadorias atingiu maior proporção entre os pretos ou pardos – 42% -, contra 36% dos brancos e 30% dos indígenas (majoritariamente imigrantes do altiplano andino). Já extorsão por parte da polícia ou de fiscais foi mais frequente entre os indígenas: quase um quarto deles (24%) declarou ter sido vítima desse crime, frente a 19% dos pretos ou pardos e 13% dos brancos. Quanto à violência física ou verbal da polícia, 19% dos brancos e dos pretos ou pardos relataram tê-la sofrido; entre os indígenas, o percentual não pôde ser apurado em razão do baixo número de respostas positivas.

O exame dessas informações segundo o sexo dos ambulantes indica que as mulheres são menos atingidas por atos de violência: 34% delas já tiveram mercadoria confiscada, 15% já foram extorquidas por policiais ou fiscais e 15% sofreram violência policial. Entre os homens esses percentuais são de 41%, 20% e 19%, respectivamente.

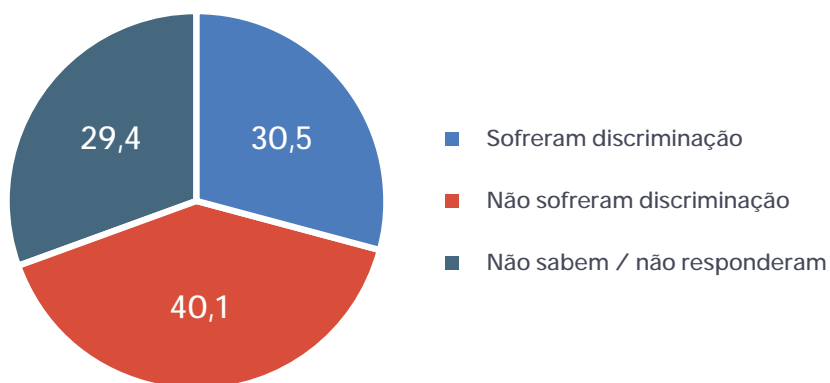
Ainda se observaram distinções significativas sobre atos de violência contra os trabalhadores que têm licença para ocupar o ponto de venda e os que não a têm. O confisco de mercadorias atingiu 43% dos não permissionários e 35% dos permissionários. Entre os permissionários, supõe-se que o fato possa ter ocorrido por conta de alguma irregularidade em relação ao tamanho de banca ou ao local de instalação da banca, entre outras razões. A extorsão incidiu sobre um quarto (25%) dos primeiros e sobre 10% dos segundos. Já a violência policial foi relatada por 20% dos trabalhadores sem licença e por 17% dos que a possuem.



DISCRIMINAÇÃO

Também a discriminação foi objeto das entrevistas. Do total, quase um terço dos ambulantes (31%) declarou já ter sofrido algum tipo de discriminação e 40% responderam negativamente à questão. Chama atenção a proporção dos que não souberam identificar – ou não quiseram responder – se foram ou não vítimas de atos discriminatórios, que corresponde a quase 30% da categoria.

Gráfico 31 - Distribuição dos ambulantes, segundo ocorrência de algum tipo de discriminação
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

Dos 31% que foram discriminados, 81% consideram que o principal motivo para terem sido vítimas desse crime é, de longe, a profissão que exercem. Sobre o total dos entrevistados, ou seja, sobre os que declararam ter sido discriminados e os que não o foram, um quarto (25%) identifica que a discriminação se deu em função da profissão.

Discriminação motivada por racismo atingiu 14% dos ambulantes pretos e pardos; misoginia afetou 13% das mulheres; e xenofobia foi identificada por 25% dos imigrantes.

Outros fatores de discriminação foram citados, como pertencimento ao grupo LGBTQIAPN+⁶ ou ser Pessoa com Deficiência (PCD). Ainda houve menção ao etarismo, que seria a discriminação por idade, à intolerância religiosa e à aparência física. Nenhuma dessas referências alcançou, no entanto, frequência suficiente para que sua proporção fosse calculada.

6. Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros (inclui transexuais e travestis), Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e Não-binários.



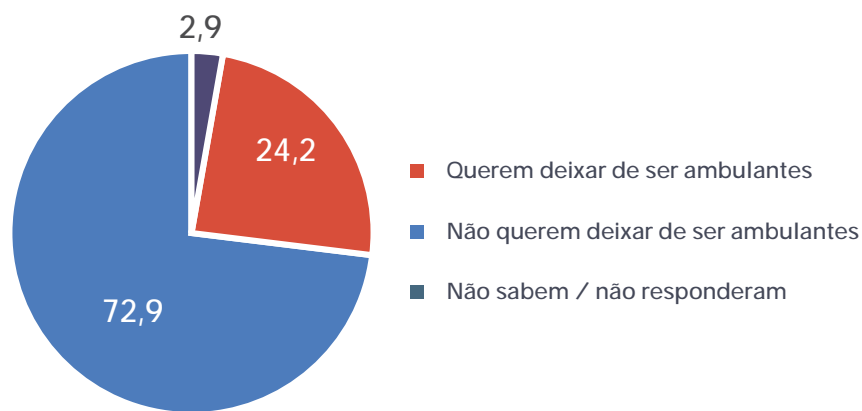


Avaliação do trabalho ambulante

Foi apresentado aos ambulantes entrevistados um bloco de perguntas para que pudessem avaliar seu trabalho, iniciado com a seguinte questão: " *Você gostaria de deixar de ser ambulante e trabalhar em outra atividade?* "

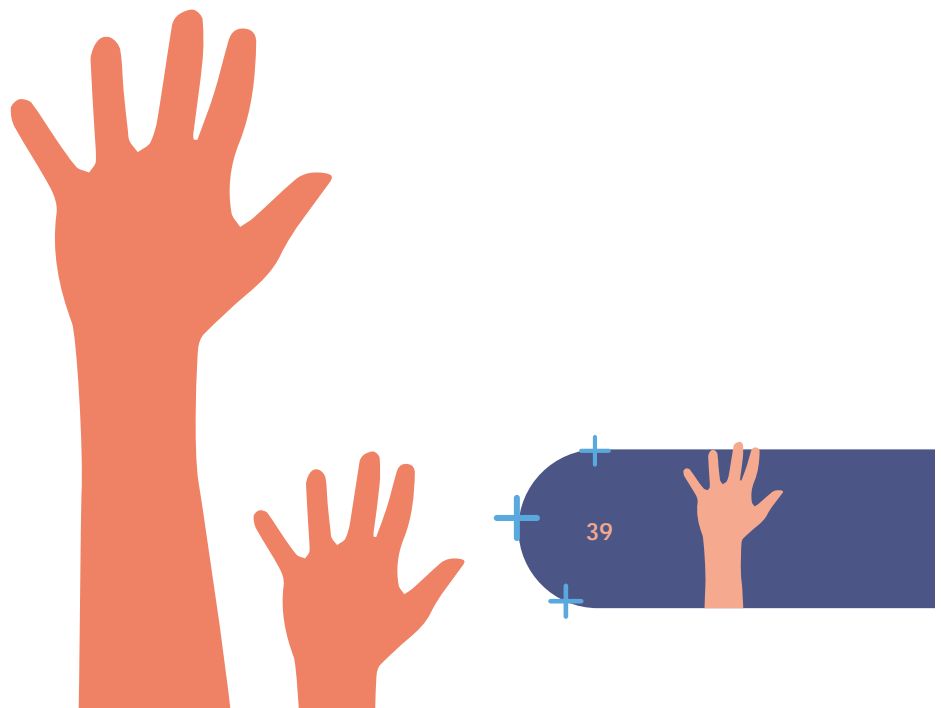
Expressiva maioria - quase três quartos do total (73%) - afirmou que não gostaria de mudar de profissão. Cerca de um quarto (24%) deseja sair da atividade e 3% não souberam ou não quiseram responder à questão.

**Gráfico 32 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo desejo de deixar de ser ambulante e trabalhar em outra atividade
Município de São Paulo - 2025**



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

Nossas Histórias **SOMAM**

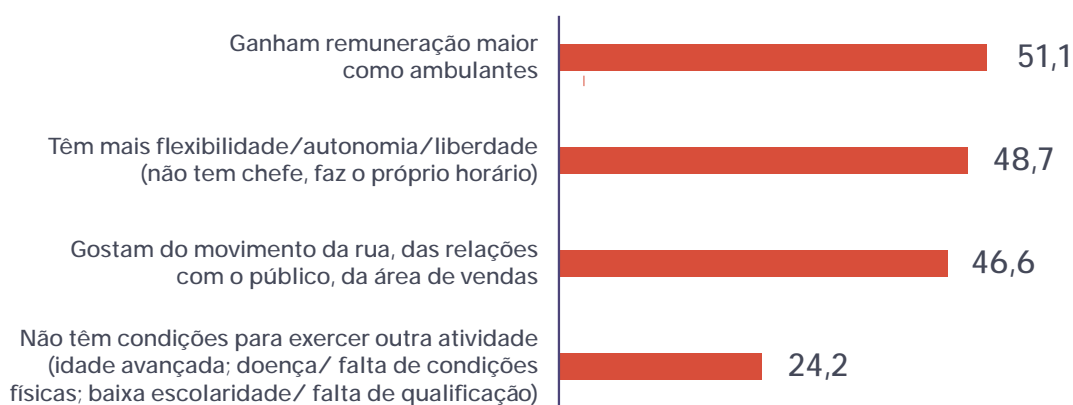


. A ambos os grupos, solicitou-se que apresentassem os motivos que os levavam a querer – ou não – trocar de profissão.

Dos 73% que alegaram não querer deixar a atividade de ambulante, pouco mais da metade (51%) argumentou que a remuneração na atividade é superior à que obteria em outra ocupação. Também metade (49%) avalia ter mais flexibilidade, autonomia e liberdade para trabalhar, uma vez que não está submetida a ordens de chefia. Ainda quase metade (47%) declarou gostar do movimento das ruas, da atividade comercial e da relação com o público.

Por fim, aproximadamente um quarto (24%) considera não ter condições para mudar de ocupação, em função de idade avançada, saúde fragilizada, baixa escolaridade ou falta de qualificação.

**Gráfico 33 - Proporção de ambulantes que não gostariam de deixar de ser ambulante e trabalhar em outra atividade (1), segundo motivos
Município de São Paulo - 2025**



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo



+ (1) No total de ambulantes que não gostariam de deixar de ser ambulantes e trabalhar em outra atividade (72,9%)

+ Já entre os que desejam mudar de ocupação (24%), mais de um terço (36%) o faria para obter estabilidade no emprego e quase um terço (32%), para assegurar direitos trabalhistas.

+ Para abrir o próprio negócio foi a razão apresentada por 31%; ganhar remuneração mais alta, por 30%; trabalhar em locais mais protegidos e com melhor infraestrutura, por 28%; garantir aposentadoria, por 23%; ter salário regular e previsível, por 22%; e não ter problemas com polícia, fiscalização e "rapa", por 11%.

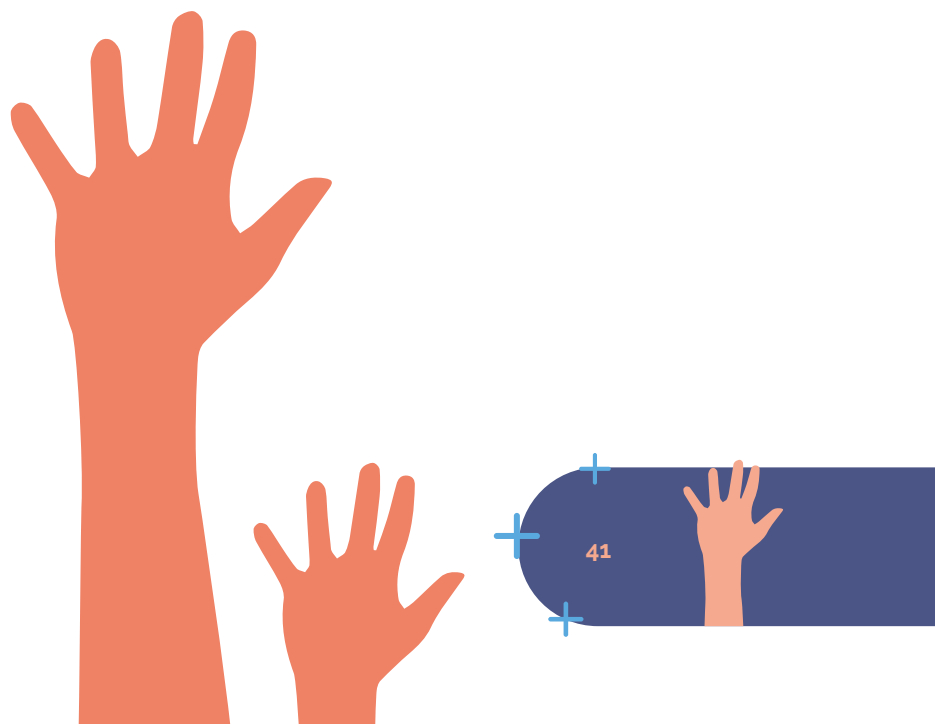
Gráfico 34 - Proporção de ambulantes que gostariam de deixar de ser ambulante e trabalhar em outra atividade (1), segundo motivos
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) No total de ambulantes que gostariam de deixar de ser ambulante e trabalhar em outra atividade (24,2%).

Nossas Histórias SOMAM



Demandas dos trabalhadores ambulantes

Para identificar as demandas dos trabalhadores ambulantes ao poder público, foram elaboradas duas questões. Na primeira, solicitava-se que respondessem à seguinte indagação: "Na sua opinião, o que a prefeitura poderia fazer para melhorar o seu trabalho?"

A resposta mais frequente, dada por dois terços dos ambulantes (66%), foi regularizar o ponto ou legalizar a banca. Em seguida, aproximadamente 45% reivindicam o fim do "rapa" e/ou a garantia de que a polícia e os fiscais os deixem trabalhar, mesma proporção dos que elegeram a flexibilização das exigências para o funcionamento do ponto.

Quase 40% apontaram a necessidade de disponibilização de banheiros; 35%, a concessão de melhores pontos de venda; 31%, a melhoria da infraestrutura da banca, com fornecimento de energia, água e wifi; e 30%, aumento da segurança pública.

Acabar com a propina é uma demanda de 28% dos ambulantes; disponibilização de locais para alimentação, de 25%; criação de camelódromo, calçadão ou fechamento de rua para o comércio, também de 25%; capacitação de agentes públicos para tratamento humanizado a ambulantes, de 24%; e registro de ocorrências de violência, corrupção e discriminação contra a categoria, de 19%. Ainda foi indicada também por 19% a criação de políticas específicas para as mulheres da categoria.



**Gráfico 35 - Proporção de ambulantes, segundo opinião sobre o que a prefeitura poderia fazer para melhorar o seu trabalho
Município de São Paulo - 2025**



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

Também em relação às demandas ao poder público foram observadas distinções entre alguns segmentos. As informações relativas à cor ou raça mostram que é bem mais alta a proporção dos indígenas - imigrantes do altiplano, em sua maioria - que reivindicam questões relacionadas à aquisição e manutenção dos pontos: 80% pleiteiam regularização do ponto e flexibilização das exigências para seu funcionamento e 57%, disponibilização de pontos melhores. Entre os pretos ou pardos, esses percentuais são de 66%, 41% e 36% respectivamente; e entre os brancos, de 61%, 37% e 29%. Ainda entre os indígenas é maior o percentual dos que demandam melhoria da infraestrutura dos locais de trabalho: dois terços (66%) querem disponibilização de banheiro (reivindicação de 39% entre pretos ou pardos e de 32% entre brancos); 54%, disponibilização de locais para alimentação (23% entre pretos ou pardos e 20% entre brancos); e 49%, melhoria da infraestrutura, com fornecimento de energia elétrica e água (cerca de 30% entre pretos ou pardos e brancos).



O fim do “rapa” e a garantia de que policiais e fiscais os deixem trabalhar é demanda de 65% dos indígenas, 45% dos pretos ou pardos e 38% dos brancos.

Gráfico 36 - Proporção de ambulantes, segundo opinião sobre o que a prefeitura poderia fazer para melhorar o seu trabalho, por cor/raça
Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.





As demandas também variam conforme o porte das bancas. Questões atinentes à regularização, disponibilização e flexibilização das exigências em relação ao ponto são bem menos frequentes – ou mesmo ausentes - entre os que atuam em bancas fixas. Já para quase três quartos dos que trabalham em bancas médias ou pesadas, mas transportáveis (73%) e dos que atuam em bancas de estrutura leve (71%), esta é a principal reivindicação.

Em bancas fixas, os pleitos mais frequentes são disponibilização de banheiros (40%) e aumento da segurança pública (40%). Parte das demandas do conjunto dos ambulantes sequer atingiu frequência suficiente para a aferição do percentual que representam entre trabalhadores de bancas desse porte.

Proporção considerável dos ambulantes de bancas de estrutura média demandam ainda outras questões referentes à obtenção e manutenção dos pontos, como disponibilização de melhores locais de vendas (60%) e flexibilização das exigências para o funcionamento do negócio (60%). Reivindicam ainda melhorias nos locais de trabalho, com disponibilização de banheiros (63%) e de locais de alimentação (48%), além de incrementos na infraestrutura das bancas, com fornecimento de energia elétrica e água (43%). Tem também a adesão de 61% "acabar com o rapa e garantia de que polícia e fiscais os deixem trabalhar"

Parcela expressiva dos ambulantes que vendem seus produtos em bancas leves e transportáveis priorizam, além da regularização dos pontos, conforme assinado anteriormente, o fim do rapa e dos incômodos da polícia e dos fiscais (43%) e a flexibilização das regras para o funcionamento do ponto (42%). É interessante notar que, para esses profissionais - que são os que realizam seu trabalho nas circunstâncias mais precárias -, questões relativas às condições do local de trabalho foram apontadas por menos de 30%. Disponibilização de banheiros, por exemplo, contou com 30% de indicações; melhoria da infraestrutura, com 29%; e disponibilização de locais para alimentação, com 17%.

Cabe ainda destacar que a criação de locais específicos para o comércio ambulante, como camelódromo ou calçadões é demanda de 23% dos que atuam em bancas de estrutura leve e de 35% dos que trabalham em bancas médias e pesadas, mas transportáveis, não tendo atingindo número de indicações suficientes para a medição do percentual que representa entre os trabalhadores de bancas fixas.



**Gráfico 37 - Proporção de ambulantes, segundo opinião sobre o que a prefeitura poderia fazer para melhorar o seu trabalho, por estrutura da banca
Município de São Paulo - 2025**



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Na segunda questão referente às demandas dos ambulantes à Prefeitura, apresentavam-se cinco itens para serem classificados de acordo com a prioridade que os entrevistados julgavam que deveriam ter, a saber: regularização do ponto/



- + legalização da banca; garantia para trabalhar na rua; término da Operação Delegada;
- + disponibilização de energia elétrica e wifi e fornecimento de água e esgoto. A avaliação dessas questões deveria utilizar a seguinte escala: nenhuma prioridade, baixa prioridade, média prioridade, alta prioridade; altíssima prioridade.
- +

Todos os itens examinados foram considerados de altíssima prioridade por expressiva maioria dos entrevistados, com destaque para regularização do ponto/ legalização da banca, com indicação de 96% e 95%, respectivamente.

O fim da Operação Delegada foi considerado de altíssima prioridade por 83% dos entrevistados. Essa Operação consiste em convênio entre a prefeitura e a Polícia Militar com a finalidade de fiscalizar o trabalho ambulante e prevê que os policiais militares, em seus dias de folga, atuem fardados e com poder de fiscalização, recebendo pagamento extra do município. Essas ações têm sido denunciadas constantemente por repressão e violência contra os trabalhadores ambulantes, tendo atingido seu ápice com o assassinato do trabalhador ambulante senegalês Ngagne Mbaye, que desencadeou uma série de protestos organizados pelos movimentos representativos dos ambulantes, reivindicando o fim da Operação Delegada.

Disponibilização de energia elétrica e wifi, bem como fornecimento de água e esgoto para o comércio de rua foram considerados de altíssima prioridade por aproximadamente 80% dos entrevistados.

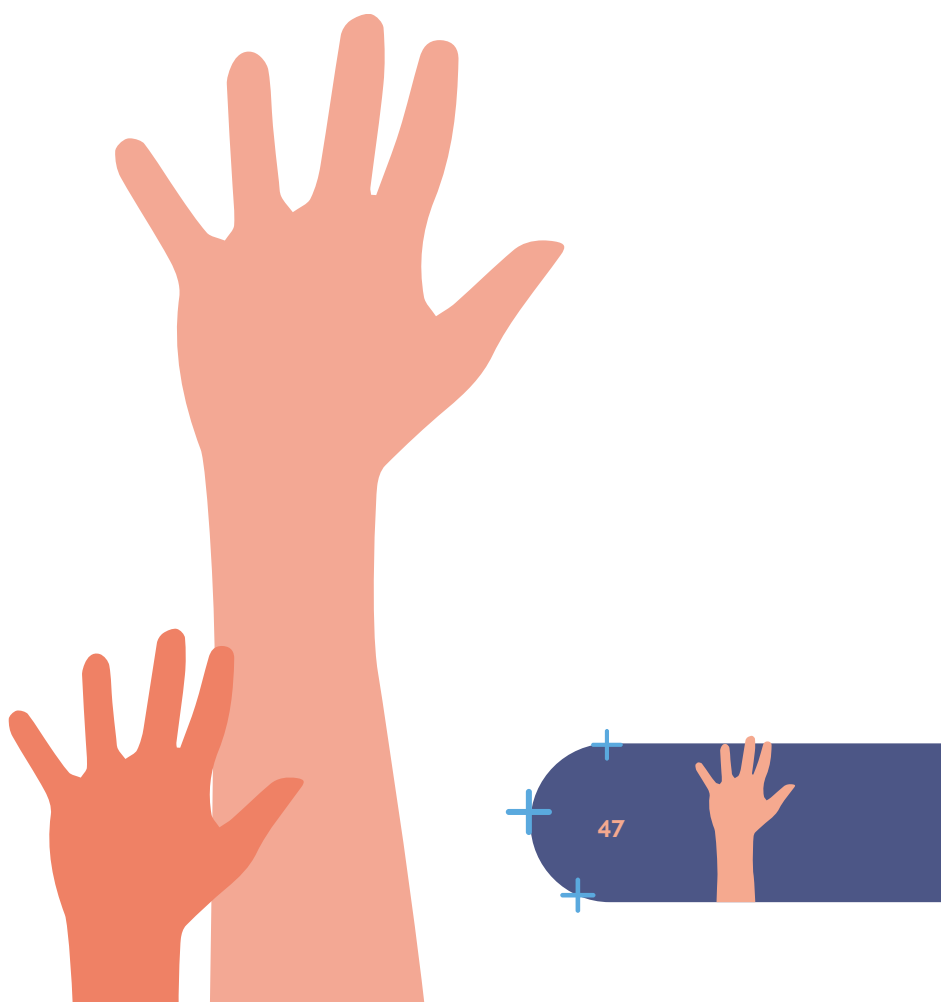
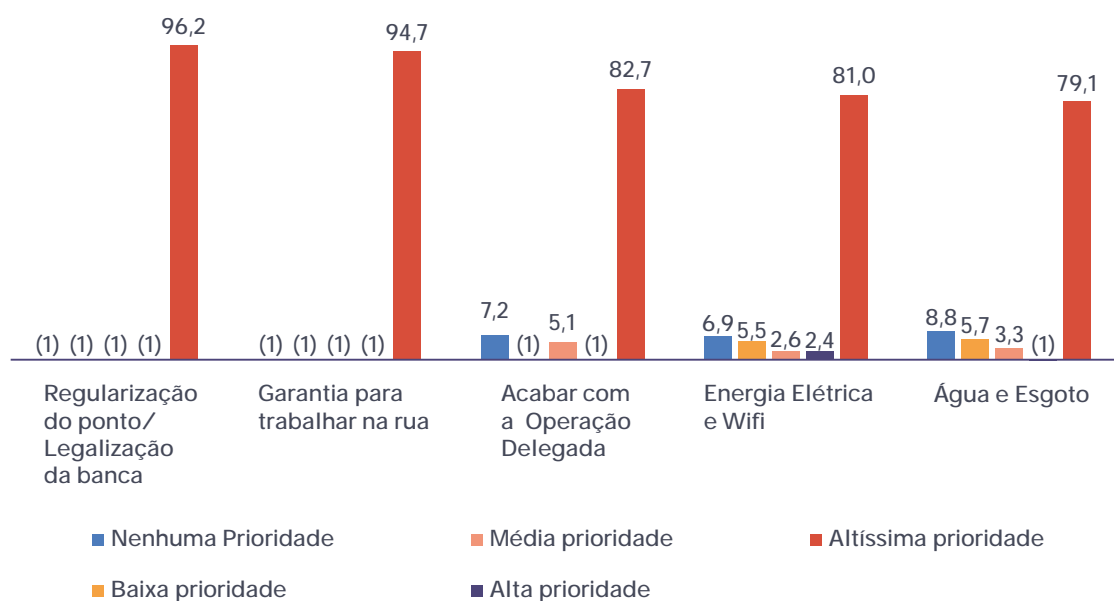


Gráfico 38 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo grau de prioridade da Prefeitura em relação à disponibilizar para os ambulantes: Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Organização dos trabalhadores ambulantes

Por fim, solicitou-se a opinião dos entrevistados sobre a importância do fortalecimento da organização dos trabalhadores da categoria, além de seu conhecimento sobre as CPAs (Comissões Próprias dos Ambulantes), instâncias de participação social para a regulamentação do comércio de rua.

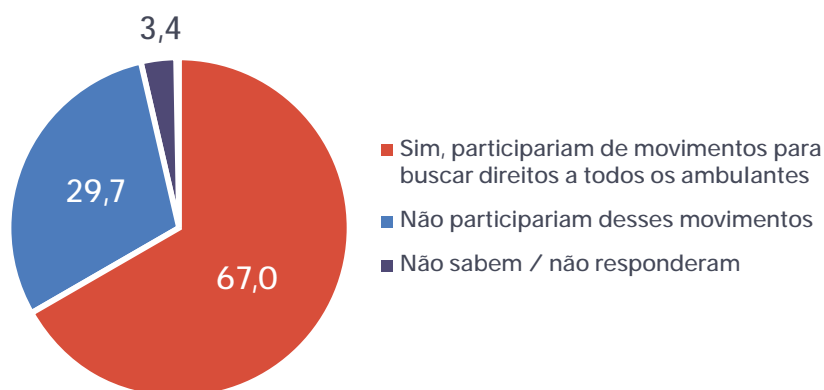
Movimentos para conquista de direitos

Ao serem indagados sobre a importância da organização coletiva da categoria para conquista de direitos, 93% responderam afirmativamente à questão e apenas 5%, que não a consideram importante.

Quanto ao engajamento nesses movimentos, dois terços (67%) declararam estar dispostos a participar; 30% afirmaram que não participariam e 3% não souberam ou não quiseram responder.



Gráfico 39 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo disposição em participar de movimentos para buscar direitos para todos os ambulantes Município de São Paulo - 2025



Comissões Permanentes de Ambulantes

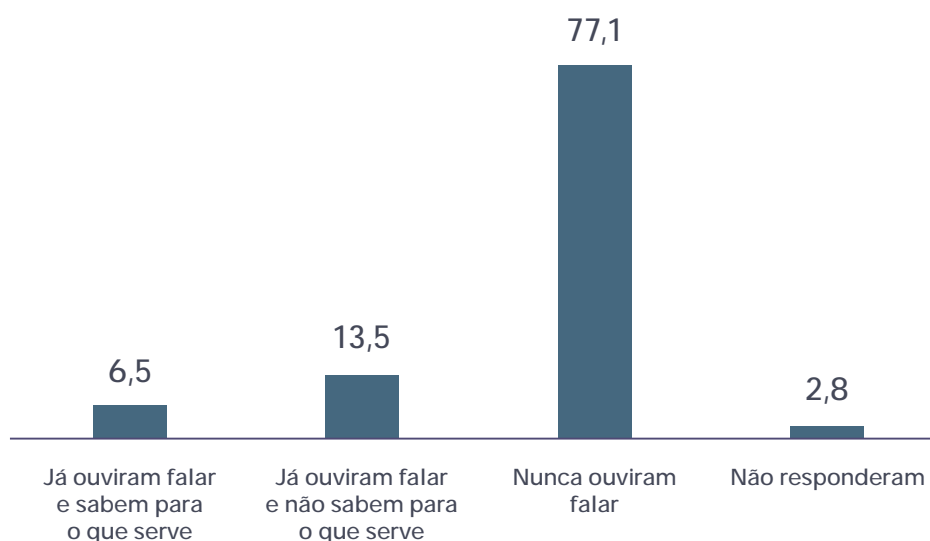
A Comissão Permanente do Ambulante – CPA - foi instituída pelo artigo 7º, da Lei 11.039, de 1991 e tem a finalidade de *“regulamentar e controlar esta atividade, obedecida a política geral dada à matéria”*. A CPA deve ser *“constituída por representantes de associações e Sindicatos do Comércio Ambulante, de associações e Sindicatos do Comércio estabelecido, da população através de suas representações organizadas e da Administração Municipal, sob a coordenação do Administrador Regional correspondente.”*

No artigo 8º, está previsto que *“compete à Comissão Permanente do Ambulante: a) indicar as áreas, praças e ruas de atuação e os pontos fixos para o exercício da atividade do ambulante; b) indicar os locais para a implantação dos bolsões de comércio; c) relacionar os produtos e serviços a serem comercializados e prestados; d) dirimir as dúvidas surgidas na aplicação da presente lei, na sua jurisdição competente.”*

Para os movimentos de representação dos ambulantes, a implantação e fortalecimento dessas Comissões são da maior importância, por constituírem esfera relevante de escuta e de participação da sociedade civil na gestão territorial.

A pesquisa revelou que mais de três quartos dos ambulantes (77%) nunca ouviram falar das CPAs; e entre os 20% que declararam já ter ouvido falar das Comissões, apenas 7% sabem o que são e quais são suas funções.

Gráfico 40 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo conhecimento das Comissões Permanentes dos Ambulantes nas Subprefeituras de São Paulo Município de São Paulo - 2025



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

Os trabalhadores ambulantes imigrantes

Nesta seção, apresentam-se os principais indicadores relativos aos ambulantes imigrantes, que, como visto anteriormente têm presença expressiva na atividade, representando 31% da categoria. A amostra não permitiu desagregar os resultados por nacionalidades específicas; por isso, os dados serão analisados ora por continente de origem, ora pela condição de imigrante ou brasileiro. Assim, a comparação entre trabalhadores imigrantes e nacionais será o eixo central da análise.

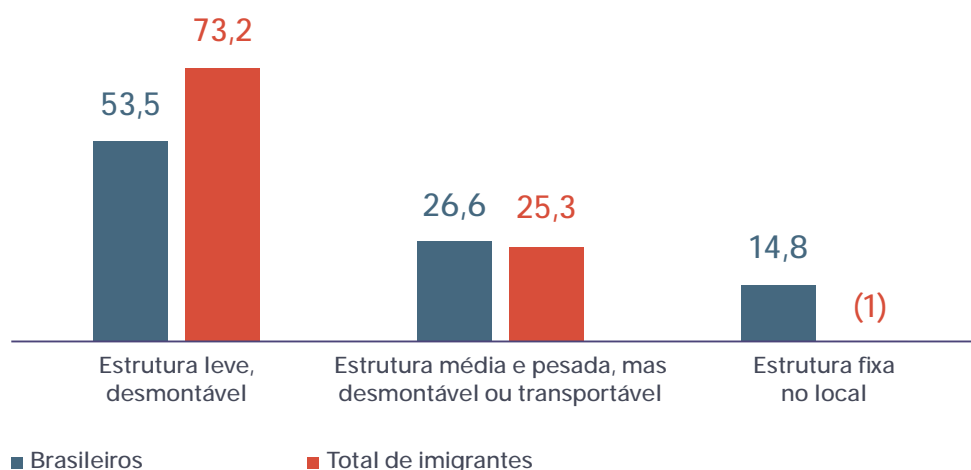
No total, foram entrevistados pessoas de mais de 30 nacionalidades, provenientes de quase todos os continentes do planeta, naturais dos seguintes países: República Democrática do Congo, Gana, Guiné-Bissau, Mauritânia, Nigéria, Togo, Senegal, Angola, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Guiné-Conacri, Marrocos, Moçambique, Equador, Argentina, Colômbia, Paraguai, Peru, Venezuela, Chile, Bélgica, Espanha, Itália, Portugal, Turquia, Haiti, Cuba, República Dominicana, México, Coreia do Sul, Irã, Nepal, Paquistão e Taiwan. Do total de entrevistados, 25% eram da América do Sul; 2%, de algum país africano; e 2%, da América Central ou Caribe. Os bolivianos correspondem a um quinto do conjunto dos ambulantes, configurando a maior nacionalidade presente na pesquisa. Esta foi a única nacionalidade que comportou a desagregação das informações.



CARACTERÍSTICAS DAS BANCAS DOS IMIGRANTES

A distribuição percentual de ambulantes imigrantes e brasileiros de acordo com a estrutura das bancas difere de modo acentuado no caso das de estrutura leve e transportável e das fixas no local. Em torno da metade dos brasileiros trabalhavam em bancas de porte leve, transportável (54%), enquanto entre os imigrantes essa proporção era de quase três a cada quatro (73%). Dos brasileiros, 15% atuam em bancas fixas no local; entre os imigrantes sequer houve amostra que permitisse apurar esse percentual. Segundo os dados da pesquisa, em 96,8% das bancas de estrutura fixa no local trabalhavam brasileiros.

Gráfico 41 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo nacionalidade, por estrutura da banca



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Características pessoais dos ambulantes imigrantes

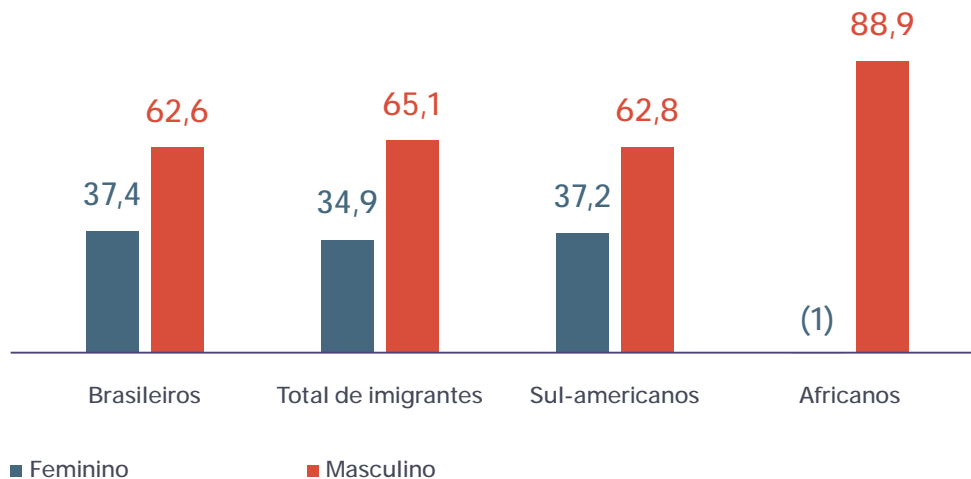


Ao analisar a distribuição percentual dos trabalhadores ambulantes, segundo sexo e nacionalidade/continente de origem, observa-se predominância masculina. Entre os brasileiros, 63% são homens, mesma proporção que a verificada entre os sul-americanos. No conjunto total de imigrantes, esse percentual é 2,5 pontos



percentuais (p.p.) superior, alcançando 65%. Entre os africanos, contudo, a presença masculina é significativamente mais elevada, atingindo 89%.

Gráfico 42 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo sexo, por nacionalidade e continente de origem



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

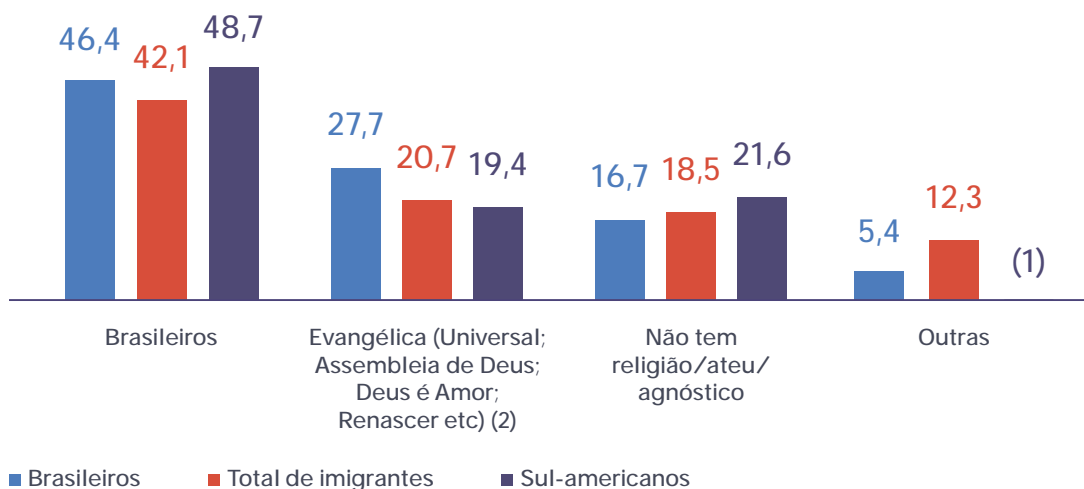
A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

RELIGIÃO

A distribuição dos trabalhadores ambulantes imigrantes e brasileiros varia pouco quando analisada a religiosidade. Os imigrantes sul-americanos são mais católicos que os brasileiros (49% contra 46%); porém, considerando o total dos imigrantes, a religião católica aparece em proporção menor (42%). No caso da religião evangélica, os brasileiros apresentam a maior participação entre os ambulantes (28%), enquanto entre o total de imigrantes esse valor é de 21%. Destaca-se ainda que os brasileiros são o grupo mais religioso, já que registram a menor proporção de pessoas sem religião, ateias ou agnósticas (17%), ao passo que entre os imigrantes sul-americanos essa categoria alcança 22%.



Gráfico 43 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo religião, por nacionalidade



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

(2) Inclui protestante (batista; adventista; presbiteriano; luterano, etc.), espírita / kardecista, matriz africana (candomblé; umbanda etc), muçulmana / islâmica, oriental (budista; taoísta; seicho-no-iê; hinduísta, hare krischna)

Período em que chegaram ao Brasil

Os trabalhadores ambulantes imigrantes, em sua grande maioria, ingressaram em São Paulo depois de 2011. No caso dos africanos, 85% chegaram de 2011 a 2025; já entre os sul-americanos, grupo composto majoritariamente por bolivianos, 60% entraram na cidade nesse período. Segundo a literatura especializada, a migração boliviana remonta ao final dos anos 1980, enquanto a africana e haitiana é mais recente, ocorrendo após os anos 2000, em especial após 2010.

Nossas Histórias SOMAM

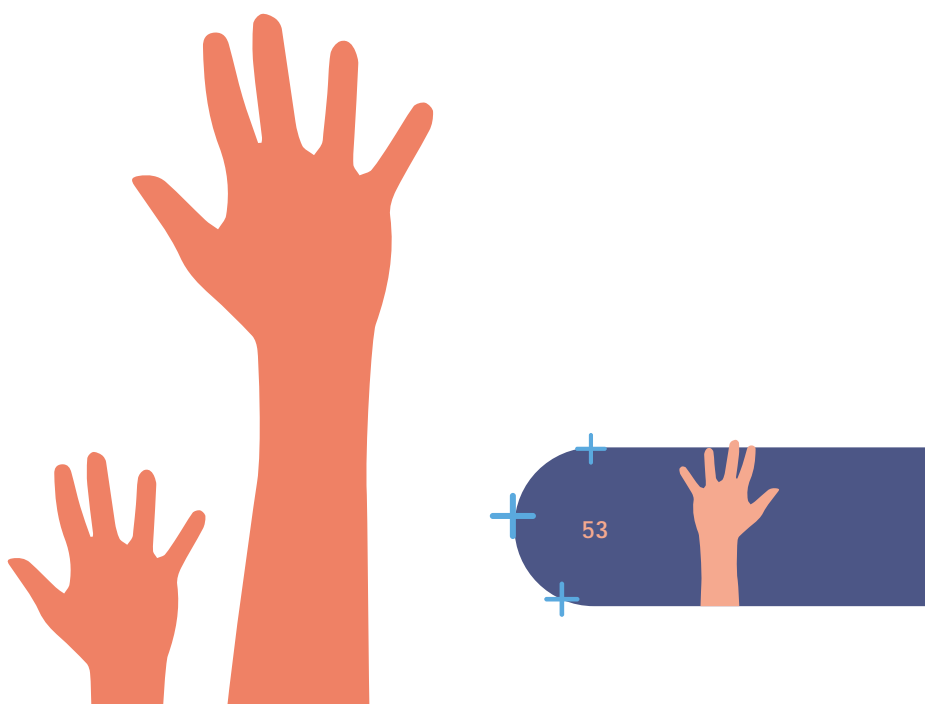
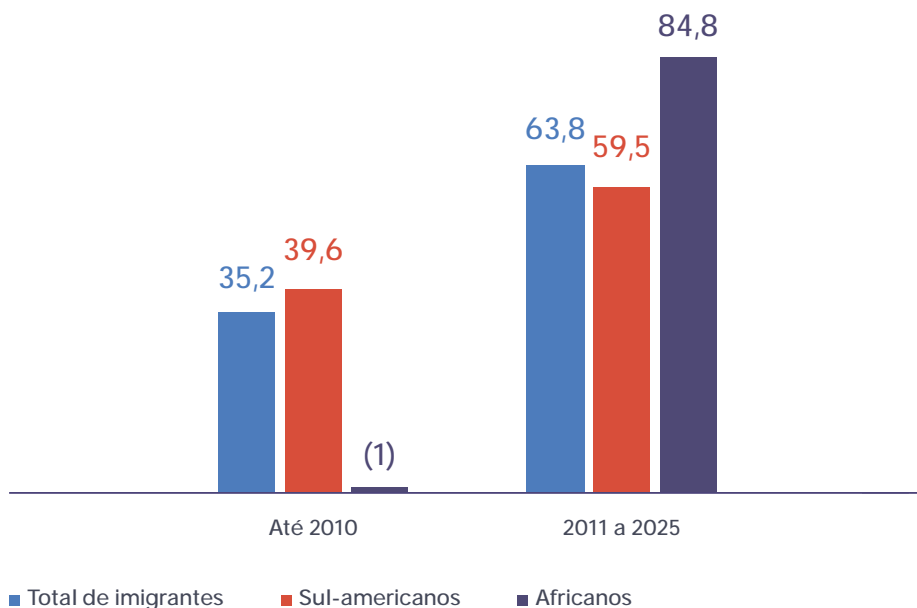


Gráfico 44 - Distribuição percentual dos ambulantes imigrantes, segundo período em que chegaram ao Brasil, por nacionalidade e continente de origem



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

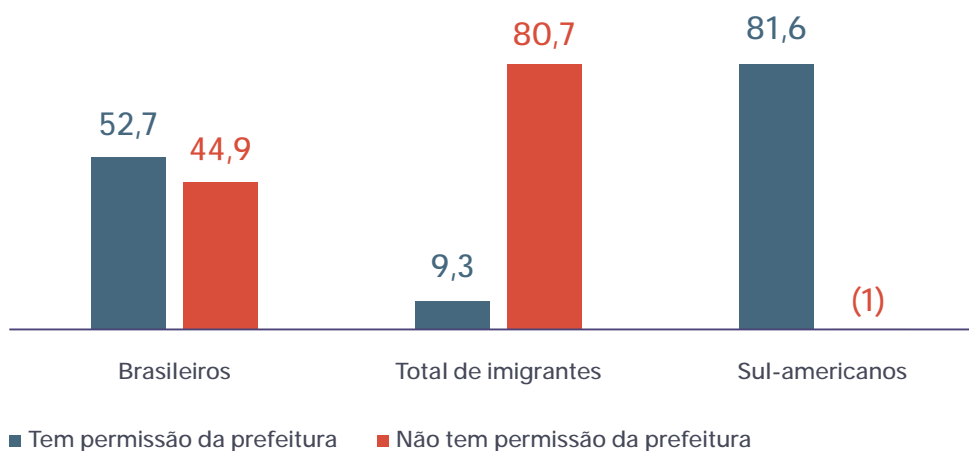
Características profissionais dos ambulantes imigrantes

Permissão para trabalhar em espaço público

A informação sobre o acesso à permissão para trabalhar na rua por nacionalidade é bastante marcante e deve ser destacada. Enquanto 53% dos brasileiros trabalhadores ambulantes declararam possuir algum tipo de permissão para o comércio na rua, no caso dos imigrantes, esse percentual cai a 9%. Os brasileiros que não possuem permissão para trabalhar como ambulantes correspondem a 45%; e, no caso dos imigrantes, a 81%, ou seja, quatro a cada cinco trabalhadores ambulantes imigrantes não têm permissão para atuar na atividade.



Gráfico 45 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo permissão da Prefeitura para trabalhar no ponto em que atuam, por nacionalidade e continente de origem



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Jornada de trabalho

Os dados sobre a jornada semanal de trabalho mostram diferenças significativas entre brasileiros e imigrantes, e a relação entre média e mediana ajuda a interpretar a forma como essas horas se distribuem em cada grupo. Entre os brasileiros, a média de 47 horas e a mediana de 48 horas são praticamente equivalentes, indicando uma distribuição bastante homogênea e concentrada em torno de jornadas longas e relativamente estáveis. Padrão semelhante ocorre entre os imigrantes africanos, que também apresentam média de 47 horas e mediana de 48 horas, sugerindo inserções mais contínuas e regulares no trabalho ambulante.

O cenário se altera quando se analisa o conjunto dos imigrantes e, especialmente, os sul-americanos. Tanto para o total dos imigrantes (33h de média e 30h de mediana), quanto para os sul-americanos (31h de média e 30h de mediana), observa-se que a média é superior à mediana, indicando assimetria na distribuição das jornadas: enquanto a maior parte trabalha até 30 horas semanais, há uma parcela menor que atua por períodos mais longos e eleva a média. À primeira vista, isso sugeriria jornadas mais curtas entre sul-americanos. Contudo, uma hipótese relevante ajuda a reinterpretar esses resultados: é provável que a jornada efetiva desses trabalhadores — majoritariamente bolivianos — seja consideravelmente mais longa do que a cap-



tada pelo indicador, em função do registro apenas das horas dedicadas ao trabalho ambulante, desconsiderando outras atividades laborais.

Nesse sentido, é plausível que muitos sul-americanos realizem dupla jornada, combinando o trabalho nas ruas com atividades nas oficinas de costura, onde frequentemente também trabalham e residem. Assim, o tempo contabilizado como jornada ambulante representa apenas parte de sua carga real de trabalho. Desse modo, a aparente “redução” das horas semanais entre sul-americanos não indica menor dedicação ao trabalho, mas sim uma limitação da métrica utilizada, que não contempla o acúmulo de atividades na cadeia de produção e comercialização de vestimentas — condição que os distingue dos demais grupos pesquisados.

Tabela 4. Jornada semanal média e jornada semanal mediana dos ambulantes, por nacionalidade e continente de origem

Município de São Paulo – 2025

Nacionalidade	Média	Mediana
Brasileiros	47	48
Total de imigrantes	33	30
Sul-americanos	31	30
Africanos	47	48

Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

O Gráfico 46 reforça as diferenças entre brasileiros e imigrantes na distribuição da jornada semanal de trabalho. Entre os brasileiros, mais da metade (56%) trabalha acima da jornada legal de 44 horas semanais, indicando que longas jornadas são recorrentes e relativamente homogêneas dentro desse grupo, o que já havia sido indicado na proximidade entre média e mediana registrada anteriormente.

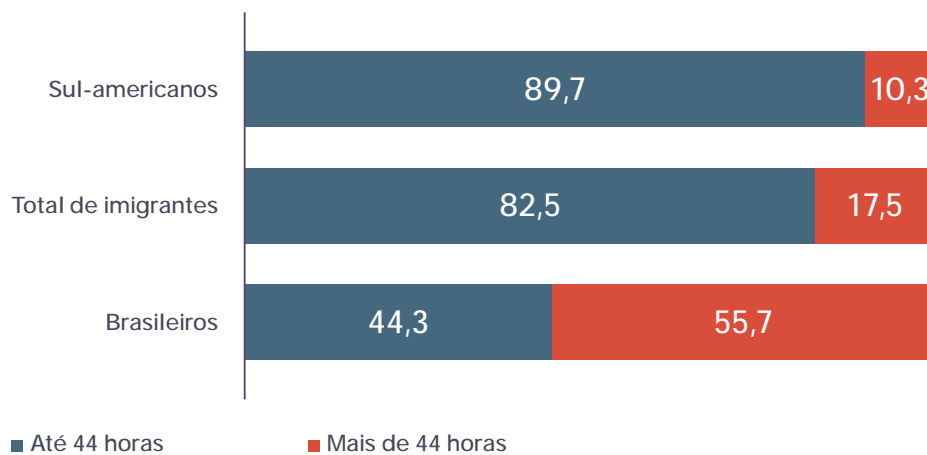
Entre os imigrantes, o quadro é significativamente distinto: 83% trabalham até 44 horas semanais, e apenas 18% ultrapassam esse limiar. Essa distribuição fortalece a ideia de que as jornadas como ambulantes são mais curtas ou mais irregulares para a maior parte dos imigrantes, ajudando a explicar por que a mediana do grupo é sensivelmente mais baixa (30 horas), ainda que a média seja um pouco maior devido à existência de um subgrupo com jornadas prolongadas.

Essa diferença fica ainda mais marcada no caso dos sul-americanos: 90% trabalham até 44 horas e somente 10% registram jornadas superiores. À primeira vista,



+ isso poderia sugerir que o grupo sul-americano, majoritariamente boliviano, trabalha menos que os brasileiros, mas, como mencionado anteriormente, trata-se de uma leitura incompleta. A hipótese central é que muitos desses trabalhadores acumulam dupla jornada, atuando tanto na produção de vestimentas (em oficinas de costura) quanto na sua comercialização nas ruas. Como na pesquisa foram contabilizadas apenas as horas referentes ao trabalho ambulante, a jornada efetiva desses trabalhadores tende a ser subestimada. Assim, a elevada proporção de sul-americanos na faixa “até 44 horas” não implica menor dedicação laboral; ao contrário, indica que parte substancial de seu tempo de trabalho permanece invisível ao instrumento de coleta.

Gráfico 46 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo faixa de horas trabalhadas por semana, por nacionalidade e continente de origem



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

Contribuição à previdência social

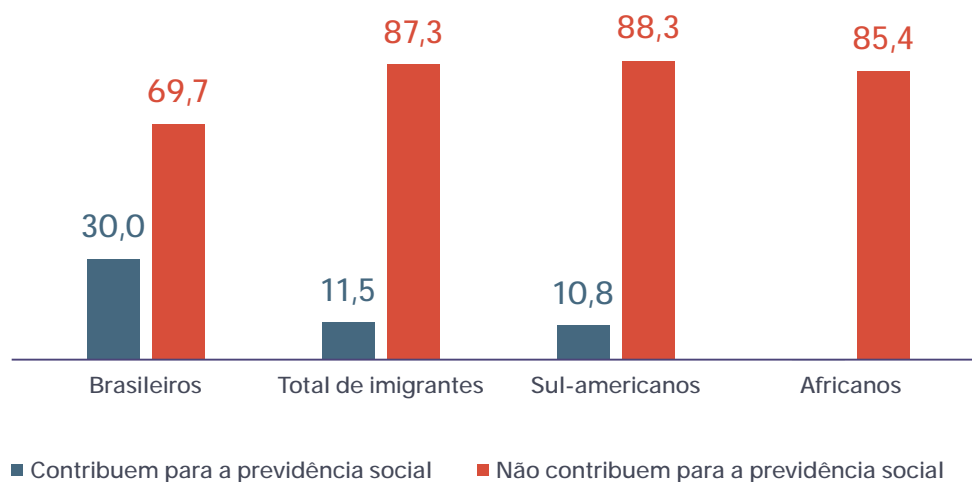
É bastante desigual o modo como brasileiros e imigrantes responderam à pergunta sobre contribuição para a previdência social. Embora em todos os segmentos prevaleçam os que não contribuem, entre brasileiros são 30% os contribuintes, ao passo que para o conjunto dos imigrantes essa cifra é de 12% e para os sul-americanos alcança 11%.

Entre os brasileiros, 70% não contribuem para a previdência social, percentual que para os imigrantes chega a 87%. Algumas hipóteses podem ajudar a compreender essa diferença, como a inserção mais precarizada dos imigrantes no trabalho ambulante, o que pode decorrer do fato dessa atividade ser passageira em sua vida, uma



etapa de um projeto migratório que tem como destino outras localidades. Essa seria a chamada imigração de trânsito, que vem sendo rastreada pela literatura especializada.

Gráfico 47 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo contribuição à previdência social, por nacionalidade e continente de origem



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) A amostra não comporta desagregação para todas as informações desta categoria.

Situação financeira dos imigrantes



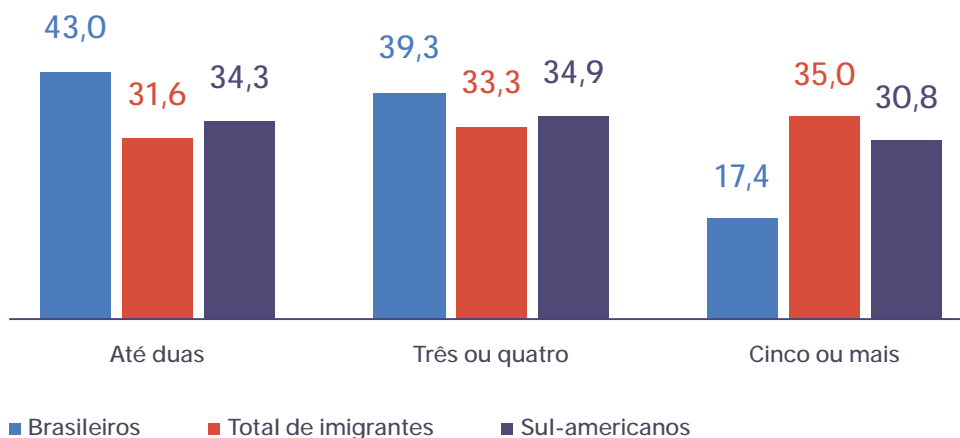
DEPENDENTES FINANCEIROS

A renda do ambulante sustenta não apenas o próprio trabalhador como também outras pessoas da família. Enquanto entre brasileiros corresponde a 43% aqueles que sustentam até duas pessoas com o trabalho ambulante, entre imigrantes essa cifra é de 32%. Os imigrantes sustentam mais pessoas com sua renda, o que pode ocorrer devido ao que os estudiosos apontam como os projetos migratórios, em que a pessoa se coloca em movimento exatamente para poder gerar renda e sustentar seus familiares que ficam nos países de origem, direcionando parte dos recursos que obtêm com seu trabalho a remessas transnacionais. Nota-se que enquanto 17% dos brasileiros afirmam sustentar com sua renda cinco ou mais pessoas, entre os imigrantes esse valor é mais que o dobro, chegando a 35%.

58



Gráfico 48 - Distribuição percentual dos ambulantes, segundo número de pessoas sustentadas pela renda do ambulante (1), por nacionalidade e continente de origem



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

(1) Incluindo o próprio ambulante.

Remuneração

Os dados de renda evidenciam diferenças relevantes entre brasileiros e imigrantes, que se tornam mais claras quando observados conjuntamente os valores de média e mediana. Entre os brasileiros, a renda média declarada é de R\$ 2.832, com mediana de R\$ 2.500, o que indica uma distribuição relativamente homogênea, com concentração dos ganhos próximos à mediana. Entre os africanos, essa homogeneidade também aparece: média de R\$ 1.912 e mediana de R\$ 1.500, próxima ao valor do salário mínimo atual, sugerindo uma faixa de rendimentos mais baixa e menos dispersa, compatível com inserções mais frágeis e restritas ao trabalho exclusivamente ambulante. A análise dos imigrantes em conjunto e, especialmente, dos sul-americanos, altera esse cenário.

O total de imigrantes apresenta renda média (R\$ 3.447) superior à dos brasileiros, mas com a mesma mediana (R\$ 2.500). A diferença entre média e mediana indica uma distribuição assimétrica: enquanto metade dos imigrantes ganha até R\$ 2.500, há um grupo menor com rendimentos mais elevados que eleva a média. Esse padrão se acentua entre os sul-americanos, cuja média chega a R\$ 3.865 e a mediana sobe para R\$ 3.000, sugerindo que este grupo concentra os rendimentos mais altos entre os ambulantes pesquisados. No entanto, assim como no caso da jornada, é importante considerar a hipótese explicativa relacionada ao modo de inserção la-

boral, sobretudo entre os sul-americanos de origem boliviana. Esse grupo tende a participar simultaneamente de duas etapas da cadeia de valor do vestuário: a produção (nas oficinas de costura) e a comercialização nas ruas. Assim, é plausível que, ao responderem sobre “renda do trabalho”, muitos não diferenciem o que provém do trabalho ambulante do que provém das oficinas. Desse modo, o valor declarado não representa exclusivamente o rendimento da atividade ambulante, mas sim a soma das duas fontes de renda — o que explicaria porque esse grupo apresenta médias tão elevadas e porque o valor relativo ao total de imigrantes supera o aferido para os brasileiros. Essa hipótese também ajuda a compreender por que os africanos, cuja renda se concentra nas atividades ambulantes e que não participam dessas cadeias produtivas integradas, exibem valores médios e medianos significativamente menores.

**Tabela 5. Rendimento médio e rendimento mediano auferido pelos ambulantes, por nacionalidade e continente de origem
Município de São Paulo – 2025**

Nacionalidade	Média	Mediana
Brasileiros	2.832	2.500
Total de imigrantes	3.447	2.500
Sul-americanos	3.865	3.000
Africanos	1.912	1.500

Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

Demandas dos imigrantes

O Gráfico 49, a seguir apresenta a proporção de ambulantes, por nacionalidade, segundo opinião sobre as ações que a prefeitura deveria implementar para melhorar as condições de trabalho, com foco especial nos imigrantes. Mantendo-se a análise comparativa entre imigrantes e brasileiros, observa-se uma diferença notável na percepção sobre a necessidade de flexibilização das exigências para o funcionamento do ponto. Enquanto 41% dos brasileiros demandam à prefeitura o afrouxamento dessas regras, entre os imigrantes esse percentual é significativamente mais elevado, alcançando 51% no total e 56% entre os sul-americanos

A divergência é ainda mais acentuada quando se trata da ação fiscalizatória: 61% dos ambulantes imigrantes indicaram a necessidade de reduzir ou cessar as operações de apreensão de mercadorias (rapa), contra 37% dos brasileiros.

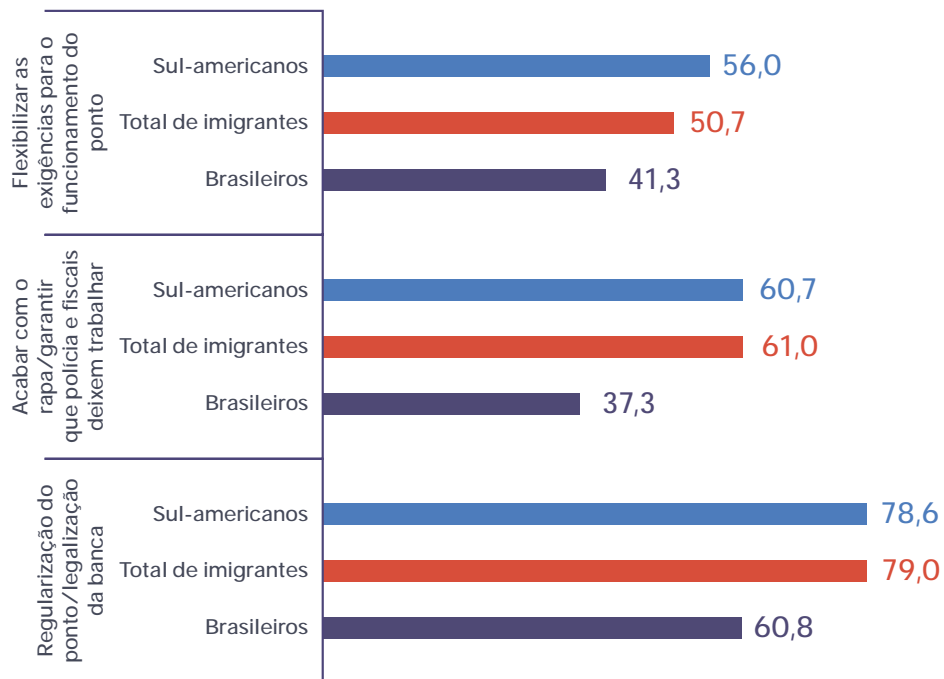




Por fim, a busca por formalização do ponto e legalização da banca é prioridade marcante para o grupo de imigrantes: 79% apontaram a relevância dessa ação, proporção superior à registrada entre os brasileiros, de 61%).

Em resumo, a opinião dos ambulantes imigrantes se distingue da dos brasileiros em três pontos principais, refletindo sua maior vulnerabilidade ao se posicionarem de forma mais intensa pela garantia de acesso e flexibilização do ponto, provavelmente por terem menor acesso à regularização; serem mais veementemente contrários à ação da polícia e do 'rapa', indicando uma possível maior exposição e vulnerabilidade a esse tipo de fiscalização; e reivindicando com maior urgência a regularização e a documentação de suas bancas, por estarem, muitas vezes, aliados das políticas regulatórias.

Gráfico 49 - Proporção de ambulantes, segundo opinião sobre o que a prefeitura poderia fazer para melhorar o seu trabalho, por nacionalidade e continente de origem



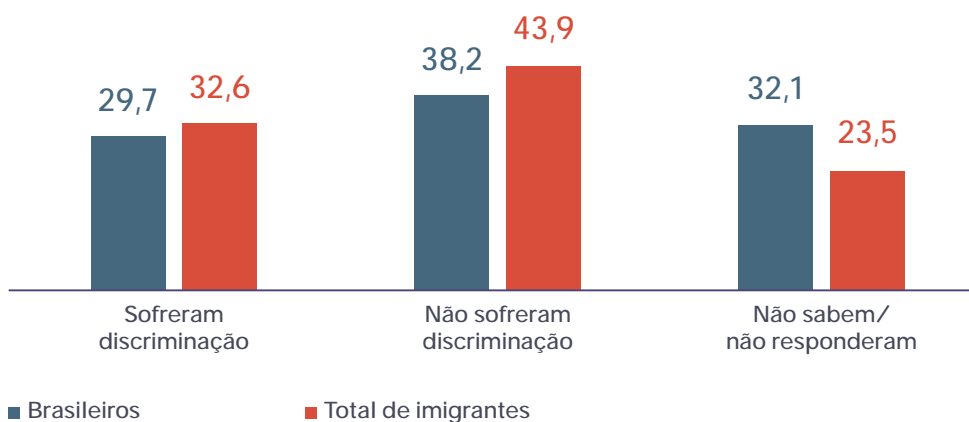
Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

Discriminação

Entre os imigrantes, um terço declarou ter sido vítima de discriminação; 44% afirmaram que não a sofreram; e 24% não souberam ou não quiseram responder à pergunta. Entre os brasileiros, essas proporções são, respectivamente, 30%, 38% e 32%.



**Gráfico 50 - Distribuição dos ambulantes, segundo ocorrência de algum tipo de discriminação, por nacionalidade e continente de origem
Município de São Paulo - 2025**



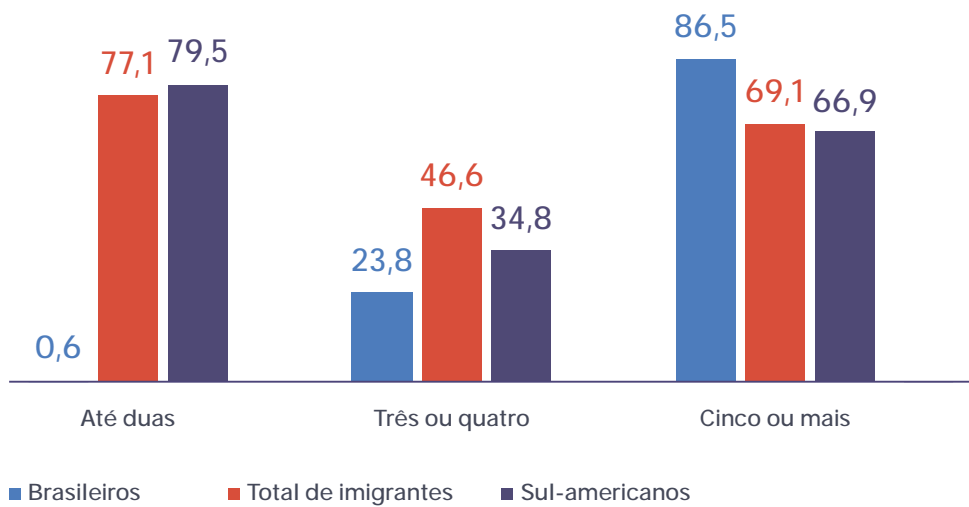
Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo

A discriminação por condição migratória atingiu mais de três quartos (77%) dos ambulantes imigrantes que declararam ter sofrido preconceito (33%). Quanto ao racismo, observa-se notável disparidade entre imigrantes e brasileiros: dos 30% de brasileiros que afirmaram ter sido vítimas de discriminação, 24% a atribuem ao crime de racismo, cometido contra 47% dos imigrantes que foram discriminados. Em contraste, a discriminação associada à própria atividade de rua, ou seja, por serem ambulantes, foi sentida de forma mais intensa pelos brasileiros (87% dos 30% discriminados), embora também seja alta entre os imigrantes (69% dos 33% discriminados)





Gráfico 51 - Proporção de ambulantes imigrantes que sofreram algum tipo de discriminação (1), segundo tipo de discriminação, por nacionalidade e continente de origem



Fonte: Pesquisa DIEESE com ambulantes no município de São Paulo
No total dos que sofreram discriminação (32,6%)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa para “Mapeamento dos trabalhadores e trabalhadoras ambulantes do município de São Paulo” possibilitou estimar que existem no universo analisado 12.337 bancas de vendas e 12.671 ambulantes, o que significa, em média, 1,03 ambulante por banca. Quase dois terços dessas bancas (61%) são de estrutura leve, transportável, como araras, tripés, caixotes, panos estendidos no chão, tabuleiros e caixas de isopor, ou seja, são suportes precários para a exposição das mercadorias comercializadas, na maioria (55%), roupas. Mais de três quartos dos ambulantes (76%) são proprietários de suas bancas.

Quanto às características pessoais dos profissionais que compõem a categoria, há predomínio de homens, que são 63% do total; maioria de pretos e pardos (53%) e média de idade de 40 anos.

É importante registrar que 31% da categoria é composta por imigrantes de mais de 30 nacionalidades provenientes de quase todos os continentes do planeta, com predominância de sul-americanos, que correspondem a um quarto do total. Os bolivianos são um quinto do conjunto dos ambulantes, configurando a maior nacionalidade presente na pesquisa.



Da perspectiva da profissão, é expressiva a proporção dos que atuam na atividade há 11 anos ou mais - 43% -, o que indica que, para muitos, esta não é uma ocupação transitória, mas de médio e longo prazo, o que remete a uma das questões que mais dificultam o trabalho dos ambulantes: o direito ao trabalho em via pública, assegurado a menos de 40% da categoria. A maior parte dos entrevistados (56%) trabalha sem permissão do poder público e, desses, 80% teriam interesse em adquiri-la. Ressalte-se que quase metade dos não permissionários tem se arriscado a trabalhar nas ruas e sofrer algum tipo de punição há mais de seis anos.



As jornadas de trabalho dos ambulantes são mais extensas do que as da população ocupada no município de São Paulo. Do total de ocupados, cerca de três quartos (74%) cumprem jornadas semanais de até 44 horas - limite máximo permitido pela legislação brasileira - e 27% ultrapassam esse limite. Entre os ambulantes, 56% trabalham até 44 horas semanais e 44% a superam, sendo que quase 30% cumprem jornadas superiores a 51 horas.

Em relação à remuneração, a média auferida pelos ambulantes no comércio de rua é de R\$ 3.000,00, o que representa pouco mais da metade (56%) da relativa aos demais ocupados da capital paulista, que recebem, em média R\$ 5.323,04.

No que se refere à Previdência Social, menos de um quarto dos ambulantes (24%) afirmaram contribuir para assegurá-la, o que significa que 75% não são contribuintes. Entre os não permissionários de licença, esses percentuais são ainda mais díspares, correspondendo a 18% e 81%, respectivamente. Também a formalização como MEI, não tem adesão massiva dos ambulantes: 52% afirmaram não o ter adotado.

A questão da violência é uma das questões enfrentadas cotidianamente pelos trabalhadores no comércio de rua. Nas entrevistas, solicitou-se que informassem se foram vítimas de algum(ns) dos seguintes atos: confisco de mercadorias pelo "rapa" ou pela polícia; extorsão ou pedido de "propina" pela polícia ou por fiscais da prefeitura; e violência física ou verbal por parte da polícia. Quase um quarto dos respondentes (24%) declarou ter sofrido ao menos um dos três tipos de violência; 16% foram vítimas de dois deles e 6%, dos três. A ocorrência mais comum – vivenciada por 38% da categoria – foi o confisco de mercadorias, seguida de extorsão e violência física ou verbal da polícia, cada uma registrada por 18% dos trabalhadores.

Com relação à discriminação, quase um terço dos ambulantes (31%) declarou já tê-la sofrido e 40% responderam negativamente à questão. Vale mencionar que



- + quase 30% não souberam identificar – ou não quiseram responder - se foram ou não vítimas de atos discriminatórios. Dos que afirmaram ter sido discriminados, 81% creditam ao fato de serem ambulantes, ou seja, consideram que o principal motivo para serem vítimas de atos discriminatórios é, de longe, a profissão que exercem. Sobre o total dos entrevistados, ou seja, sobre os que foram e os que não foram discriminados, um quarto (25%) identifica que a discriminação se deu em função da profissão.

Apesar das dificuldades que enfrentam na profissão, expressiva maioria dos ambulantes (73%), afirmou que não gostaria de mudar de profissão. Mais da metade destes (51%) apresentou como motivo para permanecer na atividade o fato de que a remuneração que recebe é superior à que obteria em outra ocupação. Também metade (49%) avalia ter mais flexibilidade, autonomia e liberdade para trabalhar, por não estar submetida a ordens de chefia. Ainda quase metade (47%) declarou gostar do movimento das ruas, da atividade comercial e da relação com o público; e aproximadamente um quarto (24%) considera não ter condições para mudar de ocupação, em função de idade avançada, saúde fragilizada, baixa escolaridade ou falta de qualificação.

Quanto às demandas ao poder público para a melhoria do trabalho ambulante dois terços (66%) mencionaram a regularização do ponto ou legalização da banca. Em seguida, aproximadamente 45% reivindicam o fim do "rapa" e/ou a garantia de que a polícia e os fiscais os deixem trabalhar, mesma proporção dos que elegeram a flexibilização das exigências para o funcionamento do ponto. Quase 40% apontaram a necessidade de disponibilização de banheiros; 35%, a concessão de melhores pontos de venda; 31%, a melhoria da infraestrutura da banca, com fornecimento de energia, água e wifi; e 30%, aumento da segurança pública.

A pesquisa procurou também levantar a opinião dos trabalhadores sobre a organização da categoria. Quase a totalidade (93%) afirmou considerar importante a organização coletiva com a finalidade de conquistar direitos para o conjunto dos ambulantes e dois terços (67%) declararam estar dispostos a participar desses movimentos.



ANEXOS



ETAPA 1 DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO ⁽¹⁾

ATIVIDADES PREPARATÓRIAS PARA A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA PARA MAPEAMENTO DOS AMBULANTES DA CIDADE DE SÃO PAULO



REVISÃO DA LITERATURA ESPECIALIZADA E DOS MARCOS LEGAIS SOBRE O
TRABALHO AMBULANTE



INTERLOCUÇÃO COM MOVIMENTO E ESPECIALISTAS



CONSTRUÇÃO DAS CENAS



PLANO AMOSTRAL



INSTRUMENTOS DE COLETA DE INFORMAÇÕES

(1) Relatório entregue à SMDCH – Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo

REVISÃO DA LITERATURA ESPECIALIZADA

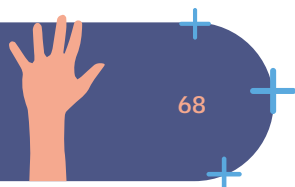
O primeiro exercício para a construção da metodologia de pesquisa foi a compreensão do estado da arte sobre o tema, ou seja, o mapeamento do debate sobre o trabalho ambulante a partir da compreensão dos principais pontos de disputa, legislações e histórico sobre a atividade econômica em questão. Analisou-se dos sentidos do trabalho ambulante no Brasil aos marcos legais contemporâneos em São Paulo, passando por debates sobre metodologias de pesquisa de referência em outros contextos do globo e os marcos normativos e regulatórios. Este tópico foi desenvolvido em relatório apresentado anteriormente à Secretaria Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo (SDMH-PMSP)⁷.

REVISÃO DOS DEBATES TEÓRICOS SOBRE A QUESTÃO AMBULANTE

De modo geral, na literatura consultada, há o consenso que o trabalho ambulante é prática laboral relacionada a dinâmicas urbanas e sociais que remetem à geração de renda para segmentos populares da sociedade. De partida, quando se fala em ambulante, refere-se especificamente ao comércio ou prestação de serviço realizados por trabalhadoras e trabalhadores nas vias públicas das cidades ou em equipamentos de transporte e de mobilidade urbana. Portanto, pautar o trabalho ambulante é necessariamente se referir às tramas de sociabilidade, às dinâmicas de poder e de relações econômicas que ocorrem no espaço compartilhado das cidades. Desse modo, a maior parte dos estudos em profundidade sobre a temática se insere no debate sobre as questões urbanas, seja propriamente no campo de conhecimento do urbanismo, da sociologia urbana e do trabalho, da economia urbana ou da história das cidades. Falar sobre trabalho ambulante é falar sobre a constituição, a regulação e a organização dos mercados urbanos, ponto de origem da própria produção das cidades, uma vez que, historicamente, as cidades se desenvolviam em torno dos mercados, como espaço de trocas de bens variados.

No debate sociológico clássico, para Max Weber, as cidades não são lugar de mercado apenas pela concentração local de comerciantes, produtores, trabalhado-

7. "Relatório de acompanhamento, Desenvolvimento de metodologia para realização de mapeamento de trabalhadores ambulantes no município de São Paulo." DIEESE, abril de 2023.



+ res, consumidores e afins (WEBER, 1999). A relação entre cidade e mercado aparece, para Weber, em dois sentidos eminentemente políticos: por um lado, como garantia de proteção e fonte de impostos, taxas e tarifas; e, por outro, do ponto de vista administrativo da regulação de mercado com vistas a uma política urbana. Está na origem histórica do desenvolvimento das cidades as trocas comerciais que se espacializavam nas urbes em formação, em feiras no espaço compartilhado, em que produtores comercializavam seus excedentes, mercadores vendiam produtos trazidos de outras localidades e prestadores de serviços realizavam seus trabalhos. Não cabe a esta breve apresentação sobre o trabalho ambulante aprofundar a análise e a história da construção das cidades em torno dos mercados. No entanto, cabe destacar que esse tipo de atividade é constitutivo da vida das cidades desde seu surgimento. Isso não significa que o trabalho ambulante seja resquício de prática arcaica, ele assume significados diferentes ao longo da história e do local em que ocorre, mantendo-se imbricado e situado na economia urbana de cada cidade. Em outros termos, deve-se reter que o comércio ambulante é prática contemporânea à produção das cidades e que vem sendo pautado no debate clássico das ciências sociais como um dos elementos que constituem as sociedades modernas. Para mais informações sobre esse processo, ver tese de Carlos Freire da Silva (2014).

A perspectiva de Fernando Rabossi (2004) envolve a compreensão da espacialização das trocas, isto é, um modo de pensar a articulação entre mercado e espaço a partir de suas formas de regulação pode ser útil para o entendimento dos conflitos em torno do trabalho ambulante. Para o autor, a forma pela qual o trabalho ambulante se manifesta na cidade é fruto de uma relação direta com o Estado, que sanciona ou deixa de sancionar leis que regulam esse tipo de atividade econômica. Rabossi afirma que “onde as trocas se desenvolvem, o espaço é uma variável dos negócios e onde o espaço é produto de sanções legais e intervenções institucionais, os negócios estão imbricados com essas sanções e intervenções em um duplo sentido: são regulados por elas e abrem um campo de possibilidades para quem tome o risco de excursionar além dos limites que essas regulamentações estabelecem. Longe de ser o resultado natural das forças do mercado, o universo das trocas na sociedade contemporânea é o produto das intervenções que as possibilitam e as regulam.” (2004, p. 172). Em linha com o debate proposto por Rabossi, Silva (2014) sugere a necessidade de se olhar para a constituição dos mercados populares e seus processos

de especialização na cidade em constante relação com as práticas de controle e fiscalização que incidem sobre eles, assim como os acordos que visam a contorná-los. Ou seja, o trabalho ambulante estaria inserido em uma política dos espaços urbanos, onde a repressão e tolerância de atividades informais ou ilegais estariam em constante negociação (Silva, 2014, p. 32).

Carlos Freire da Silva, em sua pesquisa de doutoramento, ao analisar a dinâmica do mercado popular de São Paulo, sugere que ao longo dos anos 2000 houve pressão sobre o trabalho ambulante, que se reorganizou, saindo em parte das ruas e se direcionando às galerias. Sua pesquisa enfoca o que ele chama de 'circuito de compras', que envolve as regiões do Brás, dos arredores da rua 25 de Março e da Santa Ifigênia. O autor analisa como São Paulo se torna o destino de número elevado de "sacoleiros" de todo o país, que em alguma medida rumavam anteriormente ao Paraguai. Silva analisa detalhadamente as dinâmicas geopolíticas globais e a alteração da centralidade de Ciudad del Este – antes destino para abastecimento de comerciantes das mais variadas cidades do país – para São Paulo, que passa a ser polo de distribuição e comercialização de produtos variados, desde supérfluos chineses que chegam através do Porto de Santos até vestimentas produzidas na própria capital paulista, passando por artefatos manufaturados importados e com maior valor agregado. Um dos destinos prioritários para esses sacoleiros seria a Feira da Madrugada, no Brás, que ocorre em galerias e na via pública. Ônibus dos mais diferentes lugares do Brasil estacionam na região enquanto os pequenos comerciantes percorrem as ruas e as galerias em busca de mercadorias para revender em suas cidades de origem. Em diálogo com uma caravana vinda de Barbacena, a 507 km de São Paulo, em 2013, Silva indica que cada sacoleiro trazia entre R\$ 2 mil e R\$ 7,5 mil reais para investir. A pesquisa de Silva ocorre em um momento em que a economia brasileira ainda não havia entrado em recessão; ao contrário, estava pungente, com crescimento real da renda, diminuição das taxas de desemprego e aumento do consumo na base da pirâmide social. Nesse contexto, o comércio ambulante nessas localidades do centro da cidade movimentava cifras bastante relevantes, impactando relações políticas relacionadas com a comercialização na rua. O fenômeno das galerias, em que ambulantes foram expulsos das ruas devido a ações de fiscalização e policiamento, rumando para espaços internos de edifícios que anteriormente eram fábricas ou galpões industriais no Brás, significou intensa alteração do valor do



+
+
+ espaço urbano. Segundo Silva, em 2011, o valor do metro quadrado de um pequeno estande no Brás ou na 25 de março era significativamente mais elevado do que o valor médio pago em shoppings de elite da cidade, como Iguatemi, Cidade Jardim ou Oscar Freire (p. 51). A pujança desse circuito econômico alterou as dinâmicas imobiliárias e os custos para os trabalhadores e comerciantes dessas regiões. Em síntese, Silva sugere que o trabalho ambulante está intimamente relacionado às dinâmicas de disputa pela cidade, em que diferentes atores das mais variadas escalas de poder - do fiscal da ponta ao policial militar, passando por grandes empresários e importadores, até políticos de grande influência no debate nacional - negociam e disputam esse mercado que, à primeira vista, poderia parecer como algo marginal e pouco capitalizado.

A noção de direito à cidade (conceito forjado por Henri Lefebvre) é frequentemente mobilizada ao se pautar o trabalho ambulante. Entidades não-governamentais, centros de pesquisa e outros atores da sociedade civil problematizam o trabalho ambulante como destituído de direitos, não apenas por, frequentemente, estar na informalidade, mas também por ser perseguido e criminalizado. Em relatório produzido pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (Alcântara et. all., 2013), a despeito da melhora significativa de indicadores socioeconômicos apresentados pelo país até o momento da publicação, com concomitante avanço nas conquistas e expansão de direitos sociais, a entidade notava que os grupos junto aos quais realizava atendimento seguiam excluídos e segregados territorialmente. Ou seja, independentemente do momento econômico atravessado pelo país, mesmo em situações, de modo geral, mais favoráveis ao trabalhador, os ambulantes seguiam à margem.

Segundo o documento, no campo do trabalho, a flexibilização da legislação trabalhista, o empreendedorismo, a terceirização e a reestruturação produtiva foram apresentados como processos modernizantes, com forte apelo à sociedade. No entanto, a “modernização” e a “flexibilização” produtivas teriam servido para mascarar a crescente informalização e precarização das condições de vida de grandes contingentes populacionais. A terceirização, particularmente, se consolidou nos últimos quinze anos como estratégia do capital visando à redução de custos do trabalho, entre outras questões. A realidade, entretanto, mostra que todo o suposto “processo modernizante” fragmentou a cadeia produtiva em vários níveis (terceirização, quartização), pulverizando a exploração e a violação de direitos e dificultando ainda mais a organização dos trabalhadores.

A relevante publicação referida anteriormente (Alcântara et. all., 2013), investiga a trajetória de vida de ambulantes, por meio da utilização de metodologia qualitativa, cuja finalidade é promover a reflexão aprofundada e colher elementos sobre vivências, lutas, esperanças, dilemas, precariedades e violências enfrentadas no cotidiano por esses atores. Em seguida, foram analisadas as organizações e articulações dos ambulantes em sua luta coletiva, assim como as redes de solidariedade e mobilização entre diferentes entidades, como Ministério Público, Defensoria Pública, órgãos públicos, movimentos sociais que representam esses trabalhadores e redes de entidades não governamentais que apoiam suas lutas. Nesse tópico, são abordadas as trajetórias de organização dos ambulantes nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro e a experiência indiana. Nos três casos, contextualiza-se o ambiente social, político e econômico que propiciou a organização dos trabalhadores ambulantes; levanta-se o processo de organização, as bandeiras e lutas; e, por último, relata-se os desdobramentos e desafios da luta coletiva.

Ao final, na última parte da publicação, é apresentado um debate sobre a diversidade dos contextos e dos processos de organização. Ao abordar a situação dos ambulantes nas grandes cidades brasileiras, sublinha-se a importância da organização dos trabalhadores para além do enfrentamento imediato das violações de direitos, com vistas a consolidá-la sob a forma de permanente luta de classes. Ainda nesse tópico, são debatidas diferentes políticas públicas, com a apresentação de diversos perfis e condutas do poder público em relação ao comércio de rua. São expostas experiências em diferentes esferas administrativas – municipal, metropolitana e nacional –, tanto no Brasil (São Paulo e Porto Alegre), como no exterior (Durban, Nova Iorque e Índia). A análise das políticas coloca em destaque o direito à cidade, os instrumentos de política urbana, as formas de avanço no diálogo social e a participação efetiva dos trabalhadores na elaboração das políticas públicas. Em seguida, são apresentados alguns componentes considerados essenciais para a construção de políticas para o comércio ambulante (Alcântara et. all., 2013).

Em estudo encomendado pela prefeitura de Marta Suplicy, publicado em 2004, o professor Álvaro Comin destaca o quanto é delicada a questão do comércio ambulante e relata o fracasso de inúmeras tentativas de solução do problema no passado. Comin sugere uma tipologia de diferentes trabalhadores ambulantes e, conseqüentemente, um conjunto de políticas públicas específicas voltadas a cada



+
+
+ um desses grupos, a saber: 1. Para trabalhadores ambulantes em condições muito precárias (sem ponto fixo, nenhuma capitalização, pouca qualificação e experiência profissional), que, muitas vezes, acorrem a esse tipo de atividade apenas por não dispor de alternativa de subsistência: oferta de benefícios de transferência de renda ou Programa Primeiro Emprego (no caso de jovens), associados a políticas de educação e qualificação profissional, que poderiam gerar efeitos duradouros e consistentes de reinserção ocupacional; 2. Para os trabalhadores ambulantes com maior grau de capitalização e autonomia, com localização estável e experiência profissional: políticas de estímulo à formalização e regularização dos negócios, com melhoria nas condições de exercício das atividades e consequente rentabilização, o que poderia contribuir significativamente para reequacionar o problema. Para ambos os grupos, o pesquisador sugeriu políticas de disponibilização de linhas de microcrédito, estímulo à criação de cooperativas, criação de shoppings e galerias especializadas e políticas de treinamento técnico e de gestão de pequenos negócios. Também propõe políticas públicas para os ambulantes operadores de atividades e produtos ilegais, destacando, neste caso, ações conjuntas e sistemáticas envolvendo o poder público, o judiciário e os aparelhos de segurança pública. Recomenda, ainda, que tais ações contem com o comprometimento de associações de empresas beneficiadas pelo combate à pirataria e ao contrabando (empresas de produção e distribuição de softwares e hardwares, grandes fabricantes de marcas de roupas e calçados, entre outras). Seguramente, desde 2004, esse tipo de ação, em interface com o policiamento, controle e fiscalização do Estado foi adotada com maior frequência e se mostrou pouco eficaz para melhora das condições de vida desses trabalhadores. A tese de Silva (2014) coloca esse debate no centro da argumentação, evidenciando que a Operação Delegada⁸ não cumpriu seus objetivos.

Na mesma publicação organizada por Comin, Luciana Itikawa, à época doutoranda na FAU-USP (2004), coloca-se a entender o que denomina como 'geometrias da clandestinidade'. A autora sugere que o termo 'clandestinidade' seria mais potente do que informalidade. "O que o termo clandestinidade remete, e que parece mais enfático que o termo informalidade, é o fato de se estabelecer oculto, não estar às vis-

8. A chamada Operação Delegada se refere a um convênio entre a Prefeitura Municipal de São Paulo –por meio da Coordenadoria de Subprefeituras - e o Governo do Estado de São Paulo - por meio da Polícia Militar (Lei n. 14.977/09 e Decreto n. 50.994/09) - que permite que policiais militares em dias de folga trabalhassem até 96 horas por mês para a prefeitura, ganhando gratificação extra paga pelo orçamento municipal. Esta medida foi muito criticada por se tratar de militarização da ação de fiscalização, que anteriormente ocorria por fiscais municipais ou pela Guarda Civil Metropolitana.

tas. Seria quase um sacrilégio afirmar que a periferia autoconstruída e precária é oculta. Ou mesmo que é invisível o trabalho informal nos espaços públicos do centro de São Paulo. Ao contrário, ambos não são ocultos, são evidentes." (Itikawa, 2014, p. 340). A autora critica o modo como o poder público libera licenças para o trabalho na rua, que gera corrupção e práticas de clientelismo, tornando o trabalho ambulante ainda mais precário e vulnerável. Nesse sentido, registra que, para a viabilização urbanística dos empreendimentos de economia popular, deve ser entendido o contexto urbano onde os microempreendimentos serão inseridos. Assim, seria necessária uma análise do mercado de trabalho rua a rua, além do levantamento da dinâmica da economia informal no espaço público. A compreensão da especificidade e da heterogeneidade da economia informal de acordo com a sua localização forneceria subsídios para a elaboração de diferentes programas para Centros de Economia Popular. Esses centros não necessariamente serviriam somente para o comércio, mas também para a prestação de informações de interesse público aos usuários dos órgãos do poder público e dos setores de agenciamento de emprego, prática já existente e largamente difundida no espaço público no centro de São Paulo, afirma Itikawa (p. 361, 2004).

Em artigo publicado no contexto da pandemia de covid-19, um conjunto de pesquisadores e militantes de movimentos urbanos (Aguilar et. al., 2022) analisa os impactos do contexto sanitário nas disputas e políticas de quem vive de comércio popular nas ruas de São Paulo. O artigo é fruto dos debates realizados no seminário 'Ambulantes e Cidade: Cartografias da economia popular, tensões nos territórios, conflitos e práticas de resistência durante a pandemia da Covid-19'. A pandemia alterou o funcionamento dos mercados populares, a ocupação dos espaços, as disputas políticas e a intensidade da violência policial contra os trabalhadores ambulantes. O artigo em questão evidenciou como a luta pelo direito ao trabalho e comércio nas ruas se articulou com outras redes de movimentos de trabalhadores, de moradia, de imigrantes, de universidades e de organizações que lutam pelo direito à cidade e ao trabalho. Apesar de uma das principais pautas do movimento – manutenção e criação de novos Termos de Permissão de Uso (TPU) para comércio nas ruas – não ter obtido êxito, verificou-se a construção de redes de aliança e solidariedade para atravessar o período mais crítico da pandemia.



+ + REVISÃO SOBRE PESQUISAS QUANTITATIVAS COM ENFOQUE ESPECÍFICO NO TRABALHO + AMBULANTE

Como observado anteriormente, a maior parte dos estudos sobre o trabalho ambulante está inserido no âmbito do debate urbanístico – direito à cidade, confrontos entre a classe trabalhadora e a repressão policial e fiscalizatória - e muito pouco no âmbito da economia e do mundo do trabalho.

No que se refere às experiências de desenvolvimento de pesquisas primárias sobre o trabalho ambulante, observam-se muitos estudos com abordagem qualitativa, que são da maior importância para apontar experiências vividas pelas trabalhadoras e trabalhadores ambulantes, pontuar significações comunitárias e registrar suas trajetórias no contexto da desigualdade social, econômica e política.

Esses estudos são realizados por meio da aplicação de diversas técnicas - como, entre outras, estudos de caso, histórias de vida e entrevistas em profundidade - e os recortes da pesquisa, invariavelmente, são restritos tanto à abrangência geográfica como ao grupo social investigado, o que evidencia a complexidade e a heterogeneidade desse campo social.

Há poucas publicações que apresentam estudos quantitativos sobre o trabalho ambulante, ainda mais sob o viés da economia e do trabalho (PAMPLONA, 2013). Do ponto de vista de pesquisas primárias, compreende-se essa lacuna pela dificuldade da realização de pesquisas quantitativas com dados estatísticos representativos, em razão do alto custo e da complexidade da realização do campo. Também a elaboração de estudos com base em dados secundários enfrenta enormes dificuldades, dada a ausência de dados populacionais sobre esse segmento, além da indisponibilidade de registros administrativos de trabalhadoras e trabalhadores que transitam entre a fronteira da formalidade e da informalidade, assim como entre a fronteira da legalidade e da ilegalidade.

Uma das bases de dados atualmente disponíveis e que permite a identificação de informações sobre o trabalho ambulante é a PNAD-Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua Mensal), realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que, embora apresente limitações para a definição do recorte do trabalho ambulante, assim como para a desagregação segundo abrangência geográfica, em razão de

ser uma pesquisa amostral, pode fornecer informações valiosas. Cabe destacar que o fato de a PNADc ser uma pesquisa domiciliar implica a não captação de informações específicas sobre o local em que o trabalho ambulante ocorre, além, evidentemente, de questões concernentes unicamente à rotina e dificuldades do trabalho ambulante.



Quanto aos estudos sobre o trabalho ambulante produzidos com dados quantitativos, foram localizados dois que podem contribuir para as reflexões metodológicas que devem ser promovidas no âmbito do presente projeto. O primeiro, de João Batista Pamplona (2013), traça uma caracterização de trabalhadores e trabalhadoras de rua na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) a partir dos dados da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pelo DIEESE - Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - e a Fundação Seade. Esse estudo joga luzes sobre o perfil dessa população, apresentando dados sobre a estimativa do total de pessoas nessa condição e o percentual de participação na população ocupada na RMSP, além de informações sobre caracterização pessoal, inserção ocupacional, acesso à previdência social e condições de moradia e de trabalho.

Ainda que o estudo se baseie em dados do período de 1999 a 2009, sua abordagem é bastante inovadora, pois busca o delineamento do trabalho ambulante a partir de estatísticas do mercado de trabalho produzidas regularmente e disponibilizadas publicamente, possibilitando a realização de estudo longitudinal e de baixo custo de realização. Destaca-se ainda que, dada a complexidade do questionário aplicado pela PED, o desenho amostral e a abrangência geográfica da pesquisa, é possível não somente traçar a dinâmica de participação do trabalho ambulante no mercado de trabalho, como também o perfil populacional do segmento.

O recorte amostral possível na base de dados é o de “pessoas que estavam ocupadas no setor de comércio varejista em vias públicas, que residiam na RMSP e trabalhavam no Município de São Paulo” (PAMPLONA, 2013, pág. 227). Trata-se de recorte um pouco mais amplo do que a literatura especializada costuma apontar como trabalho ambulante, por englobar, por exemplo, os feirantes. Ainda assim, as potencialidades analíticas dessa metodologia a qualificam positivamente.

Seria de grande valia contar com esses dados atualizados como subsídio para o desenvolvimento de pesquisa primária de caracterização do trabalho ambulante e levantamento de necessidades e expectativas desses trabalhadores e dessas trabalhadoras. No entanto, em 2019, infelizmente, a PED da Região Metropolitana de São



+ Paulo foi suspensa. Atualmente, a única região em que a PED segue sendo realizada é o Distrito Federal.

+

+

O segundo estudo a ser enfatizado é a pesquisa intitulada “Censo dos comerciantes de rua de eThekweni”, que corresponde à localidade do Município Metropolitano de Durban, um dos onze distritos da província de KwaZulu-Natal, na África do Sul. Essa experiência inovadora de pesquisa primária foi encomendada pela organização Street.net e realizada por Reform Development Consulting entre setembro de 2009 e junho de 2010.

Durban é a terceira maior cidade da África do Sul, uma cidade costeira que abrange uma área de aproximadamente 2.559 km² e atualmente conta com cerca de 4 milhões de habitantes na região metropolitana.

O objetivo central dessa pesquisa era realizar um censo e diagnóstico da situação de comerciantes de rua, buscando informações que possibilitassem a construção de uma política pública para a regulação espacial e geográfica em um sistema de permissão de atividade para vendedores ambulantes dentro da municipalidade. Segundo os dados disponibilizados no relatório, apesar das dificuldades de realização, a experiência foi exitosa, tendo possibilitado apontar o dimensionamento de trabalhadoras e trabalhadores ambulantes na localidade, além de traçar um perfil do grupo.

Destaca-se da metodologia utilizada na pesquisa o fato de a investigação ter sido realizada por meio de amostra probabilística, permitindo a extrapolação dos dados coletados para a totalidade do universo pesquisado. Conforme o relatório apresentado, a amostra foi desenhada a partir da “demarcação de 416 Áreas de Enumeração (EAs) com base nas Unidades de Planejamento do Município de Durban. O quadro de amostra foi então estratificado com base em uma amostra probabilística, especificamente uma amostragem aleatória estratificada, na qual a totalidade das EAs foi estratificada em 27 categorias baseadas em renda x área x densidade. Uma vez que as EAs foram categorizadas e renumeradas de acordo com o quadro amostral, selecionou-se aleatoriamente uma porcentagem de EAs de cada categoria com base na ponderação geral do total de EAs por estrato.” (2010, pg. VII).

Em razão das dificuldades para realizar a contagem dos trabalhadores e trabalhadoras ambulantes, que têm sua dinâmica de atuação fortemente impactada pela situação econômica (taxa de desemprego, por exemplo), pelos eventos que

alteram o comportamento comercial (datas festivas, datas comerciais etc.) e pela condição climática (chuva, frio etc.), a pesquisa realizou contagens em três momentos distintos, para posteriormente calcular uma média. “As estimativas populacionais de três contagens do censo foram: Fase I — 35.385 comerciantes, Fase III — 26.292 comerciantes e Fase IIIb Recontagem — 87.541. Portanto, a contagem média geral de comerciantes no município foi de 49.739. As estimativas populacionais do censo variaram significativamente, com uma gama de 61.429 comerciantes.” (2010, pg. VIII)



 **49.739**
AMBULANTES
estimados na cidade de São Paulo

A pesquisa foi estruturada em três conjuntos de dados, compostos por diferentes grupos de participantes: (1) total de participantes da pesquisa, inclusive aqueles que somente foram contabilizados e não entrevistados, que correspondem a 4.095 pessoas; (2) total de participantes entrevistados, composto pela somatória das bases de dados coletados a partir dos instrumentos nomeados de Questionários Curto e Questionário Longo, com 4.034 participantes; e (3) total de participantes da entrevista longa, constituído pela base de dados composta exclusivamente pelos respondentes do Questionário Longo, com 634 participantes.

A contagem de trabalhadores e trabalhadoras ambulantes foi feita por meio de observação, sendo também registradas algumas informações sobre caracterização pessoal e do negócio. Na terceira fase da pesquisa, quando foram aplicados os questionários junto à população alvo, havia a tentativa de entrevista com o Questionário Curto de todas as pessoas identificadas como trabalhadores e trabalhadoras ambulantes. Aquelas que não aceitavam o convite para responder à entrevista eram apenas contabilizadas. Uma em cada dez pessoas entrevistadas respondia ao Questionário Longo.

Essa pesquisa forneceu informações muito valiosas sobre a metodologia para a realização do mapeamento dos ambulantes no município de São Paulo, em que pesem as diferenças de cultura e, principalmente, de dimensão territorial e populacional. O acesso ao relato da experiência permitiu avaliar de forma mais qualificada os procedimentos exitosos e os problemas e dificuldades de execução de campo, assim como as necessidades de alteração e adaptação da metodologia para o momento atual e para o local em questão.



+ REVISÃO DOS PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS SOBRE O TRABALHO AMBULANTE

+ Em interlocução com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, organização social com longa trajetória de assessoria ao movimento de ambulantes, o DIEE-SE buscou rastrear os principais termos legais para compreender a regulação estatal sobre a ocupação dos espaços públicos para fins de atividades econômicas. Mais do que uma análise exaustiva sobre a legislação, o intuito da interlocução com a organização era entender os meandros de como vêm sendo definidos e como vêm sendo operadas as lutas em torno da regulação do trabalho ambulante. Não se tratava meramente de arrolar os marcos legais, mas compreender os interstícios das regras e sua implementação.

De partida, o advogado responsável pela pauta do trabalho ambulante na organização destacou a dificuldade de se enquadrar e definir legalmente o que seria o ambulante e ressaltou que, para prestar seus serviços de apoio e interlocução, o Gaspar Garcia atende os próprios atores que se auto identificam como tal, reconhecendo, no entanto, que esse conceito não é pertinente para a definição de critérios de uma pesquisa. Completou dizendo que o trabalho ambulante por vezes é mobilizado de forma genérica, referindo-se a trabalhadores que atuam em galerias, nas ruas, no *corre*, com ou sem permissão de trabalho, feirante, permissionários de bancas de jornal, entre outros. De acordo com o art. 1º da Lei federal nº 6.586, de 6 de novembro de 1978, "*considera-se comerciante ambulante aquele que, pessoalmente, por conta própria e a seus riscos, exercer pequena atividade comercial em via pública, ou de porta em porta*".

No âmbito do município de São Paulo, a Lei nº 11.039, de 23 de agosto de 1991, "*disciplina o exercício do comércio ou prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos do município de São Paulo*", autorizando o exercício da atividade "*em caráter precário e de forma regular, por profissional autônomo*" e reconhece como ambulante "*a pessoa física, civilmente capaz, que exerça atividade lícita por conta própria ou mediante relação de emprego, desde que devidamente autorizado pelo Poder Público competente*".

Essa lei define categorias de ambulantes a partir de sua condição pessoal e da forma como exercem a atividade. Do ponto de vista da condição pessoal, são previstas as seguintes categorias:

- a) deficiente físico de natureza grave;
- b) deficiente físico de capacidade reduzida e sexagenários;
- c) egressos do sistema penitenciário e fisicamente capazes (redação dada pela Lei nº 13.635/2003)

Para a classificação segundo a forma de exercício da atividade, são determinados três grupos:

- a) efetivos (carregam junto ao corpo a mercadoria ou equipamento e em circulação);
- b) de ponto móvel (exercem a atividade com o auxílio de veículos automotivos ou não, ou equipamentos desmontáveis e removíveis, parando em locais permitidos de vias e logradouros, públicos);
- c) de ponto fixo (exercem a sua atividade em barracas não removíveis em locais previamente designados de vias e logradouros públicos).

Além disso, cria "em cada Administração Regional uma Comissão Permanente do Ambulante, para regulamentar e controlar esta atividade [...], constituída por representantes de Associações e Sindicatos do Comércio Ambulante, de Associações e Sindicatos do Comércio estabelecido, da População através de suas representações organizadas e da Administração Municipal, sob a coordenação do Administrador Regional correspondente" e definidas as atribuições e competências dessas Comissões.

A Lei delega ao Administrador Regional "a competência de baixar os Atos atinentes ao comércio de Ambulante e a prestação de serviços em vias e logradouros públicos da sua Região Administrativa", como a fixação das áreas, praças e ruas de atuação com os respectivos Pontos Fixos; a lista de produtos que poderão ser comercializados e os serviços prestados e a expedição do Termo de Permissão de Uso.

Determina, ainda, a escala de prioridade de uso da via pública e estabelece as condições exigidas para a outorga da permissão de uso aos ambulantes, bem como o tipo e as dimensões dos equipamentos permitidos para o exercício da atividade. Por fim, estabelece os deveres, as proibições e as penalidades a que estão sujeitos os ambulantes. A Lei Nº 11.039 foi regulamentada pelo Decreto Nº 42.600, de 11 de novembro de 2002.





O interlocutor do Gaspar Garcia destaca que o texto de 1991 delega aos administradores regionais as principais ações que se referem ao trabalho ambulante, sendo que a lei prescreve a existência de diálogo da gestão regional com a Comissão Permanente do Ambulante. A previsão das CPAs foi um dos aspectos que tornou a legislação de permissão a ambulantes em São Paulo um dos marcos legais mais garantidores dos direitos do trabalhador, na medida em que assegurou um espaço de decisão e gestão sobre o ambulante de forma participativa.

O advogado elucida que os ambulantes pleiteiam junto à gestão municipal a permissão de uso do espaço público para fins econômicos, para comércio ou serviço, sendo que são três os institutos de outorga de uso privativo de um bem público a terceiros: *autorização*, *permissão de uso* e *concessão de uso*. Na ordem que atribui mais garantias ao administrado, são os seguintes institutos:

- A autorização é ato administrativo por meio do qual a administração pública possibilita a realização de alguma atividade de predominante interesse do particular ou a utilização de um bem público. Trata-se de ato unilateral, discricionário, precário e sem licitação, com interesse predominantemente privado.
- A permissão de uso é ato administrativo discricionário e precário mediante o qual é consentida ao particular alguma conduta em que exista interesse da coletividade. É formalizado por um contrato de adesão. O ato é unilateral, discricionário, precário, mas com licitação (qualquer modalidade), podendo ser oneroso ou não. Apresenta interesse predominantemente público.
- A concessão é contrato entre a administração pública e uma empresa particular, pelo qual o governo transfere ao segundo a execução de um serviço público, para que este o exerça em seu próprio nome e por sua conta e risco, mediante tarifa paga pelo usuário, em regime de monopólio ou não (supõe licitação com concorrência), por prazo determinado. É formalizado por contrato administrativo bilateral e sua rescisão antecipada pode ensejar indenização.

O Termo de Permissão de Uso concedido aos ambulantes é um instituto precário e oneroso, ou seja, o espaço público permitido ao ambulante poderá ser retomado caso a prefeitura dele necessite para outra finalidade e sua utilização exige pagamento.

Em 2019, a Prefeitura Municipal de São Paulo lançou a política do “Tô legal”, que trata de um novo marco regulatório que visa a ordenar e normalizar todas as atividades de comércio e serviços nas vias públicas do município. O Tô legal regula de

trabalho ambulante a *vallet* de estacionamento, passando por autorização para que bares e restaurantes estendam o atendimento em via pública; estações de compartilhamento de bicicletas; comida de rua; bancas de flores; bancas de jornais e revistas; compartilhamento de patinetes; e feiras livres, dentre outras.

Os detalhes para a emissão de TPU conforme o programa Tô legal podem ser encontrados no manual disponível no site da prefeitura⁹. Cabe destacar que o Tô legal não prevê as Comissões Permanentes, o que acaba conferindo maior poder discricionário à gestão municipal e enfraquecendo a organização dos trabalhadores ambulantes, esvaziando o sentido participativo da lei de 1991. A permissão regrada pelo Tô legal é, de forma geral, mais precária e mais cara que a determinada pela lei de 1991.

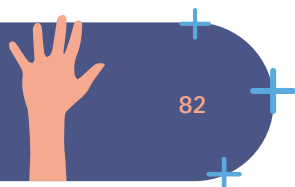
No debate cotidiano dos ambulantes, costuma-se diferenciar o tipo de regularização/legislação, com o TPU e o Tô legal. O advogado do Centro Gaspar Garcia elucidou, no entanto, que essa distinção é parcialmente equivocada. Quando os ambulantes se referem ao TPU, reportam-se aos termos permissionários expedidos conforme a Lei nº 11.039, de 1991, que foi um marco do debate internacional sobre a regularização do trabalho ambulante, sancionada na gestão Luiza Erundina, que, vale ressaltar, é recorrentemente lembrada pelos ambulantes permissionários como favorável à atividade. Na interpretação do Gaspar Garcia, esses TPUs atualmente existentes são, em alguma medida, remanescentes da política anterior e vêm sendo substituídos gradativamente pelo programa Tô legal, por meio do qual a prefeitura confere um Termo de Permissão de Uso (TPU) em forma mais precária e onerosa do que o regrado pela legislação de 1991. No ambiente das ruas, os trabalhadores ambulantes se referem à permissão anterior como 'TPU' e à concedida atualmente como 'Tô legal', sendo que na realidade ambas são TPUs, mas com regramento diferenciado.

O movimento dos ambulantes faz o diagnóstico político de que o objetivo das últimas gestões municipais é extinguir todos os TPUs remanescentes da lei de 1991, com ações como o impedimento da transferência de titular e a não concessão de novos registros nesse tipo de modalidade, o que, na prática, configura transição do modelo de regramento dos ambulantes em São Paulo. Desde 2005¹⁰, as gestões municipais vêm cassando e revogando os TPUs concedidos de acordo com as normas estabelecidas em 1991, sendo que, em 2012, a gestão Kassab (2006 - 2013) cassou todas as licenças então vigentes em São Paulo¹¹, o que desencadeou uma série de iniciativas de

9. <https://tolegal.prefeitura.sp.gov.br/Home/DownloadManual?CdManualArquivo=71>

10. <https://gaspargarcia.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Cartilha-dos-Ambulantes.pdf>

11. <https://agora.folha.uol.com.br/saopaulo/ult10103u1088788.shtml>



+ judicialização contra a medida, com mobilização da Defensoria e do Ministério Público. Judicialmente conseguiu-se reaver alguns desses TPUs cassados.

+

+

Nas visitas prospectivas em campo para pré-testagem dos questionários e observação da atividade in loco, notou-se a existência de outros arranjos que organizam o trabalho ambulante e que não passam por regramento legal, como acordos com as subprefeituras. Observou-se, por exemplo, um caso em que uma banca de frutas se responsabiliza por manter a limpeza dos arredores do local em que atua em troca do uso do espaço para a atividade econômica.

Outra forma de negociação da regulação do trabalho ambulante é a constituição de cooperativas para negociação do uso do espaço de parques públicos municipais, cuja gestão é de responsabilidade da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e, segundo uma liderança do movimento dos ambulantes, tem legislação e regras específicas, não estando cobertos pela regulação dos ambulantes em geral. Essa mesma liderança relata que, a partir de um conflito entre a gestão do Parque Ibirapuera e os trabalhadores, o então vereador Eduardo Suplicy sugeriu a construção de uma cooperativa para organizar os ambulantes e negociar com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, modelo que foi replicado em outros parques públicos. Ainda revela que o movimento ambulante pretende utilizar a lei do MROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil) para regradar de forma menos precária o acordo que permite o trabalho dos ambulantes nos parques. A proposta é embasar-se no MROSC para realização de parceria tripartite: Cooperativa, Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. De todo modo, destaca que não existe ainda regulamentação específica que garanta o trabalho dos ambulantes nos parques e que essa questão vem sendo tratada pelo movimento junto a vereadores no processo de definição da legislação dos parques municipais e do trabalho ambulante em São Paulo.

Por fim, ainda no campo do marco regulatório da atividade, há uma legislação que rege a ocupação de artesanato nas vias públicas. No âmbito do governo do estado, a Sutaco (Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades) faz parte da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo e foi criada com a finalidade de integrar a mão-de-obra artesanal no mercado produtivo pelo Decreto-Lei nº 256, de 29 de maio de 1970. A Sutaco foi incorporada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico pelo Decreto nº 59.773, de 19 de novembro de 2013 e segue as diretrizes estabelecidas pela Portaria nº 1.007-SEI, de 11 de junho de 2018, atuando como entidade

gestora do artesanato paulista em ações estratégicas. No âmbito municipal, o Programa Mãos e Mentos Paulistanas (PMMP), criado pela Lei Nº 16.573 de 18 de novembro de 2016 e regulamentado pelo Decreto Nº 58.676 de 22 de março de 2019, visa a regular a atividade econômica e social dos artesãos e manualistas paulistanos cadastrados, com o intuito de qualificá-los e facilitar sua carreira empreendedora autônoma. De modo a alcançar esse objetivo, são promovidas diversas atividades que fortalecem o citado ecossistema, além de estimular a inclusão produtiva, o acesso ao mercado e o fomento do desenvolvimento econômico e da geração de renda no âmbito local.



INTERLOCUÇÃO COM MOVIMENTO E ESPECIALISTAS

Este item está subdividido em três tópicos. No primeiro, relatam-se as reuniões e atividades desenvolvidas em conjunto com o Fórum dos Ambulantes e entidades parceiras e de apoio aos trabalhadores ambulantes. Em seguida, apresentam-se os debates que ocorreram na oficina que reuniu especialistas no tema. Por fim, são sistematizados os resultados das oficinas realizadas com ambulantes em cinco diferentes espaços da cidade de São Paulo.

REUNIÕES DE TRABALHO COM O MOVIMENTO DE AMBULANTES

O processo de elaboração da proposta metodológica foi inteiramente dialogado com o movimento dos ambulantes em São Paulo, em especial o coletivo intitulado Fórum dos Ambulantes, por meio de reuniões periódicas em formato híbrido – parte das pessoas presencialmente no Escritório Nacional do DIEESE e parte de forma remota. Em cada um desses momentos, como foi apresentado em relatórios anteriores, debatia-se o andamento da construção da metodologia¹².

A primeira reunião, ocorrida em 27 de março de 2023, teve como objetivo mobilizar o movimento social para interlocução sobre o projeto de pesquisa e apresentação da proposta de desenvolvimento da metodologia, com cronograma e etapas a serem cumpridas. Na ocasião, o DIEESE já tinha realizado a revisão bibliográfica da legislação, das

12. Ver o Relatório de acompanhamento “Desenvolvimento de metodologia para realização de mapeamento de trabalhadores ambulantes no município de São Paulo”, de abril de 2023.



+ pesquisas e dos debates sobre o trabalho ambulante, que serviram como referência ao desenvolvimento proposto.

+

+

Propôs-se a realização sistemática de reuniões com os trabalhadores e entidades de apoio a ambulantes, e uma oficina com especialistas sobre o tema. Além disso, indicou-se a importância da execução de pesquisa qualitativa exploratória, por meio de oficinas com trabalhadores ambulantes, atividade que demandaria necessariamente a participação intensa das lideranças presentes na reunião. Ressaltou-se que essas oficinas seriam etapa essencial do projeto, por promover a participação social dos maiores implicados na pesquisa: os próprios ambulantes e deveriam ocorrer em diferentes regiões da cidade, com a finalidade de fornecer subsídios para a construção do mapeamento da atividade, seja de indicadores para a construção do questionário, seja para a elaboração de estratégias de campo e formas de viabilizar a aplicação da pesquisa. Feito isso, o DIEESE iria elaborar o questionário e testá-lo em campo, a fim de aprimorar as perguntas. Concomitantemente, o DIEESE mobilizaria a equipe de estatísticos para definir o desenho amostral da pesquisa, levando em conta a heterogeneidade do segmento.

Pautou-se a necessidade de conceituar o *trabalho ambulante*, de modo a delimitar claramente o objeto da pesquisa. Para iniciar a discussão, o DIEESE apresentou a definição de João Batista Pamplona (2006), a saber:

Trabalho ambulante: comércio de bens ou serviços realizados em vias e logradouros públicos, como ruas, calçadas, praças, jardins, etc., fora de estruturas prediais, em postos - fixos ou móveis - ou de forma itinerante levando sua mercadoria junto ao corpo, com ou sem permissão oficial (Pamplona, 2013).

Em seguida, abriu-se para a discussão entre os presentes. Um debate aprofundado ocorreu, evidenciando que a compreensão sobre trabalho ambulante para a pesquisa do DIEESE não deveria ser a mesma de Pamplona. Mais do que definir exatamente o que seria compreendido por *trabalho ambulante*, o DIEESE colocou a necessidade da construção de critérios para indicar o tipo de trabalhador ambulante que deveria ser o público-alvo da pesquisa, dado que a concepção de trabalho ambulante pode admitir uma ampla gama de atividades e de formas de executá-las, o que inviabilizaria a aplicação da pesquisa.

Nesse sentido, em conjunto com os presentes, determinou-se que se consideraria como ambulantes as trabalhadoras e os trabalhadores do comércio de bens ou serviços que ocupam a via pública e que frequentam recorrentemente um determi-

nado ponto espacial, independentemente de portar autorização/permissão dos órgãos públicos para fazê-lo. Esses ambulantes podem trabalhar com as mais variadas infraestruturas para expor suas mercadorias, seja banca estruturada, fixa na rua, seja o chamado *paraquedas*, isto é, uma lona estendida na rua.



Consensuou-se entre a equipe técnica do DIEESE, as entidades de apoio e os ambulantes organizados no movimento social a exclusão da pesquisa daqueles que trabalham em mobilidade constante, tanto em meios de transporte, como em espaços privados ou de concessão pública, embora se reconheça a relevância desse segmento no trabalho ambulante em São Paulo. Essa decisão se deu em função das limitações operacionais para contatá-los e contabilizá-los, o que exigiria o desenvolvimento de metodologia específica, implicando, na prática, a realização de outra pesquisa.

Também não foi considerado objeto da pesquisa trabalhadores de mercados ilícitos, como o de drogas; ou prestadores de serviços em ocupações não regulamentadas, como prostituição.

Outras duas reuniões entre DIEESE, entidades parceiras e Fórum dos Ambulantes foram realizadas em maio e junho de 2023, com o objetivo de debater a situação dos ambulantes em São Paulo e, especificamente, de relatar o andamento do desenvolvimento metodológico da pesquisa. Esses encontros foram importantes para viabilizar a construção das oficinas que ocorreram na cidade de São Paulo ao longo do mês de junho e as visitas aos locais em que os ambulantes exercem suas atividades.

Em agosto, houve outra reunião para avaliação das oficinas realizadas, com a apresentação das principais questões levantadas pelos participantes. As informações apresentadas evidenciaram a heterogeneidade e diversidade das formas de realização do trabalho ambulante na cidade e o debate contribuiu enormemente para a construção dos questionários de pesquisa.

Em setembro de 2023 foi realizada uma atividade em que se pautou especificamente o questionário de pesquisa.

Reuniões ocorridas em formato híbrido no DIEESE, em que se discutiu e planejou a construção da metodologia de mapeamento das trabalhadoras e trabalhadores ambulantes.





Pauta	Data	Nº de participantes
Apresentação do plano de trabalho	27/03/2023	10
Articulação com movimento e definição de conceitos	24/04/2023	15
Articulação das oficinas locais	15/05/2023	12
Avaliação das oficinas locais	14/08/2023	12
Questionário de pesquisa	11/09/2023	11

OFICINA COM PESQUISADORES E ESPECIALISTAS

Ao final de março de 2023, foi realizada uma oficina em formato híbrido com especialistas para debater a construção metodológica da proposta da pesquisa de mapeamento dos ambulantes na cidade de São Paulo. O debate pautou as distinções entre o trabalho na informalidade e o trabalho dos ambulantes. Se as abordagens sobre o trabalho ambulante enfatizam muito o aspecto relativo à informalidade, Lúcia Garcia, técnica do DIEESE, destacou que a especificidade do trabalho ambulante se dá por ser realizado na rua e que as discussões relativas à informalidade não dão conta de explicá-lo em todos os aspectos.

O conjunto de questões e desafios que o trabalho ambulante traz para a reflexão sobre o mundo do trabalho diz respeito à questão urbana, invocando parâmetros que extrapolam o universo da relação produtiva, em especial da díade capital-trabalho, abrangendo também o campo das relações de trocas e circulação no âmbito do espaço público. É preciso considerar que o trabalho de comércio nas ruas tem origem milenar, está presente desde a formação das cidades e não está especificamente relacionado às agruras do capitalismo contemporâneo, pois o trabalhador de rua faz parte de uma prática social histórica. Dessa forma, destaca-se a importância de que a metodologia proposta pelo DIEESE tenha uma “âncora” de referência, que pode ser uma característica da ocupação, um tipo de atividade ou um lócus específico. Definiu-se em conjunto que essa “âncora” de referência para a pesquisa dos ambulantes deve ser, sobretudo, a atividade de comércio que se espacializa nas ruas da cidade, independentemente de o trabalhador ser conta-própria, assalariado ou empreendedor com CNPJ.

Colocou-se a possibilidade de que a autodeclaração ou a identidade do trabalhador com o trabalho ambulante fosse um dos critérios para a definição das pessoas que comporiam o grupo a ser mapeado. Essa ideia foi rejeitada com o argumento de que a caracterização e definição do sujeito da pesquisa deve ser objetiva e capaz de ordenar a complexidade e a heterogeneidade desse conjunto de trabalhadores.



Ponderou-se também que a diversidade de situações que caracterizam o trabalho ambulante poderá exigir tipos distintos de estratégias de pesquisa: para quem está na rua, para quem está na Feirinha da Madrugada, para quem está na porta do metrô. Ressalvou-se, ainda, que dificilmente uma única pesquisa daria conta de mapear toda a multiplicidade e heterogeneidade desse grupo e que seria, portanto, essencial que as decisões sobre os recortes da pesquisa fossem sempre tomadas em consenso com o movimento social de ambulantes, de modo a não alimentar expectativas que não pudessem ser cumpridas, o que se fez ao longo de todo o processo de construção da metodologia.

OFICINAS LOCAIS

Foram realizadas ao total cinco oficinas com ambulantes em diferentes regiões da cidade. As oficinas foram coorganizadas pelo DIEESE e pelas lideranças do trabalho ambulante de cada localidade. Coube ao DIEESE conduzir a atividade, com o desenvolvimento da metodologia da oficina, sua respectiva aplicação e a sistematização dos resultados. Coube às lideranças mobilizar os ambulantes para participarem da atividade. Foi oferecida ajuda de custo de 20 reais a cada participante e um lanche ao final da atividade. As oficinas coorganizadas pelo DIEESE e as lideranças dos movimentos alcançaram um número expressivo de pessoas, totalizando 94 ambulantes que preencheram a lista de presença.



As oficinas ocorreram ao longo do mês de junho:

Oficina	Data	Local	Nº de participantes
Ambulantes da região central (Brás, 25 de março e Centro Novo).	02/06/2023	Sindicato dos Bancários	18 ambulantes 4 apoios (DIEESE e ativistas parceiros)
Ambulantes da Zona Sul (Conceição/Jabaquara/ Santa Cruz/Saúde e Santo Amaro)	03/06/2023	Sede da Central de Movimentos Populares	6 ambulantes 4 apoios (DIEESE e ativistas parceiros)
Ambulantes da Zona Oeste (Lapa/Pinheiros)	16/06/2023	Biblioteca Municipal Mário Schenberg	8 ambulantes 5 apoios (DIEESE e ativistas parceiros)
Ambulantes da Zona Leste 1 (São Miguel Paulista).	21/06/2023	Sindicato dos Químicos de São Miguel Paulista	25 ambulantes 5 apoios (DIEESE e ativistas parceiros)
Ambulantes da Zona Leste 2 (Guaianazes, Itaquera, São Matheus e Artur Alvim)	28/06/2023	Sede da Associação Fala Negão, fala mulher!	37 ambulantes 3 apoios (DIEESE e ativistas parceiros)

As oficinas foram divididas em três momentos. No primeiro, enquanto as pessoas chegavam, aplicava-se, junto a cada participante, um formulário de caracterização pessoal e do trabalho. Como não havia controle restrito de entrada e saída da atividade, um número significativamente maior de pessoas participou das oficinas, mas não respondeu ao questionário. No segundo momento, solicitava-se aos presentes que caracterizassem as especialidades em que havia concentração de ambulantes na região em que trabalham. Essa atividade foi importante para a definição de critérios objetivos para a identificação de localidades com concentração de trabalho ambulante, o que foi importante para a construção do desenho amostral, detalhado adiante, neste relatório. O terceiro momento tinha como objetivo enumerar os problemas, dificuldades e desafios vividos pelos ambulantes, indicações que serviram como subsídios para a construção do questionário.



Em relação ao perfil do total de ambulantes que participaram das oficinas, notou-se uma divisão equilibrada em termos de gênero – 51,6% de homens frente a 48,4% de mulheres. A faixa etária dos participantes era majoritariamente mais envelhecida: mais da metade tinha idade superior ou igual a 60 anos. Isso se deve ao fato de o Fórum dos Ambulantes, movimento mobilizado para articular os participantes, ter uma base social muito atrelada aos permissionários de TPU regrado pela legislação de 1991.

Em termos de cor/raça, pouco mais de um terço declarava-se branco, 43,0% pardo e 17,2% preto/negro. Havia apenas um ambulante que se identificou da cor amarela e dois indígenas. As oficinas contaram também com participação expressiva de pessoas com deficiência (19,4%).

Caracterização pessoal	Nº	%
Gênero		
Feminino	45	48,4
Masculino	48	51,6
Faixa etária		
Até 29 anos	8	8,6
De 30 até 59 anos	36	38,7
60 anos ou mais	49	52,7
Deficiência		
Sim	18	19,4
Não	75	80,6
Cor / Raça		
Branca	34	36,6
Preta / Negra	16	17,2
Parda	40	43,0
Amarela	1	1,1
Indígena	2	2,2
Total	93	100,0

As oficinas possibilitaram verificar as especialidades e padrões em que há concentração de trabalhadores ambulantes nas regiões em que foram realizadas - seja no “corre” ou com TPU -, os respectivos horários de trabalho e o tipo de produtos comercializados. Essas informações foram mapeadas, registradas e compartilhadas com



+ a equipe de estatísticos e o geógrafo que se debruçaram sobre o plano amostral que adiante será apresentado.

+

+

Mapeou-se o funcionamento dos ambulantes na região do Brás, da Feirinha da Madrugada, da região da 25 de Março, dos arredores da República, equipamentos de saúde, Poupatempo, estações de metrô, trem e terminais urbanos de transporte, calçadas, centralidades comerciais de diferentes bairros, equipamentos educacionais e parque públicos, entre outros.

Quanto à sistematização do debate sobre os principais problemas enfrentados pelos ambulantes, observou-se dois eixos centrais: 1. condições de trabalho e 2. regularização e legislação.



1. Condições de Trabalho

- Falta banheiro para uso dos ambulantes, costumam usar o do metrô e os dos comércios;
- Poder público não organiza o espaço;
- Descaso do poder público com o espaço e estrutura física;
- Problemas psicológicos;
- Ficam sujeitos à intempérie e condições climáticas;
- Faltam condições adequadas para alimentação do ambulante durante o trabalho;
- Problema da questão urbana relacionada à população em situação de rua pode ser ruim para o trabalho dos ambulantes, sobretudo porque pode afastar a clientela;
- Falta segurança pública;
- Falta estrutura de acessibilidade para deficientes;
- Condição das barracas não são adequadas, espaço da banca é pequeno e descoberto;
- Necessidade de creche para mães ambulantes;

- Não tem acesso a ponto de luz, problema de água e esgoto nas vias que ocupam, sobretudo para ambulantes que trabalham com alimentação;
- Calçadas são muito esburacadas, drenagem precária;
- Local para aquecer a marmitta ou refeitório público seria bem-vindo;
- Assédio e importunação sexual, sobretudo para as ambulantes mulheres;
- Preconceito e desvalorização do trabalhador ambulante, tratado como se não fosse trabalhador: público e autoridades muitas vezes acham que mercadoria é roubada ou ilegal;
- Importância da organização dos trabalhadores, como ocorre em caso de formação de cooperativa;
- Todo ambulante deveria ter direito a auxiliar, o que não é autorizado pela legislação;
- Falta serviços de assistência social – mães as vezes precisam levar filhos pequenos para o local de trabalho e o espaço não é adequado;
- Ausência de equipamento de lazer para filhos enquanto pais trabalham;
- Construção de equipamentos públicos que atendam a população da região e atraia mais consumidores, como Poupatempo e Descomplica;
- As melhorias nas condições do trabalhador ambulante são sempre situacionais e ficam muito vulneráveis aos gestores e à política municipal da vez. Não há conquistas duradouras;
- Falta organização dos trabalhadores, sobretudo daqueles que não são permissionários;
- Alteração do espaço público urbano sem interlocução com os munícipes da localidade, como por exemplo, mudança, pela Prefeitura, de acesso a trem, sem conexão com a rua em que o comércio da região se situava.





2. Regularização e legislação

- Falta regularização, é necessária a ampliação do número de TPUs;
- O processo de decisão sobre as condições do trabalho ambulante não é efetivamente participativo;
- Necessária implantação das CPAs nas subprefeituras;
- Violência contra ambulantes por parte da subprefeitura (rapa, operação delegada, fiscalização e policiamento);
- Corrupção / propina - quem não tem TPU/ Tô legal sofre mais, mas quem está regularizado também está sujeito à cobrança de propina;
- Medo da fiscalização por todos os ambulantes, com e sem TPU;
- Fiscalização não tem critérios objetivos;
- Autuação indevida de quem tem licença por excesso de mercadoria ou ultrapassagem de limite da banca – confisco sem lacre;
- Ausência de direitos trabalhistas – férias, previdência social, seguridade social;
- Falta regularização de imigrantes – poder público precisa organizar o trabalho dos imigrantes, que acabam por disputar o espaço de trabalho com os demais;
- Risco de remoção – a legislação existente não dá garantias ao ambulante;
- Titular da banca (TPU) não pode sair, pois corre o risco de ser multado ou ter permissão cassada. Não há exceções, mesmo para necessidades básicas, de alimentação, de higiene ou para resolução de problemas de saúde ou bancários;
- Falta de mecanismos que permitam o auxiliar ficar na banca sozinho – mesmo quem tem TPU com auxiliar não pode se ausentar da banca;
- Falta linha de crédito voltada para trabalhador ambulante;
- Reivindicam novo cadastramento, com a legalização de todos os ambulantes;

- Criticam mudança do ponto de permissão - transferência para local inadequado ou com pouco movimento;
- Insegurança de posse – TPUs bloqueados; falta de informação oficial; não resolução do problema dos TPUs bloqueados; devolução de TPUs cassados; impossibilidade de transferência de TPU em caso de óbito do titular, que, em muitos casos, era empreendimento familiar: um membro da família morre, todos ficam irregulares;
- Insegurança em relação à seguridade social e aposentadoria;
- Prefeitura não oferece informação de forma clara sobre os processos;
- Valor do TPU é muito elevado;
- Necessidade de refinanciamento de dívidas contraídas com a prefeitura – sobretudo no período da pandemia, com renegociação ou isenção das dívidas relativas ao TPU;
- Falta de informações sobre regularização;
- Dificuldade de acesso à informática para cadastro nos sistemas de regularização.

VISITAS LOCAIS

Em regiões importantes da cidade nas quais não foi possível realizar oficinas regionais - ou porque não havia contatos mobilizadores na localidade ou porque o responsável pela região avaliava ser inviável a mobilização desses profissionais para uma atividade de meio expediente - optou-se por fazer vistas locais. Essas visitas se mostraram da maior importância por possibilitar a interação com os trabalhadores em seus locais de trabalho durante o exercício da atividade, além do contato com ambulantes dos mais diversos perfis, distintos dos que participaram das oficinas.

As visitas de campo tinham como objetivo observar as espacialidades com alta concentração de ambulantes, a fim de pensar limites e possibilidades para a construção do plano amostral da pesquisa e dialogar com os ambulantes sobre o cotidiano do trabalho, além de realizar entrevistas de pré-teste do questionário de pesquisa. A partir das oficinas, os técnicos do DIEESE produziram uma primeira versão do questionário, que foi pré-testado a cada visita, a partir das incursões a campo

+ foi-se aperfeiçoando o questionário. Concomitante a isso, era observada a região, suas peculiaridades e características, de modo a possibilitar a inclusão ou alteração de questões que constavam no questionário original.

+ As estratégias de campo variaram. Em algumas ocasiões foram aplicados questionários junto aos ambulantes; em outras, apenas conversas informais, observações e anotações sobre como o trabalho ocorria na localidade. Dialogou-se com ambulantes permissionários e com aqueles que se identificam como “do corre” – sem permissão de uso do espaço –, além da aplicação de questionários especificamente elaborados para ambulantes imigrantes, perfil que esteve pouco presente nas oficinas locais. Importante destacar que foram realizadas visitas com e sem guias locais.

CAMPO 1 (18/07/2023)

Zona Norte. A liderança ex-ambulante, Sr. Otávio, acompanhou e guiou a visita. Locais visitados: Estação Santana, Vila Nova Cachoeirinha, Estação Tucuruvi.

Número de pré-testes aplicados: 12

CAMPO 2 (21/07/2023)

Brás. A liderança imigrante Hortense Mbuyi, ex-presidente do Conselho Municipal de Imigrantes de São Paulo, acompanhou os técnicos do DIEESE na visita. Ana Lídia Aguiar, do Fórum dos Ambulantes, também participou da incursão a campo. Locais visitados: Largo da Concórdia, Av. Rangel Pestana, Rua Coimbra.

Número de pré-testes aplicados: 15 (imigrantes)

CAMPO 3 (25/07/2023)

Zona Sul. A incursão a campo foi realizada sem guia local. Os técnicos do DIEESE procuraram as localidades com maior concentração de ambulantes e dialogaram com os trabalhadores, a maior parte sem TPU, para compreender a dinâmica do trabalho na localidade. Locais visitados: Santo Amaro, Av. M'Boi Mirim, Av. de Pinedo e Piraporinha. Optou-se por não aplicação de pré-testes.

CAMPO 4 (27/07/2023)

Zona Oeste. A incursão a campo teve guia local, Sr. Maurílio, nos arredores do metrô Clínicas. Posteriormente, os técnicos do DIEESE buscaram as especialidades com concentração de ambulantes e dialogaram com os trabalhadores, a maior parte com TPU. Locais visitados: Av. Dr. Arnaldo, em frente ao Hospital das Clínicas, Largo da Batata, Faria Lima, Estação Butantã. Número de pré-testes aplicados: 4

CAMPO 5 (28/07/2023)

Lapa. A incursão a campo não contou com guia local. Os técnicos do DIEESE procuraram as localidades com maior concentração de ambulantes e dialogaram com os trabalhadores, a maior parte sem TPU, para compreender a dinâmica do trabalho na região. Locais visitados: Imediações do Mercado da Lapa, Rua 12 de outubro. Número pré-testes aplicados: 11

CAMPO 6 (14/08/2023)

Brás – Feirinha da Madrugada. Os técnicos do DIEESE foram à Feirinha da Madrugada, onde encontraram Kleber e Meg, ativistas do Fórum dos Ambulantes e do Movimento de Trabalhadores sem Direitos. Com os guias locais, os técnicos puderam conhecer toda a extensão da Feirinha da Madrugada, conversar com alguns trabalhadores e entender a dinâmica de funcionamento deste importante mercado popular. Optou-se por não aplicação de pré-testes.

CAMPO 7 (25/08/2023)

Jabaquara. A incursão a campo foi realizada sem guia local. Os técnicos do DIEESE procuraram as localidades com maior concentração para aplicação da primeira versão do questionário ampliado. Locais visitados: Imediações da saída da estação de metrô Jabaquara. Número de pré-testes aplicados: 4





CAMPO 8 (28/08/2023)

Lapa. A incursão a campo não contou com guia local. Os técnicos do DIEESE procuraram as localidades com maior concentração para aplicação da primeira versão do questionário ampliado. Locais visitados: Rua Doze de Outubro, Rua Dronsfield, Praça Melvim Jones, Rua Cincinato Pomponet e arredores do mercado da Lapa. Número de pré-testes aplicados: 12

CAMPO 9 (29/08/2023)

República. A incursão a campo foi realizada sem guia local. Os técnicos do DIEESE procuraram as localidades com maior concentração para aplicação do questionário. Locais visitados: Rua Barão de Itapetininga, Rua Dom José de Barros, Av. Ipiranga. Número de pré-testes aplicados: 10

As visitas locais e o diálogo com ambulantes não organizados em movimentos sociais foram importantes para adicionar elementos essenciais para a construção dos questionários e das estratégias de pesquisa. Nessas visitas foi possível dialogar com ambulantes que se identificam como artesãos, com os que têm uma inserção precária e estão na ocupação apenas como alternativa momentânea à situação de desemprego, e, sobretudo, aproximar-se dos imigrantes, cuja especificidade complexifica ainda mais a elaboração e execução da pesquisa. Foi pela incursão na região do Brás, em diálogo prioritário com imigrantes, que se identificou a importância de incluir na equipe de pesquisadores que irão a campo a participação de ao menos um imigrante africano que domine diversas línguas locais, além de português e francês. Em tópico seguinte, a questão da construção dos instrumentos de pesquisa será detalhada em maior profundidade.



CONSTRUÇÃO DAS CENAS

A partir dos estudos em campo e do acúmulo proporcionado pelos estudos bibliográficos, identificou-se a possibilidade de utilização de critérios objetivos e respaldados nos estudos exploratórios para a identificação de localidades que potencialmente têm concentração de ambulantes. Tais localidades passaram a ser denominadas “cenas”.

As cenas são delimitadas por perímetros de ruas e avenidas da cidade e são desenhadas com base na presença de certos elementos urbanos verificados na pesquisa exploratória, como localidades de grande fluxo de pessoas e de concentração de comércio ambulante.

A utilização de um método de identificação de potenciais cenas permite o mapeamento de localidades onde se encontrarão os ambulantes sem que seja necessária a realização de varredura completa da extensão do município. Dada a ampla proporção territorial e de densidade demográfica do município de São Paulo, uma varredura completa do território demandaria vultosos investimentos, o que poderia tornar a pesquisa inviável do ponto de vista financeiro.

Para a viabilização da pesquisa em termos práticos e orçamentários com todo o rigor técnico e científico que um levantamento dessa ordem demanda, buscou-se a elaboração de critérios objetivos para a identificação de cenas que comporiam o universo a ser pesquisado. Foram considerados os seguintes elementos urbanos para a construção das cenas: 1) Pontos de transporte público – estações de metrô, trem e terminais de ônibus; 2) Centralidades comerciais; 3) Equipamentos de saúde pública (hospitais e Unidades de Pronto Atendimento); 4) Instalações de serviço público; 5) Parques; 6) Localidades de concentração de registro de TPU e/ou Tô Legal; e 7) Universidades.

Constatou-se, então, que tais parâmetros gerariam um tal número de cenas que acabaria por impossibilitar a realização da pesquisa, o que revelou a necessidade de se refletir sobre critérios para restringir ainda mais o universo da pesquisa. Dessa forma, a partir do entendimento de que a concentração de ambulantes está diretamente relacionada com o fluxo de pessoas na rua, cada tipo de cena foi cuidadosamente estudado, de modo a possibilitar reduzir o número de localidades a serem percorridas.

Entre as cenas de estação de trem e metrô, buscou-se informações sobre o número de passageiros contabilizados por dia. Foram consideradas as estações com número de usuários diários (dados de agosto de 2024) maior ou igual ao primeiro



As localidades com registros de TPU e/ou Tô Legal também foram estudadas cautelosamente, pois nem sempre há concentração de permissões, podendo ocorrer que estejam distantes entre si. Definiu-se por selecionar localidades que tivessem concentração de, no mínimo, cinco pontos próximos. Essas cenas foram incluídas no grupo de logradouros especiais e foram identificadas da seguinte forma:

1. Avenida Doutor Eduardo Cotching
2. Avenida Faria Lima
3. Avenida Guapira
4. Rua Paes Leme
5. Rua Penha de França (Ingloba o terminal de ônibus da Penha)
6. Rua Augusta
7. Rua Guatapara
8. Rua Joaquim Floriano
9. Rua Silva Bueno
10. Rua Teodoro Sampaio

No caso das instalações públicas de saúde, utilizou-se como critério uma proxy do tamanho do equipamento. Foram considerados os estabelecimentos com número de profissionais de saúde (dados do CNES de setembro de 2024) maior ou igual ao primeiro quartil da distribuição do número de profissionais de saúde dos hospitais e unidades de pronto atendimento públicos localizadas no município de São Paulo.

Entre os parques públicos, foram considerados os 10 mais visitados municipais e os 10 mais visitados estaduais - localizados no município de São Paulo.

No caso das instalações de serviço público, utilizou-se as informações obtidas nas oficinas e no trabalho de campo, que identificaram duas agências do Poupatempo como localidades com grande concentração de ambulantes nas proximidades.

Por fim, também foram consideradas na criação das cenas algumas universidades específicas, como a PUC (Perdizes) e a Uninove (Barra Funda)¹⁵.

15. Posteriormente, também foi incluída a cena localizada na Feira da Liberdade.



1.1 CONSTRUÇÃO DAS CENAS DE AMBULANTES

Com base nas considerações apresentadas, foram geradas, a princípio, 309 localidades de ocorrência da presença de ambulantes no município de São Paulo.

A partir de algumas agregações nos conjuntos dos logradouros que se cruzavam e devido à existência de parques vizinhos com nomes diferentes, restaram 302 localidades de ocorrência da presença de ambulantes, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Número de localidades de ocorrência da presença de ambulantes, segundo tipo

Município de São Paulo

Tipo	N
Total	302
Equipamentos de saúde pública (hospitais e unidades de pronto atendimento)	89
Estações de trem ou metrô	115
Terminais de ônibus	40
Parques	20
Logradouros ou conjunto de logradouros	18
Concentrações TPU / Tô Legal	10
Poupatempo	8
Universidade	2

A seguir, para cada uma destas 302 localidades, construíram-se buffers¹⁶ de 200 metros para as localidades representadas por "pontos" (terminais de ônibus, estações de metrô, estações da CPTM, equipamentos de saúde pública e Poupatempo) e de 100 metros para os logradouros e os parques. Com base nesse procedimento, observaram-se diversas outras ocorrências de sobreposição entre os limites e, por consequência, a grande maioria das localidades foram agregadas. Quando a área de sobreposição é muito pequena ou em casos específicos de sobreposição - como nas áreas da 25 de março e no Triângulo histórico - foram feitos pequenos recortes de delimitação de áreas. Dessa forma, obteve-se um total de 214 cenas de ambulantes.

16. Buffer é uma área de influência construída para delimitar de maneira equidistante pontos, linhas ou polígonos traçados no espaço. A partir de um raio pré-determinado se constrói uma área circundante no objeto selecionado.



1.2 DIVISÃO DE CENAS DE AMBULANTES

Com o objetivo de representar de maneira mais precisa o conjunto da população de ambulantes na cidade de São Paulo, o estrato referente aos logradouros especiais foi subdividido em subestratos. Essa decisão foi motivada pela ampla diversidade de características presentes nas cenas desse estrato, que em alguns casos são de dimensões consideráveis.

Essa subdivisão permite uma abordagem mais refinada na escolha das amostras, considerando a heterogeneidade encontrada nos logradouros especiais. Isso possibilita uma representação mais precisa e abrangente dos ambulantes que atuam em áreas específicas, levando em conta a variedade de contextos e características presentes nesses locais. Esse enfoque estratificado torna a seleção da amostra mais adequada e condizente com a complexidade e diversidade dos logradouros especiais do município de São Paulo, assim como contribui para a otimizar a logística da realização do campo da pesquisa.

Fazem parte dessa divisão as 27 cenas originais classificadas no tipo "Logradouros especiais" que, após serem divididas, totalizaram 57 cenas, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2. Cenas de ambulantes do estrato logradouros especiais, segundo número de cenas subdivididas

Município de São Paulo

Logradouros especiais	Número de cenas
Total	57
25 de Março	4
Avenida de Pinedo	1
Avenida Doutor Eduardo Cotching	2
Avenida Faria Lima	1
Avenida Guapira	1
Avenida Jabaquara	1
Avenida Mateo Bei	4
Avenida Paulista	3
Avenida Yervant Kissajikian	2
Bom Retiro	2
Brás à tarde	4



Brás de madrugada	3
Calçadão de São Miguel Paulista	4
Cidade dos Velinhos	1
Largo do Japonês	1
Largo Treze	2
Paes Leme	1
Penha de França	2
Piraporinha	1
República	3
Rua 12 de Outubro	4
Rua Augusta	1
Rua Guatapara	1
Rua Joaquim Floriano	1
Silva Bueno	1
Teodoro Sampaio	2
Triângulo Histórico	4

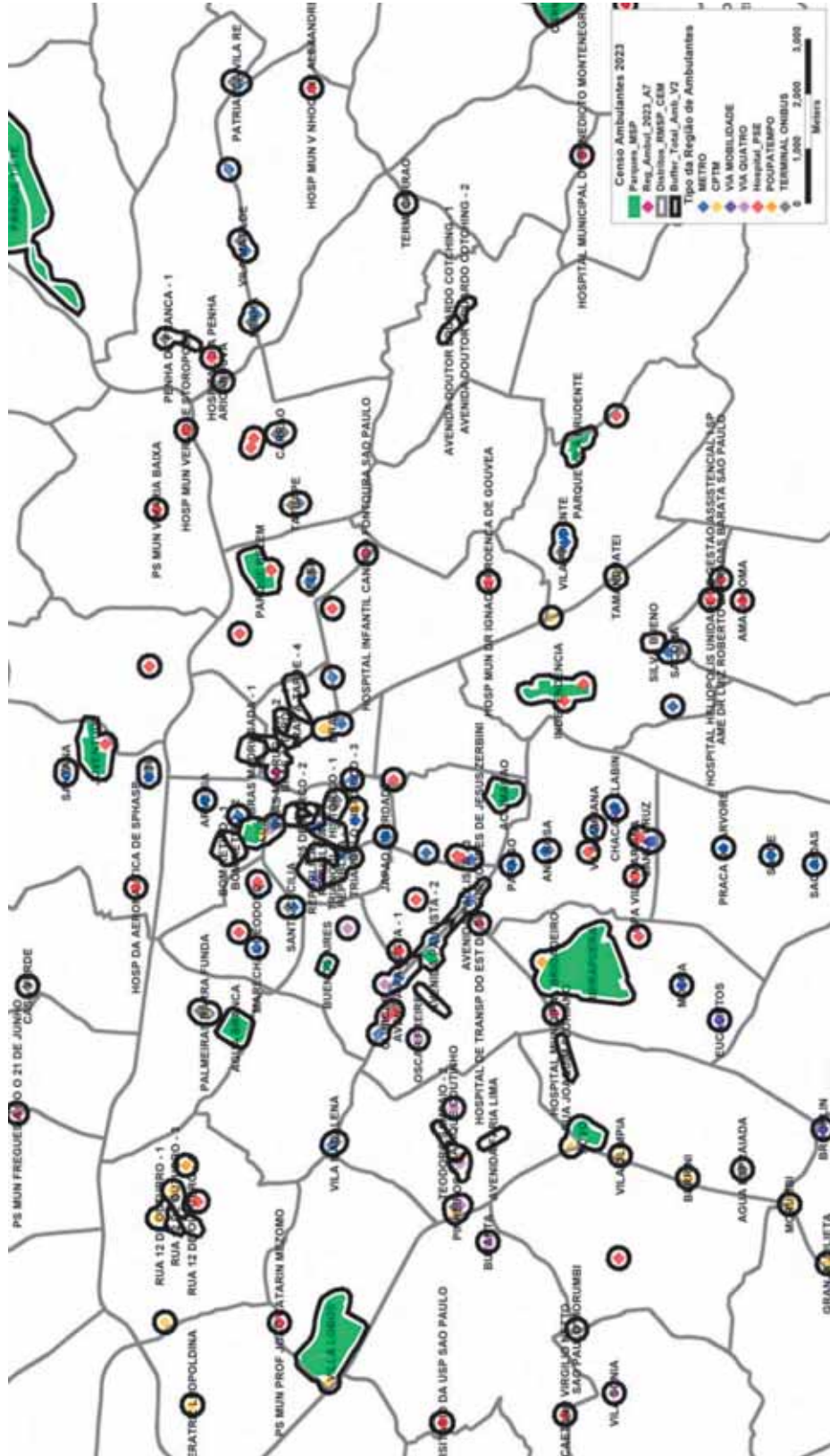
Fonte: Base de cenas de ambulantes no município de São Paulo. Elaboração própria.

Com tais subdivisões, foi criado o cadastro final de cenas que compõem o universo da pesquisa, que totaliza 244 cenas de ambulantes¹⁷. O Mapa 1, a seguir, apresenta um panorama geral das 244 cenas espalhadas pelo território do município de São Paulo; já o Mapa 2 mostra, em detalhe, as cenas localizadas no centro do município de São Paulo.

17. A lista de todas as cenas que compõem o cadastro da pesquisa pode ser consultada no Anexo 1



Mapa 2. Cenas de ambulantes - Município de São Paulo (com detalhe no centro da cidade)



1.3 ESTRATIFICAÇÃO DAS CENAS DE AMBULANTES

Com o objetivo de fornecer resultados de pesquisa conforme o tipo de cena, o cadastro de cenas foi estratificado com base no tipo e no tamanho das cenas. Nos casos em que apenas um ponto de concentração da ocorrência de ambulantes estava dentro de uma certa localidade, a classificação do tipo de cena seguiu a referência original. Já nos casos em que havia mais de um tipo de ponto de concentração em uma mesma localidade era necessária a definição do tipo preponderante. Utilizou-se como critério a nomeação do tipo de cena que contribuía com maior fluxo de pessoas, como por exemplo, a região denominada como “Pinheiros”, que contempla os pontos da estação da linha amarela do metrô, da estação da linha esmeralda da CPTM e o terminal de ônibus. O “tipo de lugar (estrato)” para esta região foi classificado como “Estação de metrô”, uma vez que a linha de metrô apresenta mais usuários do que a linha de trem e o terminal de ônibus. Outro exemplo é a região classificada como “Rua 12 de Outubro” que, apesar de conter duas estações ferroviárias e um terminal de ônibus, foi classificada com o nome do logradouro especial de origem da referida região (ver mapa 4 “Região de ambulantes: Rua 12 de Outubro - 1, 2, 3 e 4”).

A Tabela 3 apresenta a quantidade de cenas classificadas em cada tipo de cena.

Tabela 3. Número de cenas, segundo tipo

Tipo	N
Total	244
Estação de trem ou metrô	78
Equipamentos de saúde pública (hospitais e unidades de pronto atendimento)	71
Parque	15
Agência Poupatempo	2
Terminal de ônibus	19
Logradouro especial	57
Universidade	2

Fonte: Base de cenas de ambulantes no município de São Paulo. Elaboração própria.



+

1.4 CONTORNOS DAS CENAS

+

+

Para a correta identificação da área geográfica abrangida pelas cenas aqui definidas, faz-se necessária a construção de mapas mais detalhados, com a determinação dos contornos efetivos para cada cena que for selecionada na amostra da pesquisa. A definição do contorno da cena permitirá a identificação exata de qual rua e até qual lado da rua está abrangida pela cena em questão. A elaboração de todos os mapas será feita após a etapa de sorteio das cenas.

Alguns exemplos dos mapas que serão construídos em momento posterior podem ser vistos a seguir:





Descrição do perímetro da área de ambulantes Santa Cruz:



Ponto inicial: Esquina da Rua Dona Berta com a Avenida Domingos de Moraes;

Segue pela Rua Dona Berta até a Rua Afonso Celso;

Segue pela Rua Afonso Celso até a Rua Loefgreen;

Segue pela Rua Loefgreen até a Rua Tenente Gomes Ribeiro;

Segue pela Rua Tenente Gomes Ribeiro até a Rua Borges Lagoa;

Segue pela Rua Borges Lagoa até a Rua Correa Vasquez;

Segue pela Rua Correa Vasquez até a Rua Diogo de Faria;

Segue pela Rua Diogo de Faria até a Rua Mairinque;

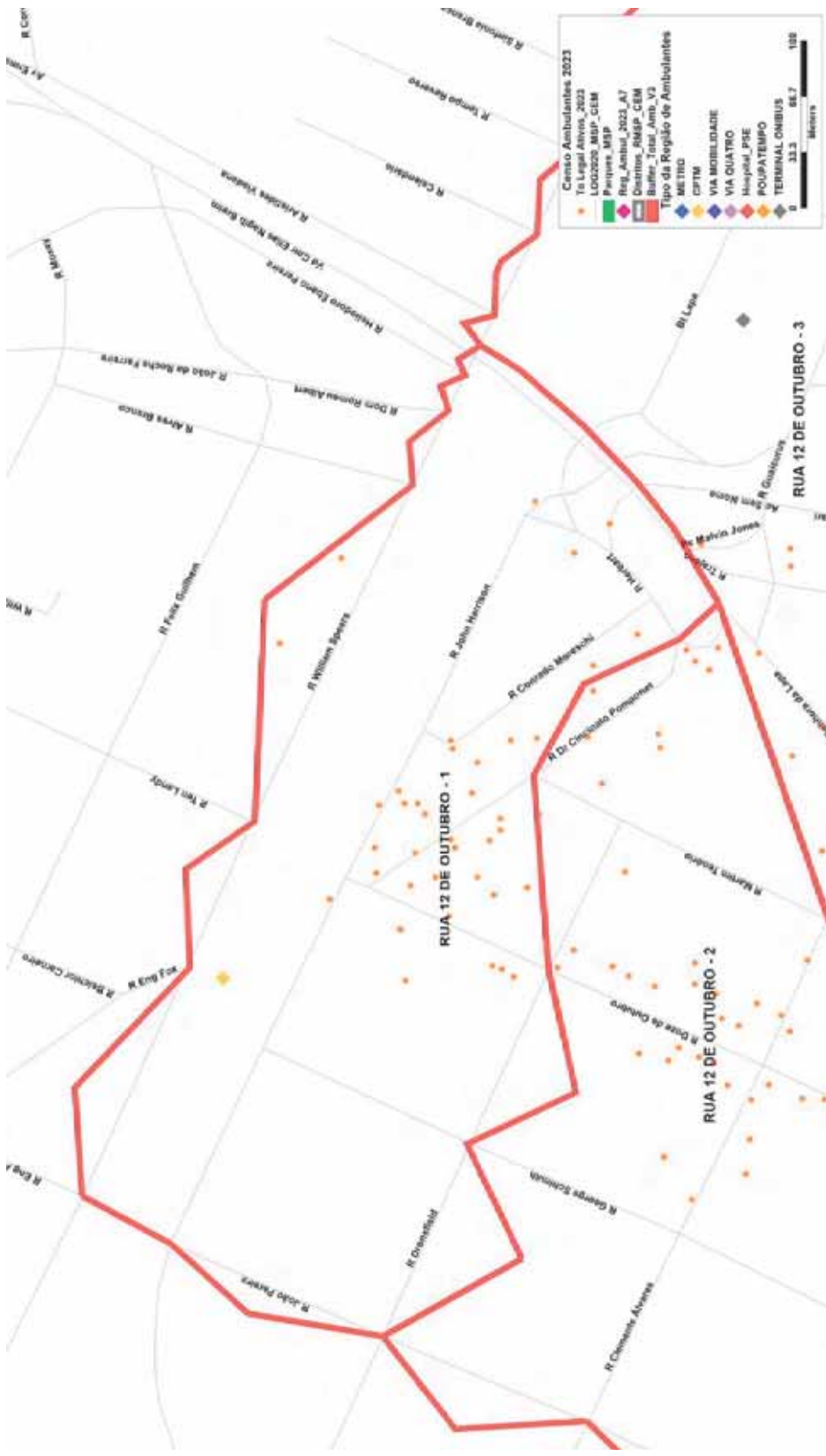
Segue pela Rua Mairinque até a Rua Cunha;

Segue pela Rua Cunha até a Avenida Domingos de Moraes;

Daí ao ponto inicial.



Mapa 5. Região de ambulantes: Rua 12 de Outubro - 1





Descrição do perímetro da área de ambulantes Rua 12 de Outubro - 1:



Ponto inicial: Esquina da Rua William Speers com a Rua Engenheiro Albertim;



Segue pela Rua William Speers até a esquina com o Viaduto Comendador Elias Nagib Breim;



Segue pelo Viaduto Comendador Elias Nagib Breim até a alça de acesso a Rua Herbert;



Da esquina da Rua Herbert com a Rua Doutor Cicinato Pomponet, segue pela Rua Herbert até a esquina com a Rua Conrado Moreschi;



Segue pela Rua Corado Moreschi até a Rua John Harrison;



Da Rua John Harrison até a Rua 12 de Outubro;



Da esquina da Rua 12 de Outubro com a Rua Dronsfield;



Segue pela Rua Dronsfield com a Rua João Pereira até Inha do trem;





Descrição do perímetro da área de ambulantes Terminal Carrão:



Ponto inicial: Esquina da Avenida Dezenove de Janeiro com a Rua Coronel Amaro Sobrinho;



Segue pela Rua Dezenove de Janeiro até a Rua Felisberto Pereira;



Segue pela Rua Felisberto Pereira até a Rua José de Assis;



Segue pela Rua José de Assis até a Rua Evangelista de Assis;



Segue pela Rua Evangelista de Assis até a Avenida Dezenove de Janeiro;



Segue pela Rua Dezenove de Janeiro a Avenida Itaquera;



Segue pela Avenida Itaquera até a Rua Coruripe;



Segue pela Avenida Itaquera até a Rua Coruripe;



Da Avenida João XXIII até a Avenida Rio das Pedras;



Avenida Rio das Pedras até a Avenida Dezenove de Janeiro;



Ponto Inicial.



PLANO AMOSTRAL

A amostra está dimensionada considerando-se a otimização de recursos e a qualidade exigida para a apresentação dos resultados da pesquisa segundo os objetivos propostos. O plano amostral indicado pode ser descrito como amostragem estratificada de conglomerados em um ou dois estágios, dependendo da unidade de análise.

A amostra probabilística de cenas é estratificada em uma etapa: seleção estratificada de cenas e arrolamento e pesquisa de todas as bancas na cena; posteriormente, seleção de um ambulante por banca pesquisada em cada cena (caso a banca tenha mais de um ambulante). No caso das bancas com um único ambulante, este estaria automaticamente selecionado para a amostra.

Para o planejamento da amostra aqui proposta, tomou-se como referência o cadastro de cenas apresentado anteriormente que totaliza 244 cenas classificadas em sete tipos, doravante denominados estratos amostrais.

Considera-se que a população alvo da pesquisa é composta pelos ambulantes que trabalham nas "cenas", definidas anteriormente como os locais de concentração das atividades dos ambulantes estabelecidos no município de São Paulo. Estão incluídas as pessoas que trabalham como ambulantes, tendo ou não permissão de uso do espaço público, que trabalhem usualmente desta forma e com ponto fixo ou móvel. Estão excluídos do universo da pesquisa pessoas que trabalhem como ambulantes em deslocamento (sem ponto) e em meios de transporte como metrô, trem e ônibus.¹⁸

Para fins metodológicos e práticos, considera-se como banca toda e qualquer infraestrutura utilizada para exposição de mercadoria ou serviço ofertado pelo ambulante. Dessa forma, optou-se pelo uso do termo genérico "banca" para descrever a unidade, sendo ela uma banca fixada no chão, uma estrutura desmontável, um carrinho com rodas, um aramado de metal, um pano estendido no chão, entre outras possibilidades.

As unidades de análise adotadas na pesquisa são (i) as bancas e (ii) as trabalhadoras e os trabalhadores ambulantes atuantes no município de São Paulo.

18. Ainda que essas pessoas sejam consideradas como trabalhadores e trabalhadoras ambulantes a decisão pela exclusão das mesmas do universo da pesquisa tem fundamento metodológico. Conforme anteriormente abordado, tanto as pessoas que trabalham em meios de transporte, como as que não se acomodam em um ponto de trabalho e ficam em deslocamento constante exigiriam uma metodologia muito específica, o que exigiria, na prática a realização de uma outra pesquisa.



1.5 TAMANHO DA AMOSTRA

Para determinar o tamanho da amostra, é essencial ter informações sobre a variabilidade no número de ambulantes por cena dentro de um estrato. Normalmente, a fórmula para calcular o tamanho da amostra em uma pesquisa probabilística considera o desvio padrão (ou o coeficiente de variação), o erro relativo desejado e o nível de confiança. No entanto, sem a informação específica sobre a variabilidade do número de ambulantes por cena em um estrato, torna-se desafiador estabelecer o tamanho exato da amostra.

Embora essa informação não esteja disponível, decidiu-se adotar como critério um coeficiente de variação (que é a razão entre o desvio padrão e o número médio de ambulantes em uma cena) aproximadamente igual a 20%. Além disso, buscou-se que a amostra estimasse esse número com um erro relativo não superior a 10%, mantendo um nível de confiança de 95%. A fórmula para o cálculo do tamanho da amostra é dada por:

$$n_h = \frac{CV_{hy}^2}{CV_0^2} \times EPA$$

Onde:

CV_{hy}^2 é variância do tamanho médio da cena no estrato h

CV_0^2 é o CV desejado para estimar o tamanho da população de ambulantes por estrato, considerado igual nos estratos (10%)

EPA é o efeito do plano amostral esperado devido ao emprego da amostragem estratificada e conglomerada, em vez da amostragem aleatória simples.

Exemplo de cálculo de tamanho de amostra para um estrato com tamanho médio de cena de 50 ambulantes por cena:

Coeficiente de variação populacional: $CV_{hy}^2 = 0,2$

Precisão desejada = $CV_0 = 0,1$

$EPA = 1,5$

$n_h = 4 \times 1,5 = 6$





Tabela 4. Tamanho da amostra segundo estratos de seleção

Estrato	n
Estação de trem ou metrô	12
Equipamentos de saúde pública	7
Logradouro especial - 3. 1.99	2
Logradouro especial - 3. 2.99	1
Logradouro especial - 3. 3.99	1
Logradouro especial - 3. 4.99	1
Logradouro especial - 3. 5.99	1
Logradouro especial - 3. 6.99	1
Logradouro especial - 3. 7.99	2
Logradouro especial - 3. 8.99	2
Logradouro especial - 3. 9.99	1
Logradouro especial - 3.10.99	1
Logradouro especial - 3.11.99	2
Logradouro especial - 3.12.99	2
Logradouro especial - 3.13.99	2
Logradouro especial - 3.14.99	1
Logradouro especial - 3.15.99	1
Logradouro especial - 3.16.99	1
Logradouro especial - 3.17.99	1
Logradouro especial - 3.18.99	1
Logradouro especial - 3.19.99	1
Logradouro especial - 3.20.99	2
Logradouro especial - 3.21.99	2
Logradouro especial - 3.22.99	1
Logradouro especial - 3.23.99	1
Logradouro especial - 3.24.99	1
Logradouro especial - 3.25.99	1
Logradouro especial - 3.26.99	1
Logradouro especial - 3.27.99	2
Parque	5
Agência Poupatempo	2
Terminal de ônibus	5
Universidade	2
Total	69

Fonte: Base de cenas de ambulantes no município de São Paulo. Elaboração própria.

1.6 ALOCAÇÃO DA AMOSTRA NOS ESTRATOS

Considerando-se os estratos definidos e o tamanho da amostra estabelecido de acordo com os critérios previamente mencionados, o número total de cenas a serem pesquisadas é de 69.

A tabela a seguir detalha a distribuição da amostra de cenas por estrato, apresentando o número de cenas que deve compor cada categoria. Esse planejamento de amostragem por estrato é fundamental para garantir uma representação adequada e confiável das diferentes categorias e segmentos que compõem a população de ambulantes no município de São Paulo, de forma a capturar a diversidade e as peculiaridades presentes entre ambulantes da região.

1.7 SELEÇÃO DA AMOSTRA

A seleção da amostra foi feita em estágios, quais sejam: seleção de cenas dentro do universo delimitado; seleção de bancas; e por fim, seleção de trabalhadoras e trabalhadores que irão responder à pesquisa. A seguir são apresentados os critérios de seleção em cada estágio.

Seleção de Cenas

A seleção das cenas foi realizada por meio de um processo de seleção aleatória simples em cada estrato, seguindo o tamanho amostral predefinido na tabela 4.

Seleção de bancas

Para as cenas escolhidas, duas opções para seleção de bancas foi estabelecida, considerando que não devem ser feitas mais de 3.000 entrevistas completas ao final da coleta de campo. O processo de seleção segue conforme abaixo:

1. Para cenas que não pertençam ao estrato de logradouros especiais, todas as bancas contidas nessas cenas serão investigadas, e o correspondente questionário de banca será preenchido por um respondente habilitado; e
2. Para cenas selecionadas no estrato de logradouros especiais, um número de bancas será determinado a partir de um arrolamento prévio de todas as bancas presentes na cena, sendo que o número de bancas a ser selecionado





é definido segundo o tamanho da cena (em número de bancas) e a amostra disponível para coleta de entrevistas completas. A seção “Método de coleta para a amostra de cenas” detalha como será realizado esse procedimento.

Seleção de ambulantes respondentes do questionário de ambulantes

Em cada banca das cenas selecionadas na amostra, um ambulante será aleatoriamente selecionado para responder ao questionário individual. Para garantir a aleatoriedade dessa seleção, a lista de ambulantes presentes na banca será organizada em ordem alfabética, de acordo com seus nomes ou apelidos informados. Essa informação não será registrada no banco de dados da pesquisa, que será realizada de forma anônima.

Após a listagem de todos os ambulantes em cada banca, será selecionado o ambulante de acordo com um número de ordem previamente estabelecido e registrado no questionário de banca. Este número de ordem será utilizado para determinar a pessoa a ser entrevistada, assegurando a aleatoriedade na seleção do respondente do questionário individual de ambulantes.

A amostra selecionada de cenas encontra-se no anexo 2B.

1.8 MÉTODO DE COLETA PARA A AMOSTRA DE CENAS

Cenas que não são do estrato “Logradouros especiais”

A coleta de dados é conduzida pela equipe de coletores, que utilizam os questionários específicos para as bancas e para os ambulantes. Ao considerar o dia da semana, determinou-se que, para a maioria dos estratos construídos, esse fator não altera substancialmente a situação das cenas. No entanto, para o estrato Parque, a situação é diferenciada: o fluxo de clientes se concentra em alguns dias da semana ou em horários específicos do dia.

De acordo com esses critérios, decidiu-se realizar a coleta nos dias da semana em todos os estratos, exceto no estrato Parque. A aleatorização dos dias da semana foi implementada nas cenas de todos os estratos, independentemente se a coleta ocorre durante a semana ou nos fins de semana, de dia ou à noite.

Além da distinção entre dias e horários para o estrato Parque, que requerer a especificação do dia e horário de coleta com base no estudo e no conhecimento da equipe responsável pela coleta, os estratos que abrangem Estações ferroviárias (metrô ou trem), Equipamentos de saúde pública (hospitais e unidades de pronto atendimento), Agências Poupatempo, Terminais de ônibus e Universidades - locais destinados à coleta em dias úteis (excluindo finais de semana) - exigem que as cenas selecionadas sejam percorridas para registrar as bancas três vezes no dia da coleta, em três momentos distintos: manhã, meio-dia e fim da tarde/início da noite.

A cada vez que uma cena é percorrida – para estratos de cenas com três passagens durante o dia – o questionário de banca será atualizado. A atualização se dá de três formas:

- Na primeira passagem, pela manhã, as bancas recebem uma anotação para turno M; na segunda e terceira passagens deve-se anotar, quando for a mesma banca, o respectivo turno (T ou N);
- Atualização da lista de ambulantes presentes em uma banca já existente (após anotar o novo turno), incluindo os novos ambulantes (os listados anteriormente permanecem na lista, mas não são selecionados para questionário de ambulante); e
- Inclusão de uma banca que não estava presente na passagem anterior.

No caso de uma nova banca ser listada, todo o processo de abertura de um questionário de banca deve ser realizado, selecionando-se um ambulante aleatoriamente na nova banca para responder ao questionário completo, como descrito anteriormente.

Cenas no estrato “Logradouros especiais”

De maneira similar, a coleta de dados no estrato “Logradouros especiais” é conduzida pela equipe de coletores, que utilizam os questionários específicos para as bancas e para os ambulantes. Nesse estrato algumas cenas selecionadas têm comportamento específico e a aleatorização dos dias da semana não se faz necessária (cenas que funcionam apenas em dias específicos – por exemplo). Além disso, algumas cenas já são definidas com horários pré-determinados de funcionamento (tal como, por exemplo, a cena “BRÁS – Noite”). Nesse estrato, as cenas seleciona-



- + das para a amostra vão ser previamente analisadas, e a coleta se dará com base no estudo e no conhecimento da equipe responsável pela coleta. Quando não houver especificidade de dia, a aleatorização do dia deve ser utilizada como determinante do dia da coleta.

Para as cenas desse estrato específico existem duas formas para a seleção de bancas, : uma que considera as cenas com dias e horários previamente estabelecidos, ; e outra que não possui essas especificidades já determinadas pelos responsáveis da equipe de coleta. A partir dessa especificidade, duas formas de seleção são definidas a seguir.

A - A coleta em cenas com dia e horários definidos previamente se dará em duas etapas:

Para o dia da semana e horário selecionado, a equipe de coleta irá até a cena e fará uma contagem rápida do número de bancas presentes na cena, preenchendo uma listagem com um nome de responsável e um número identificador da banca;

No mesmo dia, na semana seguinte, a coleta se dará para um conjunto selecionado de bancas da mesma cena. O número de bancas a serem selecionadas será de 30 bancas. Ressalta-se que, além da coleta completa de dados para as bancas selecionadas em (2), os entrevistadores devem fazer a contagem rápida do total de bancas existentes no próprio dia de coleta.

A seleção das bancas que irão responder ao questionário completo (de banca e individual) segue os seguintes passos:

Seleção de um número aleatório A entre 0 e a parte inteira da razão definida por

$$salto = \frac{B_{ih}}{30}$$

Onde B_{ih} é o total de bancas na cena i do estrato h obtido na primeira contagem rápida realizada na cena.

Para as bancas listadas na fase 1 da coleta, as bancas selecionadas serão as bancas de números: $A, A + salto, A + (2 \times salto), \dots, A + (29 \times salto)$

B - A coleta em cenas sem definição prévia de horário de coleta se dará em duas etapas:

Para o dia da semana selecionado a equipe de coleta irá até a cena e fará uma contagem rápida do número de bancas presentes na cena, preenchendo uma listagem com um nome de responsável, um número identificador da banca e a identificação do turno onde a banca foi inicialmente listada (M, T, N);



No mesmo dia, na semana seguinte, a coleta se dará para um conjunto selecionado de bancas da mesma cena. O número de bancas a serem selecionadas será de 30 bancas. Ressalta-se que, além da coleta completa de dados para as bancas selecionadas em (2), os entrevistadores devem fazer a contagem rápida do total de bancas existentes no próprio dia de coleta.

A seleção das bancas que irão responder ao questionário completo (de banca e individual) segue os seguintes passos:

Seleção de um número aleatório A entre 0 e a parte inteira da razão definida por

$$salto = \frac{B_{ih}}{30}$$

Onde B_{ih} é o total de bancas na cena i do estrato h obtido na primeira contagem rápida realizada na cena.

Para as bancas listadas na fase 1 da coleta, as bancas selecionadas serão as bancas de números: $A, A + salto, A + (2 \times salto), \dots, A + (29 \times salto)$.



+ + INSTRUMENTOS DE COLETA DAS INFORMAÇÕES

+ Para a elaboração dos instrumentos de coleta de informações, percorreu-se um longo caminho, com diálogo permanente entre a equipe do DIEESE, as lideranças dos movimentos representativos das trabalhadoras e trabalhadores ambulantes e os estudiosos do trabalho no comércio informal das cidades.

Primeiramente, procurou-se delimitar claramente os objetivos da pesquisa, que, em resumo são: 1) dimensionar o número de trabalhadores e trabalhadoras ambulantes que atuam no município de São Paulo; 2) traçar um perfil profissional e pessoal dessa população; 3) levantar suas opiniões e avaliações sobre o trabalho que exercem; e 4) indicar os principais problemas que enfrentam, de modo a sinalizar ao poder público políticas que possam lhes proporcionar condições mais favoráveis para executarem seu trabalho.

Uma vez definidos os objetivos, passou-se a refletir sobre o tipo de instrumento adequado para atingi-los. Por se tratar de pesquisa quantitativa - método utilizado quando se tem a finalidade de mensurar as variáveis de interesse -, adotou-se questionário estruturado composto por questões fechadas com alternativas predefinidas, sendo que parte das perguntas só admite resposta única e parte prevê múltipla escolha.

Quanto à temática a ser abordada, foram elencadas, nas reuniões, oficinas e atividades realizadas com os interlocutores da pesquisa, sugestões, demandas e expectativas sobre as questões a serem levantadas.

Cabe registrar que, antes da formulação do instrumento para aplicação em campo, produziu-se um formulário para ser respondido por trabalhadores que participaram de oficinas realizadas visando ao levantamento de informações sobre as localidades de concentração do comércio ambulante e a dinâmica de trabalho. Parte das questões que compunham esse formulário, cuja finalidade era caracterizar os ambulantes presentes nos eventos, foi incorporada ao instrumento de campo.

Conforme já exposto anteriormente, um dos objetivos da primeira etapa era dimensionar os recursos financeiros necessários para a realização da pesquisa. Assim, foram planejadas estratégias diferenciadas para viabilizá-la, prevendo cenários que exijam maior ou menor investimento. No que se refere aos instrumentos de coleta,

optou-se por conceber questionários distintos, contendo menor e maior número de questões, ideia que foi sendo amadurecida no decorrer do processo de produção e testagem do questionário. Em um primeiro momento, planejou-se dois tipos de questionário: um mais reduzido - a ser aplicado em todos os ambulantes presentes na localidade selecionada -, que permitiria traçar um perfil pessoal e profissional da categoria, e um mais amplo - a ser aplicado em uma amostra -, que conteria, além dessas questões, perguntas sobre a avaliação do trabalho.



Decidiu-se iniciar o processo de elaboração dos instrumentos pela versão mais completa e, posteriormente, formular a de conteúdo mais reduzido. Ao final do processo, o questionário aplicado foi o mais completo. Quatro blocos de questões foram previstos:

 Caracterização da atividade econômica realizada

 Características pessoais e profissionais dos trabalhadores/as ambulantes

 Condições de trabalho

 Avaliação do trabalho e demandas da categoria

A primeira proposta de questionário foi desenvolvida e submetida a pré-teste, etapa fundamental de pesquisa, que consiste na aplicação de um número reduzido de entrevistas junto a trabalhadores para averiguar a pertinência das perguntas, a adequação da formulação, seu grau de compreensão, o interesse que suscitam nos entrevistados e a conexão e fluxo entre as questões.

Nesse primeiro pré-teste, foram aplicados questionários em mais de 25 trabalhadores de localidades com comércio ambulante de características distintas, situados na Zona Norte de São Paulo e no Brás. Os entrevistados foram selecionados para representar a diversidade de situações verificadas na categoria, ou seja, as diferentes características dos trabalhadores – como gênero, raça e idade - e a heterogeneidade do comércio – como tipo de “banca” e formalização do “negócio”, de modo a testar a eficácia do questionário e identificar os ajustes a serem feitos para assegurar a captação de informações precisas e de qualidade.

Os resultados dessa etapa revelaram a necessidade de várias adaptações. Em determinadas questões, foi necessária a alteração da formulação de algumas perguntas; em outras, a inclusão, exclusão ou reformulação de alternativas de respostas.

+ Ainda se evidenciou que alguns dos fluxos do questionário eram ineficazes e precisavam ser aperfeiçoados. Além disso, os diálogos com os entrevistados mostraram a necessidade de incorporação de novas indagações importantes para a pesquisa.

+ Feitas as reformulações, voltou-se a campo - em diversas ruas de Pinheiros, Lapa, Santo Amaro e Centro - para teste dessa nova versão do questionário. Foram, então, entrevistados em torno de 30 ambulantes, o que permitiu verificar alguns problemas pontuais relacionados, em especial, às alternativas das perguntas que pretendiam captar percepções e avaliações. Uma terceira versão foi elaborada e submetida à avaliação e crítica dos interlocutores da pesquisa em uma atividade conjunta. Mais algumas sugestões foram colhidas e incorporadas ao instrumento e, em visita à rua 25 de março e arredores dos metrô Santa Cecília e Marechal, onde foram aplicadas mais de 15 entrevistas, encerrou-se a etapa de testagem.

Além de aportarem contribuições essenciais para o conteúdo do questionário e formulação das questões, os pré-testes possibilitaram observar as formas mais adequadas de abordagem dos entrevistados e as falas que os sensibilizariam para participarem da pesquisa. Ademais, permitiram aferir o tempo médio de duração das entrevistas, que equivaleram a 15 minutos - com mínimo de 10 e máximo de 35 -, tempo considerado adequado ao bom desempenho da pesquisa. Também se comprovou que, em várias ocasiões, é necessário interromper a entrevista para que o ambulante possa atender os clientes, o que prolonga o tempo necessário para concluí-la.

Por fim, esse processo e o diálogo com os estatísticos responsáveis pela definição e dimensionamento da amostra evidenciaram a necessidade da criação de quatro tipos de instrumentos, que atenderiam aos objetivos da pesquisa e se adequariam aos diversos orçamentos projetados, a saber:

- 1) Questionário da banca – instrumento para contabilizar o número e as características de ambulantes que trabalham em cada “banca”, de modo a registrar a quantidade de profissionais envolvidos com a atividade e traçar um perfil básico da população, restrito aos atributos pessoais, como sexo, idade e cor/raça. Este instrumento deve ser aplicado em todas as bancas presentes nas “cenas” amostradas;
- 2) Questionário de ambulante completo, que, na formulação final, somou 49 questões e é o principal instrumento a ser aplicado em um único ambulante de cada banca das “cenas” selecionadas. Este questionário foi utilizado -

juntamente com o questionário da banca e o instrumento para registro de recusas - uma vez que foram obtidos recursos suficientes para cobrir os custos com sua aplicação; esse questionário foi traduzido para o inglês, francês e espanhol e aplicado para facilitar aplicação junto a imigrantes;

- 3) Questionário de ambulante reduzido, contendo um menor número de questões relativas a atributos pessoais, caracterização do trabalho e demanda ao poder público.;
- 4) Instrumento para registro de recusas à entrevista, de modo que se possa somar os não participantes ao número de pessoas presentes nas “cenas”, com anotação do sexo da pessoa que rejeitou a entrevista, única característica visível ao entrevistador. Este instrumento foi preenchido, por observação, em todos os casos de recusa.

Para os questionários, foi preparado um “Manual para orientação do entrevistador”, que visa à padronização dos procedimentos da entrevista e possibilita uma melhor compreensão das questões. Esse Manual orienta a forma de aplicação das perguntas e esclarece conceitos que podem ser desconhecidos dos entrevistadores.

Cabe alertar que as instruções detalhadas para a aplicação do questionário da banca e do instrumento para caracterizar os ambulantes que recusam a entrevista dependerá de testes em campo antes do início da pesquisa, dado que foram concebidos após a aplicação dos pré-testes dos questionários amplo e reduzido voltados aos entrevistados.



INSTRUMENTO 1

FICHA DE BANCA

Nesta ficha devem ser registradas informações relativas às bancas e aos ambulantes presentes na cena visitada.

Primeiramente, deve-se preencher, por observação, a ficha de identificação da banca e, posteriormente, registrar as informações prestadas por cada um dos ambulantes que nela trabalham sobre algumas de suas características, conforme explicitado a seguir.

DATA DO PREENCHIMENTO	
TURNO DA COLETA	1- Manhã 2- Tarde 3 - Noite 4 - Coleta única
ENTREVISTADOR:	

IDENTIFICAÇÃO DA BANCA



▪ CÓDIGO DA CENA [_____]

O código da cena deverá ser previamente preenchido em todos os formulários que forem a campo

▪ NÚMERO DA BANCA [_____]

Cada banca que compõe a cena deverá receber um número, a ser atribuído pelo supervisor de campo, por critério a ser ainda definido.

▪ TOTAL DE AMBULANTES TRABALHANDO NA BANCA [_____]

Deve ser registrado o número de ambulantes presentes na banca no horário da visita, por meio de pergunta a alguém que esteja presente na banca.

▪ TIPO DE PONTO [__]

Identificar, por observação, o tipo de estrutura que a banca apresenta, a saber:

- 1 - Estrutura leve, desmontável (arara, tripé, caixote, pano no chão, tabuleiro, caixa de isopor)
- 2 - Estrutura média e pesada, mas desmontável ou transportável (carrinho com rodas, banca de ferro, banca com rodas)
- 3 - Estrutura fixa no local (fixada no chão, imóvel)
- 4 - Veículo adaptado para preparação de alimento no local



+ ■ **Mercadoria(s):**

+ Identificar, por observação, o tipo de mercadoria comercializada pela banca e, se for o caso, assinalar quantas alternativas forem necessárias

- + 1- Alimentação preparada no local para consumo imediato (inclusive cafezeiros)
- 2- Alimentos industrializados (salgadinhos, doces)
- 3- Frutas, verduras e temperos
- 4- Bebidas (exceto cafezeiros)
- 5- Roupas ou acessórios de vestuário (meias luvas, gorros, bonés, cachecol)
- 6- Calçados, tênis, chinelos, (exceto artesanato)
- 7- Bolsas, carteiras (exceto artesanato)
- 8- Miudezas/supérfluos (bijuterias, maquiagem, chaveiro, etc)
- 9- Óculos
- 10- Eletrônicos (caixa de som, capa, acessórios, carregador ou chip de celular, pen-drive, etc)
- 11- Brinquedos
- 12- Utensílios domésticos
- 13- Ferramentas de construção
- 14- Livros/CDS
- 15- Cigarros
- 16- Artesanato (definir no manual)
- 17- Jornais e revistas
- 18- Outro. Qual? _____

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS AMBULANTES QUE TRABALHAM NA BANCA



▪ Número de ordem do ambulante

Cada um dos presentes na banca deverá ter seu nome registrado em uma linha. Se a pessoa tiver restrições em fornecer o nome, solicitar que se atribua um nome fictício, com a finalidade de:

- a) identificá-la posteriormente, no caso de haver mais de uma visita à mesma cena em outro turno do dia, para evitar dupla contagem ou deixar de contabilizar alguém;
- b) viabilizar a seleção aleatória de uma única pessoa da banca para responder ao questionário. O critério para essa seleção deverá ser definido antes da entrada da pesquisa em campo

Os nomes fornecidos devem ser registrados, em ordem alfabética nos espaços correspondentes e, para cada nome registrado, deve ser anotado o código das seguintes informações:



INSTRUMENTO 2

FICHA DE RECUSA

Nesta ficha devem ser registradas as recusas às entrevistas dos ambulantes presentes nas “ce-
nas” selecionadas para as entrevistas.

Neste caso, todas as informações devem ser anotadas por observação. Deve-se, primeiramente, preencher a ficha de identificação da banca e, posteriormente, registrar o sexo de cada um dos ambulantes que nela trabalham e que se negaram a participar da pesquisa.

DATA DO PREENCHIMENTO	
TURNO DA COLETA	1- Manhã 2- Tarde 3- Noite 4- Coleta única
ENTREVISTADOR:	





IDENTIFICAÇÃO DA BANCA

▪ **CÓDIGO DA CENA** [_____]

O código da cena deverá ser previamente preenchido em todos os formulários que forem a campo

▪ **NÚMERO DA BANCA** [_____]

Cada banca que compõe a cena deverá receber um número, a ser atribuído pelo supervisor de campo, por critério a ser ainda definido.

▪ **TOTAL DE AMBULANTES TRABALHANDO NA BANCA** [_____]

Deve ser registrado o número de ambulantes presentes na banca no horário da visita, por meio de observação.

▪ **TIPO DE PONTO** [___]

Identificar, por observação, o tipo de estrutura que a banca apresenta, a saber:

- 1 - Estrutura leve, desmontável (arara, tripé, caixote, pano no chão, tabuleiro, caixa de isopor)
- 2 - Estrutura média e pesada, mas desmontável ou transportável (carrinho com rodas, banca de ferro, banca com rodas)
- 3 - Estrutura fixa no local (fixada no chão, imóvel)
- 4 - Veículo adaptado para preparação de alimento no local



▪ **Mercadoria(s):**

Identificar, por observação, o tipo de mercadoria comercializada pela banca e, se for o caso, assinalar quantas alternativas forem necessárias

- 1- Alimentação preparada no local para consumo imediato (inclusive cafezeiros)
- 2- Alimentos industrializados (salgadinhos, doces)
- 3- Frutas, verduras e temperos
- 4- Bebidas (exceto cafezeiros)
- 5- Roupas ou acessórios de vestuário (meias luvas, gorros, bonés, cachecol)
- 6- Calçados, tênis, chinelos, (exceto artesanato)
- 7- Bolsas, carteiras (exceto artesanato)
- 8- Miudezas/supérfluos (bijuterias, maquiagem, chaveiro, etc)
- 9- Óculos
- 10- Eletrônicos (caixa de som, capa, acessórios, carregador ou chip de celular, pen-drive, etc)
- 11- Brinquedos
- 12- Utensílios domésticos
- 13- Ferramentas de construção
- 14- Livros/CDS
- 15- Cigarros
- 16- Artesanato (definir no manual)
- 17- Outro. Qual? _____

+

+

+



+ IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO + DOS AMBULANTES QUE RECUSARAM A + ENTREVISTA

▪ Número de ordem do não participante e sexo

A cada um dos presentes na banca que se recusarem a responder ao questionário será atribuído um número e registrado o sexo, da seguinte forma:

Número	Sexo
	1-Feminino 2-Masculino
1	
2	
3	
4	



INSTRUMENTO 3

DATA DO PREENCHIMENTO	
CÓDIGO DA CENA	
NÚMERO DA BANCA	
ENTREVISTADOR	

QUESTIONÁRIO

CARACTERIZAÇÃO PESSOAL

1. Qual é o seu sexo?

- 1 Homem
- 2 Mulher
- 3 Outro

2. Você é brasileiro?

- 1 Sim. Pular para Q.5.
- 2 Não. Seguir para Q.3

3. Você vem de qual país?

- 1 Bolívia
- 2 Argentina
- 3 Colômbia
- 4 Paraguai
- 5 Peru
- 6 Venezuela
- 7 Haiti
- 8 Senegal
- 9 Angola
- 10 Congo
- 11 Equador
- 12 Gana
- 13 Guiné Bissau

14 Mauritânia

15 Nigéria

16 Sudão

17 Togo

18 Outro _____

4. Em que ano você chegou ao Brasil pela primeira vez?

[_____]

5. Quantos anos você tem?

[_____] anos completos

6. Qual é a sua cor ou raça?

- 1 Branca
- 2 Preta
- 3 Parda
- 4 Amarela
- 5 Indígena
- 6 Não sabe/não quer responder

7. Você tem religião? Se sim, qual?

- 1 Católica
- 2 Evangélica (Universal; Assembleia de Deus; Deus é Amor; Renascer etc)
- 3 Protestante (Batista; Adventista; Presbiteriana; Luterana etc)
- 4 Espírita / kardecista



5 Matriz Africana (candomblé; umbanda etc)

6 Muçulmana / Islâmica

7 Oriental (budista; taoísta; seicho-no-iê; hinduista, hare krischna)

8 Não tem religião/ateu/agnóstico

9 Outra. Qual? _____

8. Até qual série você estudou/estuda (grau de instrução)?

Registre somente o nível mais alto cursado ou em curso

1 Nunca frequentou escola

2 Fundamental incompleto

3 Fundamental completo

4 Médio incompleto

5 Médio completo

6 Superior incompleto.
Qual? _____

7 Superior completo.
Qual? _____

9. Quantas pessoas você sustenta com sua renda, incluindo você?

[_____]

10. Você contribui para a previdência social / INSS?

1 Sim

2 Não

11. Quanto ao MEI (Microempreendedor Individual), você:

1 Tem MEI e está com o pagamento em dia. **Pular para 13**

2 Tem MEI, mas não está com o pagamento em dia. **Pular para 13**

3 Não tem MEI. **Seguir para 12**

4 Não sabe se tem MEI. **Pular para 13**

12. Por que você não tem MEI?

1 Não tem dinheiro para pagar

2 Não acha importante

3 Nunca pensou nisso

4 Outro motivo. Qual? _____

CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO

13. Há quanto tempo você trabalha como ambulante?

[_____] anos completos

14. Antes de ser ambulante você trabalhou em outra atividade?

1 Não. **Pular para 16**

2 Sim. **Seguir para 15**

15. Seu último trabalho era:

1 com carteira assinada

2 sem carteira assinada

3 dono de negócio

4 em negócio familiar

5 autônomo / conta-própria / PJ

6 outra situação.
Qual? _____

16. Qual foi o principal motivo para você trabalhar como ambulante?

1 Não conseguiu outro emprego / estava desempregado

2 O trabalho é flexível / maior autonomia / menos cobrança / menor pressão / não tem chefe

3 Precisa de maior disponibilidade por condição de saúde, cuidados, responsabilidades familiares

4 Para ganhar mais

5 A família já trabalhava como ambulante

6 Foi convidado para trabalhar como ambulante/ surgiu a oportunidade

7 Perdeu / fechou negócio próprio

8 Para enviar recursos para familiares fora do Brasil

9 Outro motivo. Qual? _____

17. Você tem outra fonte de renda, além da renda que recebe pelo trabalho ambulante, como outro trabalho, benefícios, aposentadoria, pensão ou renda de aluguel?

Se a fonte de renda for outro trabalho ambulante, considerar não

1 Sim. Seguir para 18

2 Não. Pular para 20

18. Qual é essa fonte de renda?

Pode ser assinalada mais de uma alternativa

1 Outro trabalho remunerado (exceto outro trabalho como ambulante)

2 Aposentadoria/pensões previdenciárias

3 Pensão alimentícia

4 Renda de Aluguel

5 Benefício governamental (LOAS/ BPC, Bolsa família etc)

6 Recursos de parentes/amigos

7 Outro tipo de renda. Qual?

19. Considerando todas as fontes de renda que você tem, a principal é:

1 O trabalho ambulante

2 Outra renda

3 Ambas têm o mesmo peso

20. Este ponto em que você está trabalhando tem permissão da Prefeitura?

1 Sim. Seguir para 21

2 Não. Pular para 23

3 Não sei. Pular para 23

21. A permissão deste ponto é:

1 TPU (Termo de Permissão de Uso, nos termos da Lei de 1991)

2 Tô Legal

3 Cooperado

4 De Artesão / Sutaco (Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades) / Programa Mãos e Mentes Paulistanas / CNA (Carteira Nacional do Artesão)

5 Outra condição. Qual? _____

6 Não sabe qual é o tipo de permissão

22. Você é o titular da permissão deste ponto?

1 Sim. Pular para 25

2 Não. Seguir para 23

23. Você gostaria de ter permissão para trabalhar como ambulante?

1 Sim. Seguir para 24

2 Não. Pular para 25

3 Não sei. Pular para 25





24. E por que não tem permissão?

Pode ser assinalada mais de uma alternativa

- 1 O custo é alto
- 2 Tentou, mas não conseguiu: dificuldade com burocracia, internet ou documentos
- 3 Localização dos pontos disponíveis é ruim
- 4 Está aguardando abertura de novos cadastros pela Prefeitura/ Não tem permissão disponível
- 5 Tem permissão que está suspensa/ em disputa judicial
- 6 Porque o ponto que está ocupando não pode ter permissão/ não tem interesse em sair do ponto
- 7 O processo está em tramitação
- 8 Outra resposta. Qual? _____

25. A política para os ambulantes prioriza alguns grupos: pessoas com mais de 60 anos, Pessoas com Deficiência e pessoas egressas do sistema penitenciário. Você pertence a algum deles?

Se for da casa, assinalar mais de uma alternativa

- 1 Não. Pular para 28
- 2 Sexagenário. Pular para 28
- 3 Egresso do sistema penitenciário. Pular para 28
- 4 PCD. Seguir para 26

26. A sua deficiência te limita ou impede de fazer alguma atividade?

- 1 Sim. Seguir para 27
- 2 Não. Pular para 28

27. Qual tipo de deficiência você tem?

Pode ser assinalada mais de uma alternativa

- 1 Física (considerar aqui mobilidade reduzida)
- 2 Auditiva
- 3 Visual
- 4 Mental
- 5 Múltipla
- 6 Outro tipo. Qual? _____

28. Em relação a este ponto, você é:

- 1 Dono (ou um dos donos)
- 2 Familiar do dono
- 3 Auxiliar legal
- 4 Empregado com carteira
- 5 Empregado sem carteira
- 6 Locatário
- 7 Familiar do locatário
- 8 Outra situação. Qual? _____

29. Você trabalha como ambulante em outro ponto, além deste aqui?

- 1 Sim. Seguir para 30
- 2 Não. Pular para 31

30. Qual é o endereço do outro lugar em que você trabalha como ambulante?

31. Quantas horas você trabalha, em média, por dia?

Considerar apenas o tempo de trabalho, sem o deslocamento de ida e volta ao trabalho

Número de dias	Número de horas diárias

Exemplo:

De segunda a sexta-feira: 8 horas por dia

Sábado – 10 horas

Domingo – 6 horas

Número de dias	Número de horas diárias
5	8
1	10
1	6

32. Você trabalha no período da:

- 1 Manhã
- 2 Tarde
- 3 Noite
- 4 Madrugada

33. Quanto tempo você leva no trajeto de sua casa para o ponto onde trabalha?

Considerar apenas o tempo do trajeto da casa ao trabalho (sem considerar a volta)

[_____] em minutos

34. E como você vem até aqui?

Pode ser assinalada mais de uma alternativa

- 1 A pé
- 2 Ônibus

- 3 Metrô
- 4 Trem
- 5 Carro/ moto
- 6 Bicicleta
- 7 Outro. Qual? _____

35. Qual é o valor livre aproximado que você tira INDIVIDUALMENTE por mês com seu trabalho como ambulante?

Se proprietário, explicitar que devem ser descontados os custos com o negócio

Se a pessoa responder valor mínimo e máximo (entre x e y), inserir o valor médio

Valor do salário mínimo: R\$ 1518,00

R\$ [_____],00

36. Você fez empréstimo(s) enquanto trabalha como ambulante nos últimos 5 anos?

(Se trabalha como ambulante há menos de 5 anos, considerar somente o período como ambulante;)

(Se trabalha como ambulante há mais tempo, considerar somente os últimos 5 anos)

- 1 Sim. Seguir para 37
- 2 Não. Pular para 39

37. Você fez empréstimo(s) com:

Pode ser assinalada mais de uma alternativa

- 1 familiares/amigos
- 2 instituições financeiras
- 3 cartão de crédito
- 4 agiota
- 5 programas de políticas públicas
- 6 Outro. Qual? _____





38. Hoje, este(s) empréstimo(s) está(ão):

- 1 totalmente pago(s)
- 2 em pagamento
- 3 com pagamento suspenso, mas em negociação
- 4 com pagamento suspenso e sem negociação
- 5 ainda nem começou(aram) a ser pago(s)
- 6 em processo judicial
- 7 Outra resposta. Qual? _____

39. Você contraiu outra(s) dívida(s) ou deixou de pagar conta(s) enquanto trabalha como ambulante nos últimos 5 anos?

(Exceto cartão de crédito)

(Se trabalha como ambulante há menos de 5 anos, considerar somente o período como ambulante.)

(Se trabalha como ambulante há mais tempo, considerar somente os últimos 5 anos)

- 1 Sim. Seguir para 40
- 2 Não. Pular para 41

40. E hoje, esta(s) dívida(s) está(ão):

- 1 totalmente paga(s)
- 2 em pagamento
- 3 com pagamento suspenso, mas em negociação
- 4 com pagamento suspenso e sem negociação
- 5 ainda nem começou(aram) a ser paga(s)
- 6 em processo judicial
- 7 Outra resposta. Qual? _____

41. E hoje, se você precisasse de um empréstimo, você recorreria a:

Pode ser assinalada mais de uma alternativa

- 1 Familiares/amigos
- 2 Instituições financeiras
- 3 Cartão de crédito
- 4 Agiota
- 5 Programas de políticas públicas
- 6 Outro. Qual? _____

42. Você já teve mercadoria confiscada pelo rapa/polícia?

- 1 Sim
- 2 Não

43. Você já sofreu violência física ou verbal da polícia?

- 1 Sim
- 2 Não

44. Você já sofreu extorsão ou pedido de propina pela polícia ou fiscal para poder trabalhar na rua?

- 1 Sim
- 2 Não

AVALIAÇÃO DO TRABALHO AMBULANTE

45. Você gostaria de deixar de ser ambulante e trabalhar em outra atividade?

- 1 Sim. Seguir para Q.46
- 2 Não. Pular para Q.47
- 3 Não sei. Pular para Q.48

46. Se sim, por quais motivos?

Pode ser assinalada mais de uma alternativa [Pular para 48]

- 1 Ganhar remuneração maior
- 2 Ter salário regular e previsível
- 3 Ter direitos trabalhistas (13º, férias, FGTS, auxílios, benefícios)
- 4 Ter estabilidade
- 5 Garantir aposentadoria
- 6 Trabalhar em locais de trabalho mais protegidos/ com infraestrutura melhor (banheiro, refeição etc)
- 7 Para não ter problemas com fiscalização/ polícia/ rapa
- 8 Para abrir loja (ou outro negócio)
- 9 Outro: _____

47. Se não, por quais motivos?

Pode ser assinalada mais de uma alternativa

- 1 Não tem condições para exercer outra atividade (idade avançada; doença/ falta de condições físicas; baixa escolaridade/ falta de qualificação)

- 2 Ganha remuneração maior como ambulante
- 3 Gosta do movimento da rua, das relações com o público, da área de vendas
- 4 Tem mais flexibilidade/ autonomia/liberdade (não tem chefe, faz o próprio horário)
- 5 Outro: _____



DEMANDAS E ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA

48. Na sua opinião, o que a prefeitura poderia fazer para melhorar o seu trabalho?

Pode ser assinalada mais de uma alternativa

- 1 Disponibilização de banheiro
- 2 Disponibilização de local para alimentação
- 3 Construção de camelódromo/ fechar rua para o comércio/ calçadão
- 4 Melhorar a infraestrutura da banca (energia elétrica, água)
- 5 Acabar com o rapa / garantir que polícia e fiscais deixem trabalhar
- 6 Capacitar agentes públicos para tratamento humano a ambulantes
- 7 Aumentar a segurança pública
- 8 Acabar com a propina
- 9 Regularização do ponto/ legalização da banca





- 10 Disponibilização de pontos melhores
- 11 Flexibilizar as exigências para o funcionamento do ponto
- 12 Registrar ocorrências de violência, corrupção e discriminação contra ambulantes
- 13 Retomar as CPAS (Comissões Permanentes de Ambulantes)
- 14 Criar políticas e programas específicos para mulheres ambulantes
- 15 Outro. Qual? _____

49. Você acha que deve ser prioridade da PREFEITURA atuar para:

	Sim	Não
Disponibilizar água e esgoto para ambulantes		
Disponibilizar energia e wifi para ambulantes		
Garantir que o ambulante possa trabalhar na rua		
Facilitar a regularização do ponto, a legalização da banca		
Acabar com a Operação Delegada		

50. Você acha importante que os trabalhadores ambulantes se organizem coletivamente para conquistar direitos?

- 1 Sim
- 2 Não
- 3 Não sei

51. Você participaria de movimentos para buscar direitos para todos os ambulantes?

- 1 Sim

- 2 Não
- 3 Não sei

52. Quanto às Comissões Permanentes de Ambulantes nas Subprefeituras de São Paulo, você:

- 1 Já ouviu falar e sabe para o que serve
- 2 Já ouviu falar e não sabe para o que serve
- 3 Nunca ouviu falar

53. Ainda uma pergunta: Você já sofreu algum tipo de discriminação por:

Pode ser assinalada mais de uma alternativa

- 1. ser estrangeiro (xenofobia)
- 2. racismo
- 3. ser mulher / misoginia
- 4. ser LGBT
- 5. ser PCD
- 6. ser pobre
- 7. ser ambulante
- 8. Por outra questão. Qual?

Se o entrevistado for brasileiro, agradecer e encerrar o questionário. Se for imigrante, seguir:

54. Sua situação atual no Brasil:

- 1. não está regularizada
- 2. é de refugiado
- 3. é de solicitante de refúgio
- 4. é regularizada por reunião familiar
- 5. é regularizada pelo acordo Mercosul
- 6. é de visto de trabalho

- 7. é de visto humanitário
- 8. é de visto de estudante
- 9. é de visto de turista
- 10. Outra situação. Qual ?

- 11. Não sabe/não quer responder



INSTRUMENTO 4

MANUAL DO ENTREVISTADOR

Este Manual tem a finalidade de orientar os entrevistadores para a aplicação do questionário em campo, de modo a possibilitar que todos adotem os mesmos procedimentos na realização das entrevistas.

Certamente novas instruções devem ser incluídas neste documento a partir do início do campo, quando outros problemas serão detectados.



INSTRUÇÕES GERAIS

1 Todas as questões devem ser lidas pelo(a) entrevistador(a) da maneira como estão formuladas. Caso o(a) entrevistado(a) solicite explicações, leia o enunciado novamente. Não se deve interpretar a questão, tampouco recorrer a exemplos.

Esclarecimentos são permitidos apenas quando a dúvida do(a) entrevistado(a) se referir a algum termo ou expressão de difícil compreensão e devem se restringir apenas à explicação do significado da palavra que gerou a dúvida.

2 Quando a questão terminar com:

- ponto de interrogação (?): deve-se aguardar a resposta espontânea do entrevistado e encaixá-la em uma das alternativas listadas;
- dois pontos (:): deve-se ler todas as alternativas disponíveis para o entrevistado e esperar que ele indique a mais adequada;

3 Para as questões de resposta espontânea, deve-se procurar entre as alternativas disponíveis a que mais se adeque à resposta do(a) entrevistado(a). O campo “Outros” só deve ser preenchido quando a resposta obtida não tiver correspondência nenhuma das alternativas listadas.

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS

A seguir, serão registradas as instruções específicas para a aplicação de cada uma das questões que possam gerar dúvidas ou que sejam formuladas com conceitos que talvez não sejam de domínio dos pesquisadores e necessitem de esclarecimentos.



+ QUESTÃO 4

+ Em que ano você chegou ao Brasil pela primeira vez?

+ [_____]

Instrução: Se o imigrante veio ao Brasil várias vezes, anotar o ano em que veio pela primeira vez

QUESTÃO 6

Qual é a sua cor ou raça?

- 1 Branca
- 2 Preta
- 3 Parda
- 4 Amarela
- 5 Indígena
- 6 Não sabe/não quer responder

Instrução: Assinalar a cor ou raça DECLARADA pelo(a) entrevistado(a), mantendo-se totalmente imparcial diante da resposta. Mesmo em situações em que o(a) entrevistado(a) solicitar que sua cor ou raça seja identificada, o(a) entrevistador(a) não deve fazê-lo.

QUESTÃO 7

Você tem religião? Se sim, qual?

- 1 Católica
- 2 Evangélica (Universal; Assembleia de Deus; Deus é Amor; Renascer etc)
- 3 Protestante (Batista; Adventista; Presbiteriana; Luterana etc)
- 4 Espírita / kardecista
- 5 Matriz Africana (candomblé; umbanda etc)
- 6 Muçulmana / Islâmica
- 7 Oriental (budista; taoísta; seicho-no-iê; hinduísta, hare krischna)

8 Não tem religião/ateu/agnóstico

9 Outra.
Qual?|_____|

Instrução: Foi comum nos pré-testes a resposta "cristão". Neste caso, solicitar que enquadre em uma das três primeiras alternativas.

QUESTÃO 8

Até qual série você estudou/estuda (grau de instrução)?

- 1 Nunca frequentou escola
- 2 Fundamental incompleto
- 3 Fundamental completo
- 4 Médio incompleto
- 5 Médio completo
- 6 Superior incompleto. Qual? _____
- 7 Superior completo. Qual? _____

Instrução: Registrar somente o nível mais alto cursado ou em curso

QUESTÃO 10

Você contribui para a previdência social / INSS?

Sim Não

Esclarecimento: A previdência social é um sistema público que garante proteção financeira aos trabalhadores e suas famílias em casos de aposentadoria, doença, invalidez, morte ou maternidade.

A contribuição à Previdência pode ser feita pela própria pessoa, como autônomo, com recolhimento direto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), ou por seu empregador, quando existe contrato de trabalho regido pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Todos os MEIs regularizados (ver questão a seguir) deveriam contribuir para a Previdência, no entanto há número elevado de inadimplentes.

QUESTÃO 11

Quanto ao MEI (Microempreendedor Individual), você:

- 1 Tem MEI e está com o pagamento em dia
- 2 Tem MEI, mas não está com o pagamento em dia
- 3 Não tem MEI
- 4 Não sabe se tem MEI

Esclarecimento: Microempreendedor Individual é o tipo de formalização do profissional autônomo que gerencia seu pequeno negócio. Os autônomos que se cadastram como MEI passam a ter CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).

QUESTÃO 13

Há quanto tempo você trabalha como ambulante?

[_____] anos completos

Instrução: 1) se o tempo for equivalente a menos de um ano, registrar ZERO;

2) se houve interrupção do trabalho, anotar o tempo referente ao último período

QUESTÃO 15

Seu último trabalho era:

- 1 com carteira assinada
- 2 sem carteira assinada
- 3 dono de negócio
- 4 em negócio familiar
- 5 autônomo / conta-própria / PJ
- 6 outra situação. Qual? _____

Instrução: Ler as alternativas

Esclarecimentos: com carteira assinada – *trabalhador contratado formalmente por um empregador (empresa ou Pessoa Física) no regime CLT*

sem carteira assinada - *trabalhador contratado por um empregador (empresa ou Pessoa Física) sem contrato de trabalho formalizado*

dono de negócio – *proprietário de comércio, indústria ou empresa de serviços*

em negócio familiar – *trabalhador em negócio de família, com ou sem remuneração*

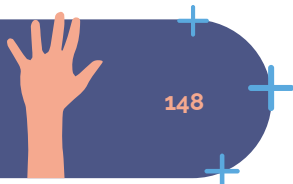
autônomo / conta-própria / PJ - *trabalhador que possui empresa e presta serviços a outra(s) pessoa(s) ou empresa(s), por meio de contrato, sem que seja configurado vínculo empregatício.*

QUESTÃO 16

Qual foi o principal motivo para você trabalhar como ambulante?

- 1 Não conseguiu outro emprego / estava desempregado
- 2 O trabalho é flexível / maior autonomia / menos cobrança / menor pressão / não tem chefe
- 3 Precisa de maior disponibilidade por condição de saúde, cuidados, responsabilidades familiares
- 4 Para ganhar mais
- 5 A família já trabalhava como ambulante
- 6 Foi convidado para trabalhar como ambulante/ surgiu a oportunidade
- 7 Perdeu / fechou negócio próprio
- 8 Para enviar recursos para familiares fora do Brasil
- 9 Outro motivo. Qual? _____

Esclarecimento: Se houver mais de um motivo, solicitar que escolha o principal.



+ + + QUESTÃO 17

Você tem outra fonte de renda, além da renda que recebe pelo trabalho ambulante, como outro trabalho, benefícios, aposentadoria, pensão ou renda de aluguel?

1 Sim Não

Instrução: NÃO considerar como outra renda, rendas advindas de OUTRO TRABALHO AMBULANTE.

QUESTÃO 18

Qual é essa fonte de renda?

- 1 Outro trabalho remunerado (exceto outro trabalho como ambulante)
- 2 Aposentadoria/pensões previdenciárias
- 3 Pensão alimentícia
- 4 Renda de Aluguel
- 5 Benefício governamental (LOAS/ BPC, Bolsa família etc)
- 6 Outro tipo de renda. Qual? _____

Instrução: Assinalar tantas alternativas quantas forem necessárias

Esclarecimento:

Outro trabalho remunerado (exceto outro trabalho como ambulante) – *qualquer outro trabalho remunerado - com ou sem registro em carteira, regular ou bico – EXCETO outro trabalho ambulante*

Aposentadoria/pensões previdenciárias - *qualquer tipo de aposentadoria ou pensão advinda da previdência social (para servidores públicos ou trabalhadores do setor privado) ou da previdência privada*

Pensão alimentícia – *pensão destinada a filhos menores de idade*

Renda de Aluguel – *renda obtida com aluguel de imóveis*

Benefício governamental (BPC- LOAS, Bolsa família etc) – *renda advinda de benefícios concedidos pelo governo federal, como o Benefício de Prestação Continuada previsto na Lei Orgânica*

de Assistência Social, destinado a Pessoas com Deficiência e idosos com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família; e Bolsa Família.

QUESTÃO 20

Este ponto em que você está trabalhando tem permissão da Prefeitura?

Esclarecimento: 1) Para o exercício do trabalho em via pública, é necessária autorização da Prefeitura. Nem todos os que trabalham nas bancas (como empregados, por exemplo) têm clareza sobre a existência ou não da autorização.

2) Todos os ambulantes que expõem suas mercadorias em estruturas precárias - como arara, tripé, caixote, pano no chão, tabuleiro, caixa de isopor - não possuem essa autorização. Parte dos que dispõem de bancas de estrutura média também atuam sem autorização.

QUESTÃO 21

A permissão deste ponto é:

- 1 TPU (Termo de Permissão de Uso, nos termos da Lei de 1991)
- 2 Tô Legal
- 3 Cooperado
- 4 De Artesão / Sutaco (Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades) / Programa Mãos e Mentes Paulistanas / CNA (Carteira Nacional do Artesão)
- 5 Outra condição. Qual? _____
- 6 Não sabe qual é o tipo de permissão

Instrução: Ler as alternativas

Esclarecimentos:

TPU (Termo de Permissão de Uso, nos termos da Lei de 1991) – *O TPU é previsto pela Lei 11.039, de 1991 e pela Lei 13.635, de 2003 e estabelece normas para a concessão de pontos em vias públicas. Basicamente atribui a concessão de licença às*



Administrações Regionais e prioriza a autorização a Pessoas com Deficiência, a idosos com mais de 60 anos e a egressos do sistema penitenciário; estabelecendo a concessão do ponto em prazos de 3 anos para PCDs severos, de 2 anos para PCDs com capacidade reduzida e sexagenários e de 1 ano para egressos do sistema penitenciário e demais.

"Tô Legal" - Sistema on-line para fornecimento de autorização para comércio nas vias públicas, implantado em julho de 2019, com validade para um período máximo de 90 dias no mesmo local.

Cooperado - Existem cooperativas de trabalhadores ambulantes que participam da gestão de alguns espaços públicos, como parques, e negociam para seus cooperados a autorização para utilização desses espaços.

De Artesão / Sutaco (Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades) / Programa Mãos e Mentes Paulistas / CNA (Carteira Nacional do Artesão) - *Os artesãos têm licença especial para comercializarem suas mercadorias em vias públicas, concedidas pelas entidades aqui relacionadas.*

QUESTÃO 22

Você é o titular da permissão deste ponto?

- 1 Sim
2 Não

Esclarecimento:

A permissão para uso do ponto é concedida a apenas uma pessoa, que pode não estar presente no momento da entrevista.

QUESTÃO 24

(Para os entrevistados que gostariam de ter permissão para comercializar nas vias públicas)

E por que não tem permissão?

- 1 O custo é alto
2 Tentou, mas não conseguiu: dificuldade com burocracia, internet ou documentos
3 Localização dos pontos disponíveis é ruim
4 Está aguardando abertura de

novos cadastros pela Prefeitura/
Não tem permissão disponível

- 5 Tem permissão que está suspensa/ em disputa judicial
6 Porque o ponto que está ocupando não pode ter permissão/ não tem interesse em sair do ponto
7 O processo está em tramitação
8 Outra resposta. Qual? _____

Instrução: Assinalar tantas alternativas quantas forem necessárias

QUESTÃO 26

(para os entrevistados que têm algum tipo de deficiência)

A sua deficiência te limita ou impede de fazer alguma atividade?

- 1 Sim
2 Não

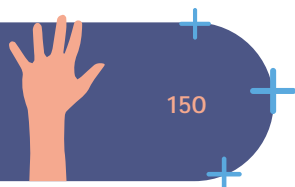
Esclarecimento: Esta questão tem a finalidade de checar se a pessoa que afirmou ter deficiência a tem realmente, pois só será considerada PCD a pessoa cuja deficiência lhe imponha alguma limitação.

QUESTÃO 27

Qual tipo de deficiência você tem?

- 1 Física (considerar aqui mobilidade reduzida)
2 Auditiva
3 Visual
4 Mental
5 Múltipla
6 Outro tipo. Qual? _____

Instrução: Assinalar tantas alternativas quantas forem necessárias





Esclarecimento:

Física - *alterações completas ou parciais de um ou mais segmentos do corpo humano, que acarretam o comprometimento da mobilidade e da coordenação geral*

Auditiva - *dificuldade ou ausência de audição*

Visual - *dificuldade ou ausência de visão*

Mental - *funcionamento intelectual inferior à média*

Múltipla - *uma ou mais das opções listadas.*

QUESTÃO 28

Em relação a este ponto, você é:

- 1 Dono (ou um dos donos)
- 2 Familiar do dono
- 3 Auxiliar legal
- 4 Empregado com carteira
- 5 Empregado sem carteira
- 6 Locatário
- 7 Familiar do locatário
- 8 Outra situação. Qual? _____

Esclarecimentos: São inúmeras as situações que se verificam na prática para que as bancas funcionem. Nos casos das bancas legalizadas, é terminantemente proibido que outra pessoa trabalhe no lugar do titular da permissão, embora seja muito comum que isso ocorra. A legislação só autoriza que PCDs e sexagenários contratem legalmente pessoas para auxiliá-los.

Dono (ou um dos donos) - *Proprietário da banca, independentemente de ter ou não licença para trabalhar*

Familiar do dono - *parente do proprietário da banca que trabalha no ponto - junto com ele ou sozinho*

Auxiliar legal - *auxiliar de ambulantes PCDs e sexagenários contratado de acordo com a legislação*

Empregado com carteira - *empregado contratado pelo proprietário da banca em regime CLT*

Empregado sem carteira - *empregado contratado pelo proprietário da banca sem vínculo formal*

Locatário - *embora a legislação não permita, há proprietários de pontos legalizados que os alugam para outros ambulantes*

Familiar do locatário - *parente do locatário da banca que trabalha no ponto - junto com ele ou sozinho*

QUESTÕES 29 e 30 QUESTIONÁRIO

Você trabalha como ambulante em outro ponto, além deste aqui?

1 Sim

2 Não

Qual é o endereço do outro lugar em que você trabalha como ambulante

Instruções: 1) Estas questões são de extrema importância para que não haja dupla contagem de ambulantes que possam trabalhar em dois ou mais locais.

2) Registrar o endereço com nome da rua, número do logradouro e, se possível, CEP

QUESTÃO 31

Quantas horas você trabalha, em média, por dia?

Número de dias	Número de horas diárias

Instruções: A aplicação do pré-teste revelou que a jornada de trabalho dos ambulantes é bastante heterogênea, com duração diária variável e distribuição irregular pelos dias da semana. Assim, para facilitar esse registro, optou-se pelo preenchimento de uma tabela que possibilite associar a quantidade de horas trabalhadas em determinados dias da semana à quantidade de dias em que essas horas são realizadas, conforme exemplificam as tabelas a seguir.

Número de dias	Número de horas diárias
5	8
1	10
1	6

Exemplo 1:

De segunda a sexta-feira: 8 horas por dia

Sábado – 10 horas

Domingo – 6 horas

Exemplo 2:

Número de dias	Número de horas diárias
5	4

De segunda a sexta-feira: 4 horas por dia

Exemplo 3:

Número de dias	Número de horas diárias
5	8
1	4

De segunda a sexta-feira: 8 horas por dia

Sábado – 4 horas

QUESTÃO 32

Você trabalha no período da:

- 1 Manhã
- 2 Tarde
- 3 Noite
- 4 Madrugada

Instruções: 1) Assinalar tantas alternativas quantas forem necessárias

2) Deixar que o entrevistado identifique o período em que trabalha de acordo com sua percepção

QUESTÃO 33

Quanto tempo você leva no trajeto de sua casa para o ponto onde trabalha?

[_____] em minutos

Instruções: Registrar a resposta em minutos, considerando apenas o trajeto de ida da casa ao trabalho.

QUESTÃO 35

Qual é o valor livre aproximado que você tira INDIVIDUALMENTE por mês com seu trabalho como ambulante?

R\$ [_____] ,00

Instruções: 1) Registrar o valor aproximado

2) Caso o entrevistado seja o proprietário da banca, solicitar que declare o valor líquido, sem considerar os custos do negócio

3) Se o entrevistado citar valor mínimo e máximo (entre x e y), registrar o valor médio

4) Caso cite o valor em salários mínimos, calcular com o valor do salário mínimo no mês da entrevista (valor do salário mínimo em junho de 2025 - R\$ 1518,00)



+ QUESTÃO 36

Você fez empréstimo(s) enquanto ambulante nos últimos 5 anos?

- 1 Sim
- 2 Não

Esclarecimentos: 1) Considerar todos os empréstimos contraídos no período em que trabalha como ambulante

2) Considerar apenas empréstimos efetuados nos últimos 5 anos

3) Caso o entrevistado exerça a atividade de ambulante há menos de 5 anos, considerar apenas o período em que está na profissão

QUESTÃO 37

Você fez empréstimo(s) com:

Pode ser assinalada mais de uma alternativa

- 1 familiares/amigos
- 2 instituições financeiras
- 3 cartão de crédito
- 4 agiota
- 5 programas de políticas públicas
- 6 Outro. Qual? _____

Esclarecimentos: Familiares/amigos: pediu dinheiro a familiares, amigos, conhecidos

Instituições financeiras: recorreu a um empréstimo bancário

Cartão de crédito: usou o limite do cartão de crédito

Agiota: fez empréstimo com agiota

Programas de políticas públicas: recorreu a um programa de crédito do governo

Outro. Qual? _____

Instruções: Se contraiu empréstimo com mais de um credor, assinalar todas as alternativas necessárias

QUESTÃO 38

Hoje, este empréstimo está:

- 1 totalmente pago(s)
- 2 em pagamento
- 3 pagamento suspenso, mas em negociação
- 4 pagamento suspenso e sem negociação
- 5 ainda nem começou(aram) a ser pago(s)
- 6 em processo judicial
- 7 Outra resposta. Qual? _____

Esclarecimento: Caso tenha havido mais de um empréstimo nos últimos 5 anos e a situação de cada um deles seja distinta (por exemplo: um já foi pago, outro está em pagamento, outro suspenso, mas em negociação), considerar a situação atual do empréstimo não quitado de maior valor.

QUESTÃO 39

Você contraiu outra(s) dívida(s) ou deixou de pagar conta(s) enquanto trabalha como ambulante os últimos 5 anos?

- 1 Sim
- 2 Não

Esclarecimentos: 1) Esta pergunta refere-se a dívidas e/ou contas – como luz, água, aluguel, prestações– ou não pagamento de fornecedores ou de obrigações com o ponto - como TPU, taxas ou outras despesas. Não considerar dívida de cartão de crédito, que já foi mencionada na questão anterior.

2) Considerar apenas dívidas contraídas nos últimos 5 anos

3) Caso o entrevistado exerça a atividade de ambulante há menos de 5 anos, considerar apenas o período em que está na profissão



QUESTÃO 40

E hoje, esta(s) dívida(s) está(ão):

- 1 totalmente paga(s)
- 2 em pagamento
- 3 com pagamento suspenso, mas em negociação
- 4 com pagamento suspenso e sem negociação
- 5 ainda nem começou(aram) a ser paga(s)
- 6 em processo judicial
- 7 Outra resposta.
Qual? _____

Esclarecimento: Caso tenha contraído mais de uma dívida nos últimos 5 anos e a situação de cada uma delas seja distinta (por exemplo: pagou o TPU, mas deve para o fornecedor), considerar a situação atual da dívida não quitada de maior valor.

QUESTÃO 41

E hoje, se você precisasse de um empréstimo, você recorreria a:

- 1 Familiares/amigos
- 2 Instituições financeiras
- 3 Cartão de crédito
- 4 Agiota
- 5 Programas de políticas públicas
- 6 Outro. Qual? _____

Esclarecimento: Ver questão 37

QUESTÕES 42,43,44

Você já teve mercadoria confiscada pelo rapa/polícia?

- 1 Sim Não

Você já sofreu violência física ou verbal da polícia?

- 1 Sim Não

Você já sofreu extorsão ou pedido de propina pela polícia ou fiscal para poder trabalhar na rua?

- 1 Sim Não

Esclarecimento: É comum que os ambulantes sejam pressionados, agredidos ou extorquidos pela polícia ou por fiscais da Prefeitura. Estas três questões têm a finalidade de estimar a ocorrência desse tipo de ação.

QUESTÃO 48

Na sua opinião, o que a prefeitura poderia fazer para melhorar o seu trabalho?

- 1 Disponibilização de banheiro
- 2 Disponibilização de local para alimentação
- 3 Construção de camelódromo/ fechar rua para o comércio/ calçadão
- 4 Melhorar a infraestrutura da banca (energia elétrica, água)
- 5 Acabar com o rapa / garantir que polícia e fiscais deixem trabalhar
- 6 Capacitar agentes públicos para tratamento humano a ambulantes
- 7 Aumentar a segurança pública
- 8 Acabar com a propina
- 9 Regularização do ponto/ legalização da banca



- 10 Disponibilização de pontos melhores
- 11 Flexibilizar as exigências para o funcionamento do ponto
- 12 Registrar ocorrências de violência, corrupção e discriminação contra ambulantes
- 13 Retomar as CPAS (Comissões Permanentes de Ambulantes)
- 14 Criar políticas e programas específicos para mulheres ambulantes
- 15 Outro. Qual? _____

Instruções: 1) Assinalar tantas alternativas quantas forem necessárias

2) Identificar, com muito cuidado a(s) alternativa(s) que mais se adequa(m) à(s) resposta(s) do entrevistado

QUESTÃO 49

Você acha que deve ser prioridade da PREFEITURA atuar para:

	Sim	Não
Disponibilizar água e esgoto para ambulantes		
Disponibilizar energia e wifi para ambulantes		
Garantir que o ambulante possa trabalhar na rua		
Facilitar a regularização do ponto, a legalização da banca		
Acabar com a Operação Delegada		

Instruções: 1) Atenção: frisar bem a palavras PRIORIDADE

2) Assinalar em cada linha a resposta "sim" ou "não"

Esclarecimento: A Operação Delegada é um convênio entre a prefeitura e a Polícia Militar que permite

que PMs trabalhem em seus dias de folga, fardados e com poder de polícia, em ações de fiscalização dos ambulantes, recebendo pagamento extra do município.

QUESTÃO 50

Você acha importante que os trabalhadores ambulantes se organizem coletivamente para conquistar direitos?

- 1 Sim
- 2 Não
- 3 Não sei

Esclarecimento: A intenção desta questão é captar a opinião dos entrevistados sobre a importância de movimentos que reúnam os ambulantes para defender e/ou conquistar direitos

QUESTÃO 51

Você participaria de movimentos para buscar direitos para todos os ambulantes?

- 1 Sim
- 2 Não
- 3 Não sei

Esclarecimento: A intenção desta questão é saber se o entrevistado teria interesse e disposição para participar de movimentos reivindicatórios

QUESTÃO 52

Quanto às Comissões Permanentes de Ambulantes nas Subprefeituras de São Paulo, você:

- 1 Já ouviu falar e sabe para o que serve
- 2 Já ouviu falar e não sabe para o que serve
- 3 Nunca ouviu falar

Esclarecimentos: As Comissões Permanentes de Ambulantes foram instituídas pelo art. 7º, da Lei



11.039, de 1991, que determina o seguinte:

Art. 7º - Fica criada em cada Administração Regional uma Comissão Permanente do Ambulante, para regulamentar e controlar esta atividade, obedecida a política geral dada à matéria, constituída por representantes de associações e Sindicatos do Comércio Ambulante, de associações e Sindicatos do Comércio estabelecido da população através de suas representações organizadas e da Administração Municipal, sob a coordenação do Administrador Regional correspondente.

Parágrafo único - As comissões serão constituídas e regidas por Ato da Secretaria das administrações Regionais.

Art. 8º - Compete à Comissão Permanente do Ambulante:

- a) Indicar as Áreas, Praças e Ruas de Atuação e os Pontos Fixos para o exercício da atividade do Ambulante;
- b) Indicar os locais para a implantação dos bolsões de Comércio;
- c) Relacionar os produtos e serviços a serem comercializados e prestados;
- d) Dirimir as dúvidas surgidas na aplicação da presente lei, na sua jurisdição competente.

Instruções: Caso o entrevistado solicite informações sobre as comissões, só as forneça depois que obtiver sua resposta sobre conhecê-las ou não.

QUESTÃO 53

Ainda uma pergunta: Você já sofreu algum tipo de discriminação por:

1. ser estrangeiro (xenofobia)
2. racismo
3. ser mulher / misoginia
4. ser LGBT
5. ser PCD
6. ser pobre
7. ser ambulante
8. Por outra questão. Qual? _____

Esclarecimento: LGBT - lésbica, gay, bissexual, transexual, transgênero, queer, intersexual, assexual, pansexual, não-binário

PARA OS BRASILEIROS, AGRADECER E ENCERRAR A ENTREVISTA

PARA OS IMIGRANTES, APLICAR A PRÓXIMA QUESTÃO

QUESTÃO 54

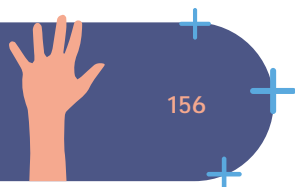
Uma última pergunta: sua situação atual no Brasil:

1. não está regularizada
2. é de refugiado
3. é de solicitante de refúgio
4. é regularizada por reunião familiar
5. é regularizada pelo acordo Mercosul
6. é de visto de trabalho
7. é de visto humanitário
8. é de visto de estudante
9. é de visto de turista
10. Outra situação. Qual? _____
11. Não sabe/não quer responder

Instruções: Esta é uma pergunta de extrema sensibilidade para os imigrantes, dado que muitos não estão regulares no país. Não se deve, sob hipótese alguma, usar a expressão "ilegal". Assim, sua aplicação deve ser muito cuidadosa.

Esclarecimentos: não está regularizada – imigrante que não tem documentação alguma, está com a documentação expirada ou em processo de regularização.

refugiado – **pessoa oficialmente reconhecida como refugiada pelo governo do Brasil, por ter sido forçada a sair do país de origem**



em razão de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social, opiniões políticas, ou por causa de grave e generalizada violação de direitos humanos.

solicitante de refúgio – *Pessoa que entrou oficialmente com pedido de refúgio no Brasil e ainda não recebeu reconhecimento oficial de refugiado.*

reunião familiar – *O visto de reunião familiar é uma autorização concedida para que um estrangeiro possa morar no Brasil junto de um familiar próximo que já reside legalmente no país, como cônjuge, filhos ou pais.*

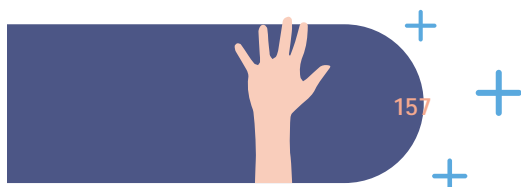
acordo Mercosul – *imigrantes de países do Mercosul (Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile) com autorização de residência no Brasil, que lhes permite viver e trabalhar no país.*

visto de trabalho – *imigrante formalmente autorizado pelo governo brasileiro para trabalhar e residir no país*

visto humanitário – *visto concedido a pessoas que enfrentam graves crises humanitárias em seus países de origem, no caso brasileiro, utilizado amplamente pelos haitianos (e também por sírios, afegãos e ucranianos).*

visto de estudante – *imigrante formalmente autorizado pelo governo brasileiro a estudar e residir no país*

visto de turista – *imigrantes autorizados a permanecer no Brasil por, no máximo, 90 dias, sem intenção de fixar residência.*



ETAPA 2

Pesquisa para mapeamento dos ambulantes
da cidade de São Paulo

- Realização da Pesquisa -



ETAPA 2
AMOSTRA ESTATÍSTICA



PONDERAÇÃO DA AMOSTRA COLETADA NA PESQUISA COM AMBULANTES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



Introdução

Este anexo tem como objetivo apresentar o processo de ponderação da amostra coletada na pesquisa com ambulantes no município de São Paulo. O procedimento de ponderação descreve, em detalhe, as etapas adotadas para a construção dos pesos atribuídos aos respondentes da pesquisa.

Como resultado desse processo, foram geradas três bases de dados, cada uma com um peso distinto:

- Base de bancas de ambulantes: caracteriza as bancas e possui pesos cuja soma estima o total de bancas existentes na população-alvo da pesquisa;
- Base de caracterização de ambulantes: permite estimar o total de ambulantes que atuam no espaço definido como universo da pesquisa, bem como suas características sociodemográficas (sexo, idade, raça/cor etc.);
- Base de ambulantes com questionário completo: possibilita estimar aspectos relacionados ao trabalho dos ambulantes, tais como rendimentos, jornada de trabalho, entre outros.

A amostra da pesquisa foi selecionada por meio de amostragem estratificada probabilística, a partir de cenas delimitadas segundo a distribuição espacial da atividade econômica dos ambulantes. A metodologia e a descrição detalhada do plano amostral encontram-se apresentadas no relatório de seleção da amostra.

Este anexo está organizado em seis seções: introdução; descrição resumida do objetivo e da metodologia amostral da pesquisa; construção dos pesos da base de bancas; construção dos pesos da base de caracterização sociodemográfica dos ambulantes; construção dos pesos da base com questionário completo; e metodologia de cálculo dos erros amostrais para as três bases.



+ Objetivo, população alvo da pesquisa e metodologia de amostragem

+ A pesquisa teve como objetivos: estimar o número de ambulantes atuantes no município de São Paulo; caracterizar seu perfil sociodemográfico (sexo, idade, escolaridade, cor/raça etc.); e investigar características associadas ao trabalho do ambulante (posse de permissão, horas trabalhadas, rendimentos etc.). O estudo concentra-se em ambulantes estabelecidos, definidos como aqueles que atuam de forma recorrente em pontos fixos — denominados bancas —, excluindo vendedores ocasionais ou em trânsito.

Para viabilizar a coleta de dados, o município foi segmentado em “cenas”, entendidas como áreas delimitadas pela presença de elementos urbanos que concentram a atividade de ambulantes, tais como logradouros comerciais (ex.: Rua 25 de Março, Brás), estações de trem e metrô, terminais de ônibus, unidades do Poupatempo, hospitais, parques e universidades.

Considerando essas definições:

- A população-alvo correspondeu aos ambulantes estabelecidos atuantes nas cenas delimitadas; e
- As unidades de análise foram as bancas e os ambulantes nelas presentes, para os quais foram produzidas estimativas.

A amostra foi selecionada por meio de plano de amostragem estratificada por conglomerados em três estágios:

1. Seleção de cenas: amostragem probabilística das áreas delimitadas em estratos previamente definidos;
2. Seleção de bancas: arrolamento e posterior seleção probabilística ou censo das bancas em cada cena;
3. Seleção de ambulantes: dentro de cada banca selecionada, sorteio de um ambulante para responder ao questionário individual.

Em cenas com baixa incidência de bancas, realizou-se o censo das bancas em três períodos do dia (manhã, tarde e noite). Já nas cenas situadas em logradouros especiais — notadamente regiões de grande concentração de ambulantes, como a Rua 25 de Março e o Brás —, foi feito um arrolamento seguido de seleção probabilística de bancas, em quantidade definida conforme os recursos disponíveis para a coleta.

O universo da pesquisa foi constituído por 244 cenas delimitadas, estratificadas segundo o tipo de equipamento urbano associado (estações de trem/ metrô, terminais de ônibus, logradouros especiais, hospitais/UPAs, parques, universidades e unidades do Poupatempo). No caso específico dos logradouros especiais, dada a heterogeneidade e extensão dessas áreas, procedeu-se à subdivisão em 27 subestratos, de modo a garantir maior representatividade. Para os demais estratos, considerou-se ainda a quantidade de equipamentos existentes em cada cena, diferenciando áreas de maior e menor fluxo populacional. Ao final, 69 cenas foram selecionadas para a coleta de informações.

No que se refere à seleção dos ambulantes, em cada banca amostrada realizou-se um arrolamento prévio dos trabalhadores e, quando havia mais de um, procedeu-se ao sorteio de um único respondente para aplicação do questionário completo.

Esse desenho amostral assegura a representatividade estatística da pesquisa e permite capturar a diversidade dos ambulantes no município de São Paulo, conciliando rigor metodológico e viabilidade operacional.

Construção dos pesos

O processo de construção dos pesos das bancas e dos ambulantes foi desenvolvido em três etapas: atribuição de pesos às bancas; atribuição de pesos aos ambulantes a partir da caracterização de todos os trabalhadores presentes nas bancas amostradas; e atribuição de pesos aos ambulantes que responderam ao questionário completo da pesquisa.

Todos esses pesos derivam do peso inicial atribuído a cada cena selecionada, definido a partir de sua probabilidade de inclusão na amostra, conforme detalhado no relatório metodológico da pesquisa. O inverso dessa probabilidade corresponde ao peso básico de cada cena selecionada.

A coleta de dados de bancas e ambulantes nas cenas selecionadas foi realizada de duas formas: censitária ou por seleção probabilística de bancas. Em ambos os casos, para cada cena foram obtidas informações que permitem estimar: o número total de bancas; o total de ambulantes atuantes na cena; e características sociodemográficas dessa população de trabalhadores.





Adicionalmente, foi incluída uma questão específica para identificar se o ambulante exercia atividade em outra banca dentro do conjunto de cenas que compõem a população-alvo da pesquisa. Esse procedimento teve como objetivo evitar a contagem múltipla de um mesmo indivíduo, já que um ambulante listado em uma banca poderia também estar presente em outra, em dia ou local distintos, inclusive em cenas não selecionadas, mas constantes do cadastro.

Construção dos pesos das bancas

Os pesos das bancas foram calculados a partir do peso básico de seleção das cenas. Durante a coleta de dados, entretanto, três fatores levaram a ajustes nos pesos inicialmente estabelecidos para cada cena do cadastro da pesquisa:

- Parque Ibirapuera: embora inicialmente selecionado para compor a amostra, não foi possível realizar a coleta nessa cena. A empresa responsável pela administração do parque impediu tanto a realização de entrevistas quanto a contagem de bancas e o arrolamento de ambulantes em seu interior;
- Nova cena identificada: uma cena relevante, não incluída na base inicial do universo de pesquisa, foi incorporada posteriormente — localizada no bairro da Liberdade; e
- Cena incluída com certeza na amostra: uma cena, avaliada como relevante para a pesquisa, mas não sorteada na amostra, foi incluída para coleta da pesquisa - cena Parque do Carmo.

No caso do Parque Ibirapuera, optou-se por excluir a cena do universo da pesquisa. Com essa exclusão, o total de cenas passíveis de seleção passou de 244 para 243. Como o parque havia sido selecionado para a amostra, esta foi ajustada, resultando em um tamanho final de 68 cenas.

Essas alterações foram refletidas nos pesos de seleção das cenas da amostra. O estrato 4.99.2 (parques com proximidade a dois equipamentos urbanos) teve seus pesos recalculados para as demais cenas selecionadas, ao passo que os demais estratos não sofreram alterações.

Quanto às novas cenas incorporadas após a seleção da amostra (Liberdade e Parque do Carmo), a elas foi atribuído peso igual a 1, o que significa que não foram selecionadas de forma probabilística, mas incluídas com certeza na amostra.

A tabela 1 apresenta o novo universo de cenas considerado na pesquisa e a amostra efetivamente coletada.

Tabela 1: Universo de cenas da pesquisa e amostra coletada após ajustes durante a coleta em campo

Estrato inicial	Estrato final	N Cadastro Original	N Cadastro Atualizado	n _h Atualizado
Estação de trem ou metrô	1.99.1	40	40	2
Estação de trem ou metrô	1.99.2	17	17	2
Estação de trem ou metrô	1.99.3	15	15	2
Estação de trem ou metrô	1.99.4	3	3	3
Estação de trem ou metrô	1.99.5	3	3	3
Hospital e instalações de saúde	2.99.1	62	62	3
Hospital e instalações de saúde	2.99.2	7	7	2
Hospital e instalações de saúde	2.99.3	2	2	2
Logradouro especial	3.1.99	4	4	2
Logradouro especial	3.2.99	1	1	1
Logradouro especial	3.3.99	2	2	1
Logradouro especial	3.4.99	1	1	1
Logradouro especial	3.5.99	1	1	1
Logradouro especial	3.6.99	1	1	1
Logradouro especial	3.7.99	4	4	2
Logradouro especial	3.8.99	3	3	2
Logradouro especial	3.9.99	2	2	1
Logradouro especial	3.10.99	2	2	1
Logradouro especial	3.11.99	4	4	2
Logradouro especial	3.12.99	3	3	2
Logradouro especial	3.13.99	4	4	2
Logradouro especial	3.14.99	1	1	1
Logradouro especial	3.15.99	1	1	1
Logradouro especial	3.16.99	2	2	1
Logradouro especial	3.17.99	1	1	1
Logradouro especial	3.18.99	2	2	1
Logradouro especial	3.19.99	1	1	1
Logradouro especial	3.20.99	3	3	2
Logradouro especial	3.21.99	4	4	2



Logradouro especial	3.22.99	1	1	1
Logradouro especial	3.23.99	1	1	1
Logradouro especial	3.24.99	1	1	1
Logradouro especial	3.25.99	1	1	1
Logradouro especial	3.26.99	2	2	1
Logradouro especial	3.27.99	4	4	2
Parque	4.99.1	7	7	1
Parque	4.99.2	5	4	1
Parque	4.99.3	1	1	1
Parque	4.99.5	1	1	1
Poupatempo	5.99.1	2	2	2
Terminal de ônibus	6.99.1	14	14	2
Terminal de ônibus	6.99.2	5	5	3
Universidade	7.99.1	2	2	2
Liberdade	-	0	1	1
Parque do Carmo	4.99.1	1	1	1
Total		244	244	70

Fonte: Pesquisa de Ambulantes do Município de São Paulo.

Os pesos de bancas foram definidos segundo as fórmulas a seguir.

Fórmula 1 – Peso da banca em cena com coleta censitária

$$w_{ih} = \frac{N_h}{n_h}$$

Onde

w_{ih} é o peso associado a cena i do estrato h ;

N_h é o total de cenas do estrato h ;

n_h é o total de cenas selecionadas no estrato h .

Como todas as bancas são pesquisadas em estratos censitários, o peso das bancas, nesse caso, é igual ao peso de seleção da cena.

Fórmula 1.1 – Peso de banca para coleta de cena com seleção de banca

$$w_{jih} = \frac{N_h}{n_h} \times \frac{B_{ih}}{b_{ih}}$$

Onde

N_h é o total de cenas do estrato h ;

n_h é o total de cenas selecionadas no estrato h ;

w_{jih} é o peso associado a banca j da cena i do estrato h ;

B_{ih} é o total de bancas na cena i do estrato h ;

b_{ih} é o total de bancas respondentes da cena i do estrato h (máximo 30).

No conjunto de cenas efetivamente pesquisadas — composto por 68 cenas da amostra original e 2 cenas adicionais incorporadas posteriormente —, a pesquisa de bancas foi conduzida de forma censitária em 68 cenas (66 da amostra original e as 2 novas cenas). Apenas em duas cenas específicas houve seleção probabilística de bancas, após o arrolamento: Brás Madrugada – 1 e Brás Madrugada – 2.

Ao todo, foram 3.167 bancas abordadas, com informações coletadas diretamente em campo. Após a construção dos pesos para esse conjunto, estima-se que existam aproximadamente 12.337 bancas nas cenas que compõem a população-alvo da pesquisa.

Construção dos pesos dos ambulantes – questionário de caracterização

Para cada banca abordada na pesquisa, foi aplicado um questionário destinado ao arrolamento dos ambulantes presentes e à coleta de informações de caracterização desses trabalhadores. O objetivo principal dessa etapa foi obter informações sociodemográficas mínimas da população de ambulantes contemplada pela pesquisa.

O questionário também incluiu uma pergunta sobre a atuação do ambulante em outras bancas, de modo a evitar a contagem múltipla de um mesmo indivíduo em diferentes unidades de observação.

Ao todo foram listados 3.329 ambulantes presentes em 3.167 bancas arroladas.



- + Desses,
- +
 - 68 trabalham em outra banca;
 - 2.898 trabalham apenas na banca onde foram listados; e
 - 363 não responderam ou não souberam responder.

Considerou-se que apenas os 68 ambulantes que declararam trabalhar em mais de uma banca poderiam ser contados de forma múltipla. Como a incidência desse tipo de ocorrência é muito baixa — 2.898 em 3.329 ambulantes atuam em apenas uma banca —, os indivíduos que não forneceram essa informação foram assumidos como trabalhando em apenas uma banca.

Para os indivíduos que declararam trabalhar em outra banca, não foi coletada informação sobre o número exato de bancas adicionais em que atuavam. Considerando, porém, a baixa incidência de ambulantes trabalhando em múltiplas bancas, assumiu-se que cada um desses trabalhadores atuava em apenas mais uma banca além daquela em que foi arrolado.

O peso de cada um desses ambulantes é determinado pelas fórmulas a seguir.

Fórmula 2 – Peso do ambulante no questionário de banca

$$w_{bih} = \begin{cases} 1/K & \text{se o ambulante apenas trabalhar na banca } b \text{ da cena } i \text{ do estrato } h \\ 1/2 & \text{se o ambulante trabalhar outras bancas além da banca } b \text{ da cena } i \text{ do estrato } h \end{cases}$$

Onde

w_{bih} é o peso associado ao ambulante da banca b cena i do estrato h ;

K é o total de bancas onde o ambulante exerce sua atividade no conjunto de cenas da base cadastro da pesquisa

Como explicado adotou-se K igual a 2.

Fórmula 3 – Peso do ambulante a na banca b na cena i do estrato h

Para coleta censitária de bancas

$$w_{bih}^a = w_{ih} \times w_{bih}$$

Para coleta com seleção de bancas

$$w_{bih}^a = w_{jih} \times w_{bih}$$

Essa estrutura de pesos, considerando a coleta em todas as bancas das cenas selecionadas, permite estimar o total de ambulantes em cenas do conjunto da população-alvo da pesquisa. O total de ambulantes estabelecidos no município de São Paulo é estimado pela fórmula:

$$\widehat{T}_a = \sum_{h=1}^H \sum_{i=1}^{M_h} \sum_{b=1}^{B_{ih}} w_{bih}^a$$

Onde

\widehat{T}_a é a estimativa do total de ambulantes da cidade de São Paulo

H é o total de estratos e subestratos da pesquisa

M_h é o total de cenas selecionadas no estrato h

B_{ih} é o total de bancas na cena i do estrato h

Essa estimativa é derivada exclusivamente a partir da análise dos questionários das bancas com caracterização de ambulantes (arrolamento completo de ambulantes). Após a construção dos pesos para a base de caracterização de ambulantes, estima-se um total 12.671 ambulantes trabalhando nas cenas que compõem a população alvo da pesquisa.

Ponderação dos ambulantes respondentes do questionário de ambulantes

Conforme descrito no relatório metodológico de seleção da amostra, um ambulante de cada banca foi selecionado para responder a um questionário completo e mais abrangente.

Ao todo, 2.772 ambulantes responderam ao questionário completo, enquanto 393 se recusaram a fornecer informações detalhadas e em 2 casos as bancas eram formadas apenas por menores de idade. Apesar dessa ausência de respostas, todos os estratos e cenas da pesquisa tiveram participantes, como apresentado nas tabelas 2 e 3 a seguir.





Tabela 2: Ambulantes respondentes do questionário completo segundo estratos da amostra

Estrato inicial	Estrato final	Ambulantes respondentes
Estação de trem ou metrô	1.99. 1	27
Estação de trem ou metrô	1.99. 2	47
Estação de trem ou metrô	1.99. 3	87
Estação de trem ou metrô	1.99. 4	96
Estação de trem ou metrô	1.99. 5	82
Hospital e instalações de saúde	2.99. 1	14
Hospital e instalações de saúde	2.99. 2	3
Hospital e instalações de saúde	2.99. 3	12
Logradouro especial	3. 1.99	100
Logradouro especial	3. 2.99	17
Logradouro especial	3. 3.99	17
Logradouro especial	3. 4.99	20
Logradouro especial	3. 5.99	6
Logradouro especial	3. 6.99	3
Logradouro especial	3. 7.99	108
Logradouro especial	3. 8.99	319
Logradouro especial	3. 9.99	15
Logradouro especial	3.10.99	34
Logradouro especial	3.11.99	262
Logradouro especial	3.12.99	325
Logradouro especial	3.13.99	107
Logradouro especial	3.14.99	9
Logradouro especial	3.15.99	68
Logradouro especial	3.16.99	115
Logradouro especial	3.17.99	14
Logradouro especial	3.18.99	36
Logradouro especial	3.19.99	21
Logradouro especial	3.20.99	111
Logradouro especial	3.21.99	194
Logradouro especial	3.22.99	15
Logradouro especial	3.23.99	24
Logradouro especial	3.24.99	18
Logradouro especial	3.25.99	23

Estrato inicial	Estrato final	Ambulantes respondentes
Logradouro especial	3.26.99	31
Logradouro especial	3.27.99	54
Parque	4.99. 1	7
Parque	4.99. 2	8
Parque	4.99. 3	23
Parque	4.99. 5	8
Poupatempo	5.99. 1	12
Terminal de ônibus	6.99. 1	25
Terminal de ônibus	6.99. 2	37
Universidade	7.99. 1	10
Liberdade	-	175
Parque do Carmo	4.99. 1	32
Total		2.772

Fonte: Pesquisa de Ambulantes do Município de São Paulo.

Tabela 3: Ambulantes respondentes do questionário completo segundo cenas da amostra

Código identificador da cena selecionada para seleção da amostra	Bancas com respondentes
1	225
2	172
4	109
5	126
6	29
8	68
9	55
12	21
13	42
14	9
15	17
17	31
40	21
41	43
45	65





Código identificador da cena selecionada para seleção da amostra	Bancas com respondentes
46	23
49	29
55	16
66	26
73	13
74	22
80	46
89	4
94	5
98	2
100	30
103	21
108	11
109	1
122	1
131	7
136	2
141	6
150	6
174	2
175	5
181	8
187	23
188	8
191	8
194	20
195	6
197	15
198	24
199	18
200	23
201	31
202	51
203	49

Código identificador da cena selecionada para seleção da amostra	Bancas com respondentes
205	38
206	73
207	90
211	100
212	34
213	115
216	78
219	53
224	68
225	210
227	17
228	36
230	14
231	5
235	4
249	5
250	12
251	3
252	15
9998	175
9999	32
Total	2.772

Fonte: Pesquisa de Ambulantes do Município de São Paulo.

Para cada um dos ambulantes que responde a esse questionário mais detalhado é atribuído um peso distinto dentro dessa base. A construção desse peso ocorre em duas etapas: o peso inicial do respondente e a calibração ou pós-estratificação subsequente desse peso inicial.



+
+ O peso inicial do respondente do questionário abrangente é calculado conforme a fórmula 4, a seguir.

+ **Fórmula 4 – Peso do ambulante a respondente do questionário completo na banca b na cena i do estrato h**

$$w_{bih}^{arc} = (C_{bih} \times w_{bih}^a \times R_{bih}) \times \frac{\sum_i w_{bih}^a}{\sum_i w_{bih}^a \times R_{bih}}$$

Onde

C_{bih} é a quantidade de ambulantes na banca b da cena i do estrato h ; e

R_{bih} é uma variável indicadora que recebe valor 1 se o ambulante selecionado na banca b da cena i do estrato h respondeu ao questionário completo e 0 caso contrário.

Devido ao processo aleatório de seleção do respondente do questionário completo e à correção das não respostas, a soma dos pesos desses indivíduos difere do total estimado de ambulantes obtido a partir das informações coletadas nos questionários de caracterização das bancas, que consideram todos os ambulantes arrolados nas cenas selecionadas.

Para assegurar consistência entre as bases e garantir que as estimativas de características sociodemográficas sejam equivalentes para ambas, realiza-se a calibração ou pós-estratificação dos pesos do questionário completo. Essa calibração parte do peso básico (conforme Fórmula 4) e considera as estimativas obtidas no processo de ponderação baseado nos questionários aplicados nas bancas.

A calibração (ou pós-estratificação) é uma metodologia usual em pesquisas amostrais e considera estimativas conhecidas para melhorar a representatividade de uma amostra. A metodologia utilizada nesse caso foi a pós-estratificação. O processo de pós-estratificação considerou as estimativas de totais para sexo pois foi a única variável respondida por todos os ambulantes do questionário de caracterização de bancas – não houve para essa variável falta de informação.

Erros amostrais

O processo de estimação atribui a cada respondente da pesquisa um peso específico em três níveis: no questionário de bancas, no questionário de caracterização de ambulantes e no questionário completo de ambulantes. Essas informações são provenientes de três bases de dados distintas.

Para o cálculo de variâncias e erros amostrais, utilizou-se a metodologia *Ultimate Cluster*, uma abordagem aproximada para estimação de variâncias em pesquisas amostrais com desenho complexo e múltiplos estágios de seleção. Essa metodologia considera que a principal contribuição para a variabilidade das estimativas decorre do último estágio de seleção de conglomerados, abstraindo-se as etapas intermediárias do desenho amostral. O cálculo da variância baseia-se na variabilidade observada entre conglomerados do último estágio, utilizando fórmulas análogas às aplicáveis a amostras por conglomerados de um único estágio.

Essa metodologia foi aplicada a todas as bases da pesquisa. Para as bases de bancas e de bancas com caracterização de ambulantes, foi criado um arquivo de análise para uso no SPSS, na biblioteca *Complex Samples*. Esse arquivo permite considerar o plano amostral na construção de tabelas cruzadas e demais análises. Nessas bases, optou-se por adotar um plano amostral estratificado com conglomerado em um estágio, com seleção aleatória com repetição das unidades informantes. Os estratos correspondem àqueles listados na tabela 1, enquanto os conglomerados correspondem às cenas listadas na tabela 3.

Para a base do questionário completo, que passou por pós-estratificação no pacote R, o plano amostral adotado foi o mesmo das bases anteriores (estratos da tabela 1 e conglomerados da tabela 3). Entretanto, para o cálculo dos erros amostrais, é necessário utilizar o objeto resultante da pós-estratificação da biblioteca *survey* do R, que foi disponibilizado juntamente com os arquivos SPSS das demais bases.

Para facilitar a utilização da base do questionário completo também foi disponibilizada uma base SPSS com os pesos pós-estratificados. No entanto para estimação de erros amostrais nesse caso, foram tabulados diversos indicadores utilizando o pacote *survey* do R e o objeto da pós-estratificação. Esses resultados permitiram estabelecer um padrão de qualidade para os indicadores, baseado na modelagem do Coeficiente de Variação (CV) – esse modelo permite a utilização e tabulação dos



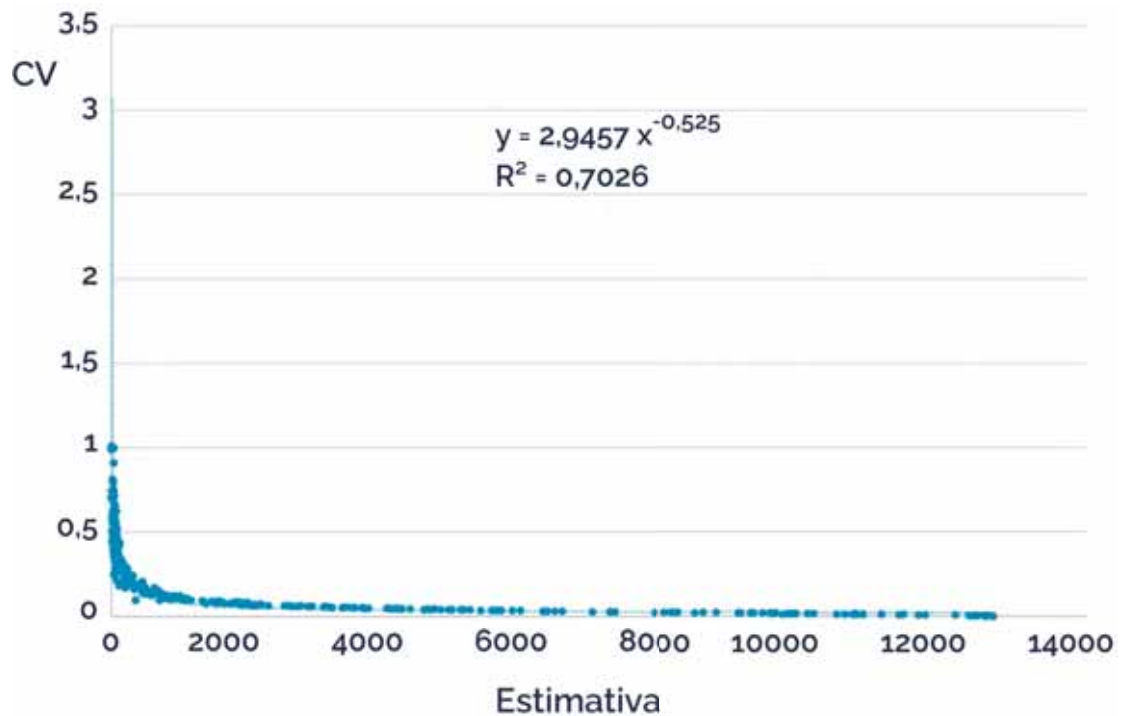
+ dados da base completa no SPSS e estimação dos CVs associados.

+

A análise do CV foi conduzida para um conjunto amplo de indicadores, permitindo identificar a relação entre as estimativas de totais e seus respectivos coeficientes de variação. Essa abordagem possibilita definir limites mínimos aceitáveis para os indicadores e realizar estimativas aproximadas do CV para quaisquer outros indicadores de interesse. O gráfico a seguir ilustra os resultados desse ajuste.

+

Gráfico 53: Coeficiente de variação (CV) e totais estimados (N)



Fonte: Elaboração própria.

O ajuste da função potência resultou em um coeficiente de regressão de cerca de 70%, sendo a função para a estimação do coeficiente de variação dada por:

$$CV = 2,946 \times \hat{N}^{-0,525}$$

Onde

CV é estimativa de CV pela função potência ajustada; e

N corresponde à estimativa de total.

Usualmente, trabalha-se com qualidades variáveis e, na maioria dos casos, deseja-se que o CV seja inferior a 15% para se fazer uma análise com dados de boa qualidade. Com base no modelo ajustado apresentado acima, são apresentados, na tabela 4, alguns valores para o coeficiente de variação segundo o tamanho da estimativa.

Tabela 4: Coeficientes de variação, segundo o tamanho da estimativa

Tamanho da estimativa	Coeficientes de variação (%)
78	30,0
290	15,0
1.088	7,5

Fonte: Elaboração própria.

REFERÊNCIAS

Favre-Martinoz, C., Gros, E. (2017). The Weight Sharing Method. Département des méthodes statistiques Version no 1, diffusée le 10 octobre 2017. (<https://www.insee.fr/en/statistiques/fichier/5398341/7-weight-sharing.pdf>)

Hansen, M. H., Hurwitx, W. N., & Madow, W. G. (1953). Sample survey methods and theory. Wiley.

Little, R. J. A., & Rubin, D. B. (2002). Statistical analysis with missing data. Wiley Series in Probability and Statistics.

Lumley, T. (2010). Complex surveys: A guide to analysis using R. John Wiley & Sons.

Valliant, R., Dever, J. A., & Kreuter, F. (2018). Practical Tools for Designing and Weighting Survey Samples (2nd edition).

ETAPA 2

RELAÇÃO DAS CENAS PESQUISADAS



CENA	TIPO	DISTRITO	ZONA	ENDEREÇO / ESPECIFICAÇÃO	DENSIDADE
Socorro	Estação Ferroviária	Santo Amaro	Sul	Linha Esmeralda	Média
São Judas	Estação Ferroviária	Saúde	Sul	Linha Azul	Média
Capão Redondo	Estação Ferroviária	Capão Redondo	Sul	Linha Lilás	Média
Vila Mariana	Estação Ferroviária	Vila Mariana	Sul	Linha Azul	Baixa
Jabaquara	Estação Ferroviária	Jabaquara	Sul	Linha Azul	Alta
Carrão	Estação Ferroviária	Tatuapé	Leste	Linha Vermelha	Média
Corinthians/Itaquera	Estação Ferroviária	Itaquera	Leste	Linha Vermelha	Alta
Pirituba	Estação Ferroviária	Pirituba	Norte	Linha Rubi	Média
Santa Cruz	Estação Ferroviária	Vila Mariana	Sul	Linha Azul	Baixa
Palmeiras/Barra Funda	Estação Ferroviária	Barra Funda	Oeste	Linha Vermelha	Alta
Brás	Estação Ferroviária	Brás	Leste	Linha Safira	Alta
Tatuapé	Estação Ferroviária	Tatuapé	Leste	Linha Vermelha	Alta
Hospital Geral Jesus Teixeira da Costa	Hospital Estadual	Guaianases	Leste	Av. Miguel Achiole Da Fonseca	Baixa
Pronto Socorro Augusto Gomes De Matos	Hospital Municipal	Cursino	Sul	Rua Giovanni de Bauduccio	Baixa
Hospital Euryclides de Jesus Zerbini	Hospital Estadual	Vila Mariana	Sul	Av. Brigadeiro Luiz Antonio	Baixa
Hospital Maternidade Professor Mário Degni	Hospital Municipal	Rio Pequeno	Oeste	Rua Lucas de Leyde	Baixa
Hospital Gilson de Cassia Marques de Carvalho	Hospital Municipal	Jabaquara	Sul	Av. Santa Catarina	Baixa
Conjunto Hospitalar do Mandaqui	Hospital Estadual	Cachoeirinha	Norte	Rua Voluntários da Pátria	Baixa
Hospital Tide Setúbal	Hospital Municipal	São Miguel	Leste	Rua Dr. José Guilherme Eiras	Baixa
25 de marco - 4	Centro de Comércio	Sé	Centro		Super
25 de marco - 2	Centro de Comércio	Sé	Centro		Super
Avenida de Pinedo	Centro de Comércio	Socorro	Sul		Média
Avenida Doutor Eduardo Cotching - 2	Centro de Comércio	Vila Formosa	Leste		Média
Avenida Faria Lima	Centro de Comércio	Pinheiros	Oeste		Baixa
Avenida Guapira	Centro de Comércio	Jaçanã	Norte		Média
Avenida Jabaquara	Centro de Comércio	Saúde	Sul		Média
Avenida Mateo Bei - 4	Centro de Comércio	São Mateus	Leste		Média
Avenida Mateo Bei - 1	Centro de Comércio	São Mateus	Leste		Média
Avenida Paulista - 1	Centro de Comércio	Consolação	Centro		Alta
Avenida Paulista - 2	Centro de Comércio	Bela Vista	Centro		Alta
Avenida Yervant Kissajikian - 1	Centro de Comércio	Cidade Adermar	Sul		Média
Bom retiro - 2	Centro de Comércio	Bom Retiro	Centro		Média





CENA	TIPO	DISTRITO	ZONA	ENDEREÇO / ESPECIFICAÇÃO	DENSIDADE
Brás à tarde - 4	Centro de Comércio	Brás	Leste		Super
Brás à tarde - 1	Centro de Comércio	Brás	Leste		Super
Brás madrugada - 1	Centro de Comércio	Brás	Leste		Super
Brás madrugada - 2	Centro de Comércio	Brás	Leste		Super
Calçadão de São Miguel Paulista - 4	Centro de Comércio	São Miguel	Leste		Super
Calçadão de São Miguel Paulista - 1	Centro de Comércio	São Miguel	Leste		Super
Cidade dos Velinhos	Centro de Comércio	José Bonifácio	Leste		Média
Largo do Japonês	Centro de Comércio	Cachoeirinha	Norte		Alta
Largo Treze - 2	Centro de Comércio	Santo Amaro	Sul		Super
Paes Leme	Centro de Comércio	Pinheiros	Oeste		Média
Penha de França - 2	Centro de Comércio	Penha	Leste		Média
Piraporinha	Centro de Comércio	Jardim São Luís	Sul		Média
República - 2	Centro de Comércio	República	Centro		Média
República - 3	Centro de Comércio	República	Centro		Média
Rua 12 de outubro - 4	Centro de Comércio	Lapa	Oeste		Média
Rua 12 de outubro - 1	Centro de Comércio	Lapa	Oeste		Média
Rua Augusta	Centro de Comércio	Jardim Paulista	Oeste		Média
Rua Guatapara	Centro de Comércio	Jabaquara	Sul		Média
Rua Joaquim Floriano	Centro de Comércio	Itaim Bibi	Oeste		Média
Silva Bueno	Centro de Comércio	Ipiranga	Sul		Média
Teodoro Sampaio - 1	Centro de Comércio	Pinheiros	Oeste		Baixa
Triângulo Histórico - 4	Centro de Comércio	Sé	Centro		Média
Triângulo Histórico - 1	Centro de Comércio	Sé	Centro		Média
Buenos Aires	Parque	Consolação	Centro		Baixa
Ibirapuera	Parque	Moema	Oeste		Alta
Povo	Parque	Itaim Bibi	Oeste		Média
Independência	Parque	Ipiranga	Sul		Média
Luz	Parque	Bom retiro	Centro		Média
Cidade Ademar	Poupatempo	Cidade Ademar	Sul	Av. Cupecê, 5497	Baixa
Lapa	Poupatempo	Lapa	Oeste	Rua do Curtume, s/n	Baixa
Sapopemba/Teotônio Vilela	Terminal de ônibus	Sapopemba	Leste	Av. Arquiteto Vilanova Artigas, S/Nº	Média

CENA	TIPO	DISTRITO	ZONA	ENDEREÇO / ESPECIFICAÇÃO	DENSIDADE
Casa Verde	Terminal de ônibus	Casa Verde	Norte	Rua Baía Formosa, 80 - Casa Verde	Média
Jardim Ângela	Terminal de ônibus	Jardim Ângela	Sul	Estrada do MBoi Mirim, 4901	Média
Princesa Isabel	Terminal de ônibus	Santa Cecília	Centro	Alameda Gleite 433	Média
Terminal Santo amaro	Terminal de ônibus	Santo Amaro	Sul	Avenida Padre José Maria, 400	Média
Uninove	Universidade	Barra Funda	Oeste		Média
PUC	Universidade	Perdizes	Oeste		Média
Liberdade	Centro de Comércio	Sé	Centro		Alta



ETAPA 2

RELATÓRIO DO CAMPO DA PESQUISA

RELATÓRIO ELABORADO POR F&F CONSULTORIA

Relatório Descritivo do Campo

Objeto: Contratação de empresa de pesquisa de campo para execução da coleta de dados de pesquisa com trabalhadoras e trabalhadores ambulantes no município de São Paulo

1. Escopo e referências contratuais

Este relatório atende ao Produto 9 do contrato e apresenta:

- (i) composição da equipe de pesquisa;
- (ii) número de entrevistas realizadas;
- (iii) número de recusas;
- (iv) resultados de auditoria; e
- (v) observações úteis à interpretação dos dados.

O campo foi estruturado conforme o Plano de Trabalho, com instrumentos padronizados (Ficha de Banca, Questionário do Ambulante e Ficha de Recusa).

O trabalho de campo foi realizado entre 01/07/2025 e 19/08/2025, totalizando 70 cenas distribuídas ao longo de 7 semanas de coleta, com acompanhamento sistemático por relatórios semanais e ajustes metodológicos acordados com o DIEESE.

2. Síntese da execução (resultados observados)

Indicador	Valor
Cenas trabalhadas	70
Bancas registradas (total)	3.167
Entrevistas realizadas	2.772
Recusas	393
Não elegíveis — apenas menores de 16 anos	2

Taxa de conversão (entrevistas ÷ [entrevistas + recusas]) = 87,6%

- Taxa de recusa = 12,4%

Nota: as 2 bancas “apenas menores” não entram no denominador das taxas, por serem não elegíveis.





3. Metodologia aplicada em campo

3.1 Instrumentos e procedimentos gerais

- Aplicação de três instrumentos: Ficha de Banca, Questionário do Ambulante e Ficha de Recusa.
- Registro digital com georreferenciamento, permitindo auditoria e checagem de consistência.
- G1: três períodos por cena (manhã, meio-dia e fim de tarde/noite); ficha para todas as bancas presentes e entrevista a um respondente por banca, selecionado aleatoriamente.
- G3: visita única aos fins de semana, com ficha de banca e entrevista a um respondente por banca.

3.2 Grupo 2 (G2) – supercenas

- Visita única, com arrolamento total e seleção de 50 bancas por “critério de pulo” (total de bancas ÷ 50), iniciando em ponto aleatório.
- Em cenas de alta densidade, por decisão conjunta com o DIEESE, admitiu-se elevar a meta de entrevistas por cena (até ~100), mantendo o arrolamento/seleção quando o total de bancas superou a meta.

3.2.1 Justificativa e estratégias nas supercenas (G2)

Em todas as supercenas do G2, exceto nas duas do Brás de Madrugada, foi mantido o

procedimento-padrão: arrolamento completo das bancas presentes e seleção com “pulo” (ponto inicial aleatório e intervalo calculado), assegurando aleatoriedade e comparabilidade sempre que o total arrolado superou a meta operacional por cena.

Nas cenas do Brás de Madrugada, por sua vez, não se aplicou o cálculo de “pulo” durante a coleta. Trata-se de exceção operacional previamente alinhada com o contratante e motivada por condições específicas observadas *in loco*: janela útil reduzida (≈ 1h–6h) devido à retirada sistemática das bancas a partir das 6h e bloqueios aleatórios de trechos ao longo da madrugada. Para preservar a qualidade dentro dessas restrições, adotou-se a seguinte estratégia:

- distribuição da equipe por quadrantes, cobrindo diferentes vias/corredores e evitando concentração;
- registro integral do denominador (arrolamento completo de todas as bancas), garantindo base para eventual seleção amostral a posteriori e para auditoria;
- execução com objetivo censitário (entrevistar o maior número possível de bancas arroladas no tempo disponível), conforme orientação expressa do contratante.



Em síntese

Demais supercenas do G2: arrolamento + pulo desde a coleta, com meta operacional até ~100 entrevistas, admitindo ultrapassar esse patamar quando o arrolamento o exigiu.

- Brás de Madrugada (exceção): sem pulo durante a coleta; equipe por quadrantes + arrolamento completo (denominador íntegro) + possibilidade de aplicar seleção de bancas aleatoriamente *ex post* para a composição da amostra final, em conformidade com a orientação do DIEESE e com as restrições operacionais observadas.

4. Ajustes e decisões de campo

- **Substituição de cena:** Ibirapuera → Parque do Carmo, por ausência de autorização oportuna; cena executada no Parque do Carmo.

4.1 Brás de Madrugada — nota técnica

- Dia 1 (18/08): contagem censitária por trecho/quarteirão, das duas cenas do Brás Madrugada. Número 1 com 2.089 bancas e Número 2 com 1690 bancas; entrevistas realizadas na Cena Brás Madrugada – 1, distribuídas ao longo de toda a cena.
- Dia 2 (19/08): entrevistas realizadas na Cena Brás Madrugada – 2, distribuídas ao longo de toda a cena. Duas ruas interditadas – Rua Eliza Whitaker (da Mesquita) e Rua Henrique Dias –, nas quais no Dia 1 foram arroladas aproximadamente 400 bancas.
- Ajuste técnico: subtração dos trechos interditados e redução observada nos demais (variação por horário e montagem/desmontagem).





- Valor de referência adotado para consolidação do Dia 2, cena Cena Brás Madrugada – 2: 1.250 bancas.

Observação: não se tratou de “estimativa a olho”, mas de ajuste técnico fundamentado na contagem censitária do dia anterior, diante de restrição operacional no segundo dia.

5. Equipe de campo

- Composição total: 3 supervisores e 17 entrevistadores (15 brasileiros + 2 estrangeiros).
- Entrevistadores estrangeiros: atuação em 5 cenas (25 de Março – 4; Largo Treze – 2; Brás à tarde – 1; Brás à tarde – 4; Brás Madrugada – 1); 40 entrevistas e 3 recusas no conjunto dessas cenas.
- Os entrevistadores estrangeiros foram alocados para reduzir barreiras linguísticas/culturais nas cenas com maior presença de imigrantes

6. Controle de qualidade, auditoria e consistência

6.1. Supervisão e papel dos supervisores

Em todas as cenas houve, no mínimo, um supervisor acompanhando a equipe. Coube aos supervisores:

- arrolar as bancas;
- validar elegibilidade e aderência metodológica *in loco*;
- observar abordagens, padronizar o registro de recusas e dirimir dúvidas;
- realizar *backcheck* imediato e acionar voltas quando necessário;
- monitorar logística e segurança; e
- reportar intercorrências para decisão rápida (ex.: operações policiais, clima, obstruções, remanejamento).

6.2 Backcheck/auditoria

- *Backcheck in loco* pelos supervisores, realizado em todas as cenas, cobrindo pelo menos 15% das entrevistas (acima do mínimo contratual de 10%).
- Correções diárias e individualizadas com entrevistadores, com foco na eliminação de erros recorrentes.

6.3. Georreferenciamento e checagem espacial

- Checagem georreferenciada diária da produção de entrevistas;
- Aplicação de *geofencing*: entrevistas excluídas quando a posição registrada estivesse a mais de 15 metros do perímetro das cenas, garantindo que as entrevistas foram de fato realizadas nos locais planejados.

6.4. Correção de instrumento

Constatou-se que, por erro de configuração em uma das variáveis do Questionário de Ambulantes programado, a variável *s7_2* ficou passível de duas formas de registro, gerando 95 entrevistas com padrão incorreto.

Ação imediata. Implementamos três frentes simultâneas:

- **Ajuste no app:** unificação do tipo de resposta da *s7_2* (travamento do formato correto) e inclusão de validações obrigatórias para evitar duplicidade/ambiguidade.
- **Refresco de treinamento:** orientação individual aos entrevistadores sobre o procedimento correto (com ênfase em casos recorrentes).
- **Plano de voltas:** programação de revisitas *in loco* às bancas afetadas, priorizadas por cena e pela viabilidade de reencontro.

Execução das voltas: As revisitas ocorreram ao longo de duas semanas, com uso de geolocalização e demais metadados para reencontro das bancas. Em diversos casos, foram necessárias mais de uma tentativa para conseguir realizar a volta e obter a informação correta.

Resultado: Das 95 bancas que demandaram retorno, 91 foram corrigidas com sucesso; 4 permaneceram sem atualização (2 bancas na cena Rua 12 de Outubro – 4; 2 bancas na cena Calçada de São Miguel Paulista – 4). Esses quatro casos foram mantidos em branco (*missing*) na base final e sinalizados para transparência. O volume remanescente representa ~0,14% do total de entrevistas (4 em 2.772), sem impacto material nas estimativas agregadas.

7. Intercorrências relevantes e gestão de risco

7.1. Policiamento/Operação Delegada e atos públicos

- Brás (entorno): cena muito agitada pela frequente atuação policial — sem





ocorrência direta que inviabilizasse o trabalho.

- Brás à tarde – 1: Operação Delegada operando diariamente; ambulantes se deslocavam conforme o policiamento avançava.
- Brás à tarde – 4: rondas constantes por dezenas de policiais; em diversos casos a entrevista precisou continuar em deslocamento junto ao ambulante para evitar apreensão.
- Brás Madrugada – 2: Operação Delegada bloqueou Rua da Mesquita (Eliza Whitaker) e Rua Henrique Dias.
- Rua 12 de Outubro – 4: ocorrência de Operação Delegada no dia; redução perceptível de ambulantes menores frente ao dia anterior.
- Tatuapé: efeito de operação municipal na semana anterior (retirada de barracas e apreensões), com esvaziamento da cena e maior recusa.
- Princesa Isabel: cena abalada por ações policiais frequentes.
- 25 de Março – 4: impacto recorrente da Operação Delegada.
- 25 de Março – 2: presença policial constante, cena mais vazia que o habitual.
- Largo Treze – 2: frequentes investidas de operações policiais.
- Avenida Paulista – 2: dia de manifestação; grande contingente policial sem impacto operacional relevante.

Gestão adotada: remanejamentos pontuais, continuidade de entrevistas em deslocamento quando necessário, e priorização do registro integral do denominador para preservar a base amostral.

7.3. Condições climáticas e sazonalidade

- Conjunto Hospitalar do Mandaqui: chuva à tarde.
- Pirituba: frio no início da manhã e chuva forte à tarde, reduzindo presença de ambulantes.
- Hospital Maternidade Prof. Mário Degni: baixa densidade (apenas 2 bancas); 1 não abriu por frio.
- Parque do Carmo (Carmo): movimento abaixo do esperado por clima frio.

- PUC: período de férias universitárias; food trucks fechados o dia todo e, segundo relato local, em período letivo haveria cerca de 6 bancas na porta (artesanato, bolos etc.).

Gestão adotada: reprogramação de trechos, revezamento de períodos, registro de não elegíveis/fechadas, manutenção de metas factíveis por cena.

Restrições de uso do espaço (parques/praças)

- Buenos Aires (Higienópolis): comércio somente fora da praça; entrada proibida.
- Parque "Povo": comércio não permitido dentro do parque; algumas bancas externas
- permaneceram fechadas (≈4 unidades não contabilizadas).
- Ibirapuera: equipe apenas realizou análise de viabilidade e reportou a necessidade de autorização formal — coleta não executada naquele momento.

Gestão adotada: foco nos perímetros externos autorizados, contato prévio com lideranças e, quando aplicável, substituição/reprogramação de cena (vide troca posterior para Parque do Carmo).

7.4. Baixa densidade/ausência de bancas e adequações de classificação

- Casa Verde: desenho inicial apenas no terminal (0 bancas). Após ampliação do mapa a pedido do cliente, pouca alteração do cenário.
- Calçadão de São Miguel Paulista – 1: classificada como "super", porém o mapa sorteado não apresentava tal densidade; executada como G1. O sistema, contudo, exigiu registro G2 (ajuste documental).

Gestão adotada: validação de classificação *in loco*, anotação de exceções e alinhamento com o cliente para consistência final da base.

8) Conclusões operacionais

1. **Meta de cobertura cumprida** em 70 cenas, com 3.167 bancas registradas e taxa de conversão de 87,6%.
2. **Qualidade assegurada por supervisão contínua**, *backcheck* ≥ 15%, checagem espacial e 'voltas' de correção.



3. **Gestão adaptativa:** substituição de cena (G3) e ajustes em supercenas G2 para manter integridade da cobertura frente a restrições operacionais.
4. **Conformidade com os requisitos metodológicos e operacionais** pactuados com o contratante.



Agradecemos o apoio e participação das seguintes entidades e organizações:



NOSSAS HISTÓRIAS
SOMAM